



# DO ENSINO INDUSTRIAL AO TÉCNICO

## UM CICLO DE EMPREENDEDORISMO NO IFRN

Francisco das Chagas de  
Mariz Fernandes

Severino do Ramo de Brito



editora**ifrn**

Francisco das Chagas de Mariz Fernandes  
Severino do Ramo de Brito

# **DO ENSINO INDUSTRIAL AO TÉCNICO: UM CICLO DE EMPREENDEDORISMO NO IFRN**



Natal, 2019

Presidente da República  
**Jair Messias Bolsonaro**

Ministro da Educação  
**Abraham Weintraub**

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica  
**Ariosto Antunes Culau**

---



**INSTITUTO FEDERAL**  
Rio Grande do Norte

Reitor  
**Wyllys Abel Farkatt Tabosa**  
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação  
**Márcio Adriano de Azevedo**  
Coordenadora da Editora IFRN  
**Kadydja Karla Nascimento Chagas**

---

## **Conselho Editorial**

### **Conselho Editorial**

Albino Oliveira Nunes  
Ana Paula Borba Costa  
Anderson Luiz Pinheiro de Oliveira  
Anisia Karla de Lima Galvão  
Carla Katarina de Monteiro Marques  
Cláudia Battestin  
Emiliana Souza Soares Fernandes  
Fabrícia Abrantes Figueredo da Rocha  
Francinaide de Lima Silva Nascimento  
Fábio Alexandre Araújo dos Santos  
Genoveva Vargas Solar  
Jose Geraldo Bezerra Galvão Junior  
José Augusto Pacheco  
José Everaldo Pereira  
Jozilene de Souza

Jussara Benvindo Neri  
Kadydja Karla Nascimento Chagas  
Lenina Lopes Soares Silva  
Luciana Maria Araújo Rabelo  
Maria da Conceição de Almeida  
Márcio Adriano de Azevedo  
Nadir Arruda Skeete  
Paulo de Macedo Caldas Neto  
Ramon Evangelista dos Anjos Paiva  
Regia Lúcia Lopes  
Rejane Bezerra Barros  
Rodrigo Luiz Silva Pessoa  
Silvia Regina Pereira de Mendonca  
Wyllys Abel Farkatt Tabosa

---

### **Projeto Gráfico, Diagramação e Capa**

Bruno Andrade Pinto

### **Revisão Linguística**

Alba Valeria Saboia Teixeira  
Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Prefixo editorial: 94137

Linha Editorial: Acadêmica  
Disponível para *download* em:  
**<http://memoria.ifrn.edu.br>**

---



### **Contato**

Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol.  
CEP: 59015-300, Natal-RN.

Fone: (84) 4005-0763 | E-mail: [editora@ifrn.edu.br](mailto:editora@ifrn.edu.br)



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Fernandes, Francisco das Chagas Mariz.  
F363d Do ensino industrial ao técnico: um ciclo de empreendedorismo no IFRN / Francisco das Chagas Mariz Fernandes, Severino do Ramo de Brito; projeto gráfico, diagramação e capa Bruno Andrade Pinto; revisão textual Alba Valéria Saboia Teixeira, Rodrigo Luiz Silva Pessoa. – Natal: IFRN, 2019.  
162 p. : il.

ISBN: 978-85-54885-24-3

1. Educação – História. 2. Educação – Ensino industrial. 3. Educação – Ensino técnico. I. Fernandes, Francisco das Chagas Mariz. II. Brito, Severino do Ramo de. III. Título.

CDU 377

Catálogo da publicação na fonte elaborada pela Bibliotecária  
Patrícia da Silva Souza Martins – CRB: 15/502

“A ESCOLA? A ESCOLA PRA MIM É UM SONHO!”

*(ErasmO Varela)*

Declaração proferida em entrevista para documentário institucional, em setembro de 1995, entre 16 e 18 horas, no Parque das Dunas.

Cinegrafista: Cláudio Cavalcante da TV Universitária/UFRN.

Entrevistador: Artemilson Alves de Lima – Professor do IFRN.

O senhor Erasmo, na condição de vizinho, presenciou a Escola “ser construída desde suas fundações” (VARELA, 1995).

# LISTA DE FIGURAS

- 24** Figura 1 - Aula de Educação Física no pátio da EIN (1945)
- 24** Figura 2 - Alunos da EIN em atividade de torneio esportivo (1950)
- 25** Figura 3 - Aula na Oficina de Artes Industriais de Madeira (1967)
- 25** Figura 4 - Aula na Oficina de Artes Industriais de Artes Gráficas (1967)
- 27** Figura 5 - Registro fotográfico do início da sessão de instalação do Conselho de Representantes, na Escola Industrial de Natal (1961)
- 30** Figura 6 - Registro fotográfico do grupo de ex-alunos da EIN formados no Magistério em Artes Industriais pela CBAI, no Paraná (1964)
- 32** Figura 7 - Relatório encaminhado ao presidente do Conselho de Representantes
- 34** Figura 8 - Portaria n° 10/69-CR, que designou integrantes de comissão para a realização de concorrência pública, visando a construção de dois galpões para a área de Mecânica
- 35** Figura 9 - Resolução n° 107/70-CR, que autorizou a Administração da Escola a efetuar concorrência pública para a construção dos Muros de Contorno e Pórtico de Entrada do imóvel
- 38** Figura 10 - Registro fotográfico de visita do Governador do Rio Grande do Norte, Monsenhor Walfredo Gurgel, ladeado pelo Engenheiro Guilherme Ventura Guedes e por Luiz Carlos Abbott Galvão, à construção da Escola, na avenida Senador Salgado Filho (1966)

- 39** Figura 11 - Registro fotográfico da visita do governador do Rio Grande do Norte, Monsenhor Walfredo Gurgel, à construção da Escola, na avenida Senador Salgado Filho. Presentes, o construtor Joaquim Victor Hollanda, Pedro Martins de Lima (diretor da Escola) e os membros do Conselho de Representantes(1966)
- 40** Figura 12 - Registro fotográfico da visita do governador do Rio Grande do Norte, Monsenhor Walfredo Gurgel, ao escritório técnico da construção da Escola, na avenida Senador Salgado Filho (1966)
- 43** Figura 13 - Registro fotográfico da visita do diretor do Ensino Industrial do MEC, Armando Hildebrand, no momento de acesso às obras de construção da Escola, na avenida Senador Salgado Filho (1966)
- 44** Figura 14 - Registro fotográfico de visita do diretor do Ensino Industrial do MEC, Armando Hildebrand, em ambiente de circulação durante a construção da Escola, na avenida Senador Salgado Filho (1966)
- 46** Figura 15 - Registro fotográfico do bolo de Aniversário de 60 anos da ETFRN, ofertado pela Associação dos Funcionários (1969)
- 46** Figura 16 - Registro fotográfico da participação do diretor do Ensino Médio/MEC, Paulo Dutra, no Aniversário de 60 anos da ETFRN (1969)
- 47** Figura 17 - Discurso proferido pelo Presidente do Conselho de Representantes, Luiz Carlos Abbott Galvão, em recepção oferecida às autoridades civis e militares
- 55** Figura 18 - Relação de pessoal com acesso à chave do C.R.L.P
- 56** Figura 19 - Resolução nº 132/70 – CR, que aprovou a previsão orçamentária do Centro Lútero Recreativo “Nilo Peçanha” da ETFRN

- 58** Figura 20 - Resolução n° 89/70-CR, que colocou alguns servidores à disposição do Centro de Educação Técnica do Nordeste
- 59** Figura 21 - Registro fotográfico de reunião do presidente do Conselho de Representantes da ETFRN, com os diretores do CETENE e o perito da UNESCO, Esjacques Sigles (1968)
- 63** Figura 22 - Registro fotográfico da sessão de instalação do Conselho de Representantes, na Escola Industrial de Natal - destaque para os Conselheiros (1961)
- 64** Figura 23 - Registro fotográfico da sessão de instalação do Conselho de Representantes, na Escola Industrial de Natal. Destaque para o Prof. Fernando Cysneiros, presidente da cerimônia e para o diretor da Escola de Engenharia da UFRN, representando, no evento, o Ministro da Educação e Cultura (1961)
- 65** Figura 24 - Registro fotográfico da sessão de instalação do Conselho de Representantes, na Escola Industrial de Natal - destaque para dirigentes e membros do Conselho de Professores do Estabelecimento de Ensino (1961)
- 72** Figura 25 - Documento sobre os cargos e atores integrantes do Gabinete do Conselho de Representantes, em outubro de 1970
- 75** Figura 26 - Portaria n° 18/89 – CR, que tratou do enquadramento definitivo dos servidores da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte
- 77** Figura 27 - Resolução n° 27/70-CR, que concedeu equiparação salarial entre os trabalhadores regidos pela CLT ao nível de servidores civis da União
- 81** Figura 28 - Resolução n° 07/62, que aprovou a criação dos cursos técnicos de Construção de Estradas e Mineração

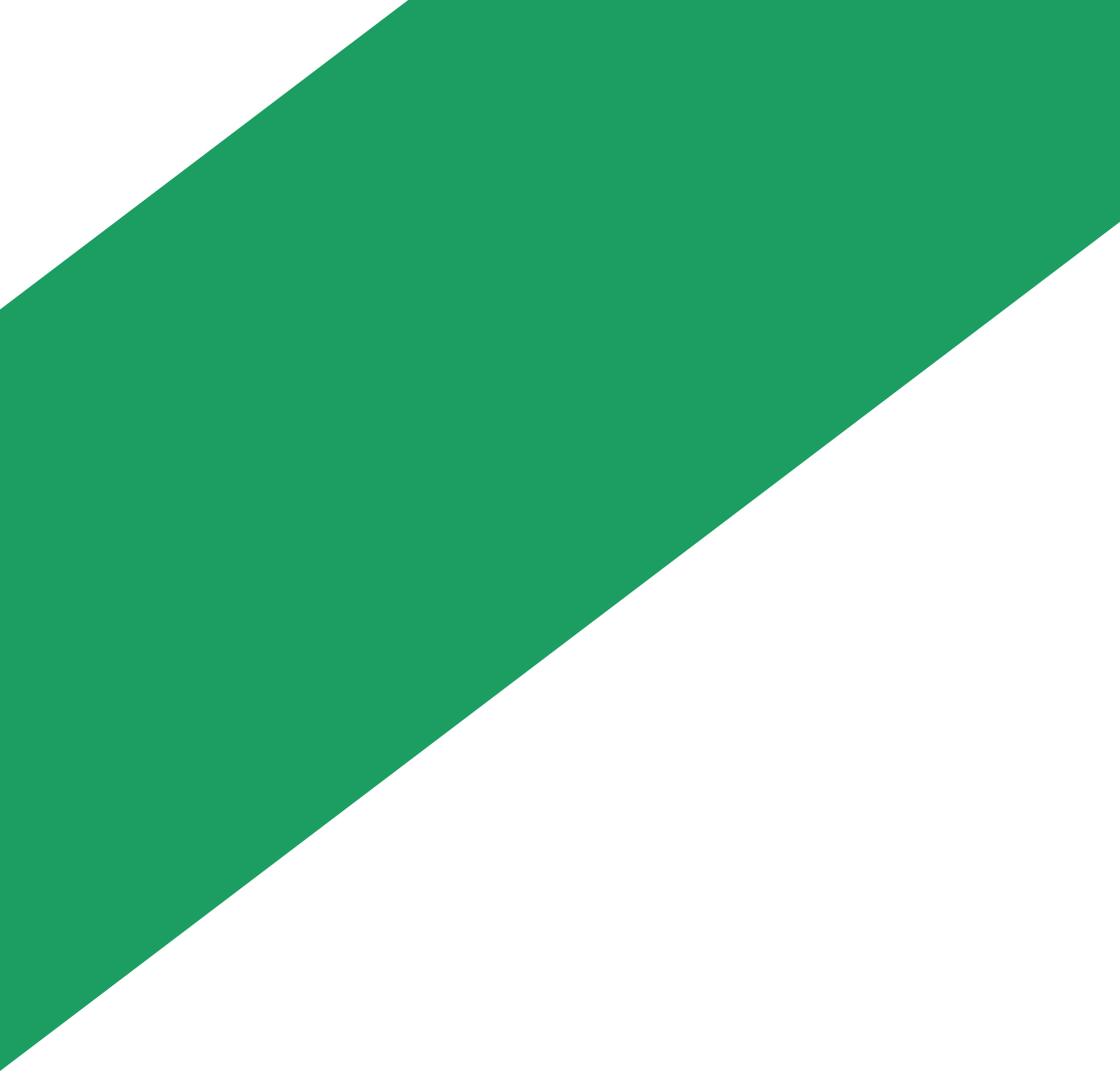
- 86** Figura 29 - Registro fotográfico de audiência de dirigentes do Conselho de Representantes e diretor da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte com o presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, que teve por objetivo assegurar recursos para conclusão das obras do prédio da avenida Salgado Filho (1966)
- 88** Figura 30 - Momento do discurso do diretor do Ensino Médio do Ministério da Educação, Armando Hildebrand, em ato de hasteamento de bandeiras, na solenidade de inauguração das novas instalações da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (1967)
- 89** Figura 31 - Fala do Presidente do Conselho de Representantes, Luiz Carlos Abbott Galvão, no ato de descerramento da placa oficial, relativa à inauguração das novas instalações da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (1967)
- 90** Figura 32 - Registro fotográfico da placa oficial de inauguração das novas instalações da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (1967)
- 93** Figura 33 - Memorial referente à solicitação do Parque de Esportes da ETFRN
- 98** Figura 34 - Ofício 100/72-CR referente à solicitação do Parque de Esportes da ETFRN
- 101** Figura 35 - Resolução nº 34/70-CR, que autorizou a contratação dos serviços técnicos da PLANAD
- 102** Figura 36 - Resolução nº 08/71-CR, que autorizou a contratação dos serviços técnicos da PLANAD
- 104** Figura 37 - Portaria nº 15/71-CR, que designou grupo-tarefa para avaliar os trabalhos da reforma administrativa

- 105** Figura 38 - Resolução nº 09/72-CR, que aprovou a estrutura administrativa da ETFRN
- 106** Figura 39 - Resolução nº 20/02-CR, que aprovou a redação final do Regimento da ETFRN
- 107** Figura 40 - Resolução nº 77/72-CR, que aprovou o Manual de Atribuições da ETFRN
- 108** Figura 41 - Resolução nº 11/74-CR, que aprovou as modificações na estrutura organizacional da ETFRN
- 113** Figura 42 - Resolução nº 109/70-CR, que aprova a extinção do ginásio industrial
- 115** Figura 43 - Resolução nº 10/69-CR, que homologou a Deliberação nº 01/69, com proposição da criação do Curso Colegial Técnico Industrial de Eletrônica
- 116** Figura 44 - Resolução nº 17/72-CR, que autorizou a criação do Curso de Pesca
- 119** Figura 45 - Registro fotográfico do primeiro ônibus adquirido pela Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, para atender ao desenvolvimento de programa de aulas externas e visitas a empresas (1972)
- 121** Figura 46 - Registro fotográfico da entrega de prêmio concedido pela Volkswagen do Brasil, representada pela concessionária Marpas S/A, a aluno do curso de mecânica da Escola Federal do Rio Grande do Norte, destaque nacional da empresa no ano (1973)
- 124** Figura 47 - Imagem de reunião do Presidente do Conselho de Representantes, Luiz Carlos Abbott Galvão, com o Ministro da Educação Tarso Dutra, em visita à Escola Federal do Rio Grande do Norte, em outubro de 1967

- 125** Figura 48 - Imagem de visita do Ministro da Educação, Tarso Dutra, e do Reitor da UFRN, Onofre Lopes, às instalações da Escola Federal do Rio Grande do Norte, em outubro de 1967
- 128** Figura 49 - Registros do VII JEBEM
- 133** Figura 50 - Registro fotográfico da aposição da placa do Parque Poliesportivo Luiz Carlos Abbott Galvão da ETRN (1975)
- 141** Figura 51 - Registro fotográfico de entrega da Medalha Nilo Peçanha a Luiz Carlos Abbott Galvão, pelos relevantes serviços prestados à ETRN e à rede federal de educação profissional (1979)
- 143** Figura 52 - Capa do processo e despacho que pleiteou o nome do industrial Luiz Carlos Abbott Galvão ao Complexo Educacional que constitui, hoje, o *Campus* Natal-Central do IFRN

# LISTA DE TABELAS

- 78** Tabela 1 - Quadro de Pessoal da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em 1974
- 83** Tabela 2 - Matrícula da Escola Industrial de Natal, no período de 1961 a 1966
- 91** Tabela 3 - Demonstrativo de espaços utilizados no imóvel da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em 1974
- 99** Tabela 4 - Demonstrativo da Evolução Orçamentária da Escola, no período de 1961 a 1974
- 117** Tabela 5 - Demonstrativo de matrículas da Escola, no período de 1961 a 1974
- 120** Tabela 6 - Demonstrativo do número de alunos concluintes dos cursos técnicos, no período de 1965 a 1973
- 122** Tabela 7 - Demonstrativo do número de pessoas capacitadas na Escola, entre 1965 e 1974, por meio do Programa PIPMO
- 134** Tabela 8 - Demonstrativo do número de estagiários dos cursos técnicos, no período de 1965 a 1973
- 136** Tabela 9 - Quantitativo dos estagiários da ETFRN, no ano de 1974, por Estado de localização das empresas de realização da atividade curricular



# SUMÁRIO

- 16**    PREFÁCIO
- 18**    1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS  
*Francisco das Chagas de Mariz Fernandes*
- 22**    2 - UM PERCURSO DE DESAFIOS E CONQUISTAS  
*Severino do Ramo de Brito*
- 22**            2.1 - A caminhada pela Escola de Aprendizizes  
                  Artífices de Natal
- 26**            2.2 - As mudanças com a Lei nº 3.552/1959
- 37**            2.3 - O prédio da avenida Salgado Filho
- 60**    3 - 1961-1974: TREZE ANOS SINGULARES  
*Francisco das Chagas de Mariz Fernandes*
- 73**            3.1 - Remodelando “o estado das coisas”
- 83**            3.2 - A administração em ação
- 111**          3.3 - Os avanços acadêmicos
- 139**    4. PALAVRAS FINAIS  
*Francisco das Chagas de Mariz Fernandes*
- 155**    REFERÊNCIAS



# PREFÁCIO

Não existem, na instituição, pessoas mais qualificadas para abordar a temática deste livro que seus autores, os Professores Francisco das Chagas de Mariz Fernandes, conhecido por todos como Prof. Mariz, e Severino do Ramo de Brito, conhecido pela comunidade acadêmica como Prof. Brito. Os autores, além de terem sido alunos da instituição, foram docentes da mesma Escola por mais de 30 anos e viveram intensamente a transição do ensino industrial ao técnico, caracterizado por eles como um ciclo de empreendedorismo da instituição, hoje denominada de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio grande do Norte – IFRN. Outrossim, participaram como atores importantes, durante esse recorte temporal (1961 – 1974), auxiliando o principal protagonista dessa história, o industrial Luiz Carlos Abbott Galvão, nos treze anos singulares em que esteve à frente do egrégio Conselho de Representantes, colegiado superior e instância máxima administrativa da instituição no citado período, trilhando, juntos, um percurso de desafios e conquistas.

O livro joga luz sobre fatos importantes da vida institucional, pouco conhecidos pela comunidade acadêmica atual e, principalmente, sobre o trabalho incansável e abnegado do industrial Luiz Carlos Abbott Galvão, na retomada da obra do prédio da avenida Senador Salgado Filho, iniciada há mais de 17 anos, que se encontrava paralisada, semiabandonada e já sofrendo invasões, sem nenhuma perspectiva de conclusão. Ao assumir a

presidência do Conselho de Representantes, Luiz Carlos traz para a gestão institucional seu estilo pragmático e empreendedor e, de imediato, como registram os autores, decide, apoiado pelos demais representantes do Conselho, retomar a obra da avenida Senador Salgado Filho, fazendo a revisão dos projetos – tendo o cuidado para que nada do que havia sido construído fosse demolido. Em relação à empresa responsável pela obra, rescinde o contrato realizado, passando a ser assumida pela administração direta. Era uma empreitada corajosa e cheia de riscos, mas que foi enfrentada com destemor por Luiz Carlos. Dessa forma, as obras foram retomadas em 1965 e concluídas em tempo recorde, sendo inaugurada em 11 de março de 1967.

Emoldurando os importantes registros históricos desse fecundo período institucional, os autores nos presenteiam com um farto registro fotográfico e documental, provocando o leitor a viajar no tempo, de forma regressiva, fazendo-o compreender a importância de pessoas como Luiz Carlos, que doaram, gratuitamente, anos importantes de suas vidas para que a instituição, em apenas treze anos, recuperasse o tempo perdido e se projetasse, já em meados dos anos 70, com protagonismo no ensino técnico profissionalizante, em nível nacional. É uma leitura agradável e imprescindível, em especial, para servidores e alunos dessa magnífica instituição, hoje denominada IFRN. Boa leitura!

Prof. Belchior de Oliveira Rocha

# 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Francisco das Chagas de Mariz Fernandes*

Esta obra caracteriza-se como uma narrativa de alguns episódios vinculados à trajetória histórica do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), com recorte especial para o período de 1961 a 1974, anos de funcionamento do Conselho de Representantes, colegiado criado nos termos do art. 17 da Lei nº 3.552<sup>1</sup>, de 16 de fevereiro de 1959, que transformou em autarquias as 23 (vinte e três) escolas que constituíam, à época, a rede federal de ensino industrial no país, concedendo-lhes autonomia didático-pedagógica, administrativa e financeira.

Na Escola Industrial de Natal (EIN), o Conselho de Representantes, composto por pessoas da comunidade externa, implementou um processo administrativo voltado à expansão institucional, sob a liderança do industrial<sup>2</sup> Luiz Carlos Abbott Galvão, cidadão que dedicou muito empenho e trabalho não remunerado, durante treze anos de sua vida, a esse desafio.

Os autores, como pessoas que tiveram a oportunidade de trabalhar com Luiz Carlos, assumem este livro como tributo à sua incomensurável contribuição prestada aos destinos do IFRN.

---

1 Publicada no Diário Oficial da União de 17/2/1959.

2 Luiz Carlos Abbott Galvão atuou no Conselho de Representantes como representante indicado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, no entanto, também teve marcante atividade profissional, na cidade do Natal-RN, como empresário, no segmento econômico de serviços.

Para tanto, em um movimento metodológico entre o interpretativo autoral e a análise de documentos, para além da crônica e com “imaginação sociológica”(MILLS, 1982), é importante resgatar, para o conhecimento da atual comunidade de pessoas que integram o IFRN, fatos e informações do período da gestão do Conselho de Representantes<sup>3</sup>, sendo um dos elementos principais, o Relatório da Administração de Luiz Carlos Abbott Galvão, como presidente do referido Conselho (GALVÃO, 1974).

É fato, num contexto de representação simbólica (BOURDIEU, 1989), que a memória institucional enfrenta completa escassez quanto ao acervo de documentos relativos ao referido período e ainda restam muitas lacunas.

Frente a essa realidade, a pesquisa relativizou o método e a técnica (MINAYO, 2010) para incorporar a maioria dos raros achados, mesmo que representados por cópias de má qualidade quanto à textura e/ou imagem (condição que também pode exprimir um resgate histórico fundamental do achado). Além das fotografias, instrumentos importantes pela capacidade de eternizar momentos, mensagens e pessoas, espera-se que cada foto possa transmitir sentimentos interpretativos e investigativos aos leitores, viabilizando emoções e reencontros com lugares e com mulheres e homens que compuseram os momentos institucionais.

---

3 Para maior aprofundamento na história institucional, ver: *A trajetória do CEFET-RN, desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI* (PEGADO, 2006), *A forja e a pena: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte* (MEDEIROS, 2011) e *Escola para os filhos dos outros: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal 1942-1968* (SILVA, 2012).

Enfim, por trás de cada imagem humana exposta numa fotografia, existe sempre uma significativa história.

Este livro está organizado em seis capítulos. Contém prefácio, as considerações iniciais – como propósito de parte introdutória - e uma composição narrativa estruturada em 2 (dois) capítulos, cada um com fundamentos próprios, definidos pelos respectivos autores, considerando o conhecimento pessoal e os registros obtidos no arquivo institucional, além das conclusões e das referências utilizadas.

O capítulo II, denominado *Um percurso de desafios e conquistas*, expõe importantes subsídios relativos à caminhada do IFRN, iniciada como Escola de Aprendizizes Artífices de Natal, com destaque para as profundas mudanças institucionais, em decorrência da implementação da Lei nº 3.552/1959, apresentando informações preciosas vivenciadas na construção e na mudança da Escola, com sede na avenida Rio Branco para o novo prédio, na avenida Salgado Filho, em 1967, além de alguns marcos pertinentes ao desenvolvimento institucional.

O capítulo III relata sobre a singularidade dos anos 1961 a 1974, período em que a Escola esteve sob a administração do Conselho de Representantes, com destaque para a apropriação e remodelação do cenário e perspectiva interna, diante da necessidade da construção de uma nova imagem da Escola pela comunidade externa. Nesse contexto, o tópico administração em ação contém um conjunto de informações de planos e realizações vinculadas à gestão administrativa, que somados e associados ao item do coletivo de dados e referências acadêmicas, permitem

a construção de um significado satisfatório para os acontecimentos históricos vivenciados.

No último capítulo, são relatadas homenagens recebidas por Luiz Carlos Abbott Galvão pelos relevantes serviços prestados à Escola e à rede federal de educação profissional, além da descrição do conteúdo do seu discurso proferido na solenidade oficial do término da gestão ao Conselho de Representantes, da então Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em 1974.

## 2. UM PERCURSO DE DESAFIOS E CONQUISTAS

*Severino do Ramo de Brito*

Ao completar um século de criação e uma década de transformação, o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte é depositário enciclopédico de intangíveis e numerosos exemplos de importantes histórias humanas, mesmo que quase sempre arrastadas por contextos diversificados, próprios das organizações escolares (LIMA, 2011a) e, especialmente, no caso de um estabelecimento submetido à esfera pública federal.

Considerando verdadeira a defesa de muitos escritores de que o conhecimento do passado é ferramenta importante para a compreensão do presente e auxilia na concepção de aspectos do futuro, parece importante que gerações de pessoas novas se apropriem de fatos históricos vivenciados institucionalmente por seus antecessores.

### **2.1 - A caminhada pela Escola de Aprendizes Artífices de Natal**

Da lei de 1909, de Nilo Peçanha, até o ano de 1959, a Escola tinha a mesma filosofia: preparar os filhos dos pobres para ter uma profissão popular e atender a um mercado de trabalho de poucas oportunidades.

Somente a partir do advento da Lei nº 3.552, de 1959, chamada de lei da autarquia, as Escolas passaram a ter novos rumos. Essa lei veio a atender aos anseios de um novo mercado de trabalho criado com o desenvolvimento do Brasil no Governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Essa referência à nova filosofia de ensino não significa que a tenha vivido como aluno, pois ingressei na Escola em 14 de março de 1949. Assim, a vivência durante os anos passados como aluno são descritas para o entendimento de como era a vida do cotidiano na Escola. É importante ressaltar que a filosofia dominante era fazer do adolescente um “homem com H”, através de exercícios que se assemelhavam aos dos quartéis, estudar algumas disciplinas de cultura geral e fazer muita prática de oficina.

Para cumprir com os objetivos disciplinares, passávamos o dia todo na escola, até às cinco da tarde. Era um semi-internato: educação física, café, aulas e oficinas no turno inverso<sup>4</sup>. Havia um intervalo entre os turnos, mas ficávamos na escola.

O ensino era de muitas aulas e exercícios. Antes de nos fixarmos numa oficina, tínhamos passado por todas: artes gráficas, do couro, alfaiataria, marcenaria e mecânica. Depois, uma comissão escolhia a oficina do aluno. Nas páginas seguintes, as figuras 1 e 2 contêm imagens de atividades vinculadas à educação física e esportes e nas figuras 3 e 4 são apresentados momentos de aulas acontecidos nas oficinas de madeira e artes gráficas, respectivamente.

---

4 Para maior conhecimento sobre o regime escolar da EIN, ver: *A Escola que vivi - memórias de um educador* (NETO, 2008).

Figura 1 - Aula de Educação Física no Pátio da EIN (1945)



Fonte: Silva (2012, p. 180)

Figura 2 - Alunos da EIN em atividade  
de torneio esportivo (1950)



Fonte: Silva (2012, p.181)

Figura 3 - Aula na Oficina de Artes Industriais de Madeira (1967)



Fonte: Medeiros (2011, p. 82)

Figura 4 - Aula na Oficina de Artes  
Industriais de Artes Gráficas (1967)



Fonte: Medeiros (2011, p. 82)

Cada oficina tinha suas seções que faziam parte do *métier* daquela profissão. Anualmente, no fim do ano letivo, havia uma exposição dos trabalhos feitos pelos alunos e, do produto das vendas, cada aluno recebia 1/8 (um oitavo) do total. A escola dava assistência aos discentes, fornecendo serviços médicos e odontológicos, fardamento, calçados e remédios. Existia um grêmio estudantil que cuidava, mais especificamente, dos passeios e das festas.

## **2.2 - As mudanças com a Lei nº 3.552/1959**

Em 1959, a nova lei do Ensino Industrial mudou a organização da Escola. Com a criação dos conselhos de representantes e de professores, implanta-se uma nova filosofia de ensino. O Conselho de Representantes era formado por integrantes da sociedade civil (universidade federal, igreja católica, corpo docente da escola e representantes da área industrial). Esse Conselho tinha o papel de traçar uma nova filosofia para a instituição, além de ter poderes para designar o Diretor.

Na figura 5, é apresentado flagrante inicial da cerimônia de instalação do referido Conselho de Representantes.

Figura 5 - Registro fotográfico do início da sessão de instalação do Conselho de Representantes, na Escola Industrial de Natal (1961)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em junho/2019

Conforme normatizado, o Conselho deveria escolher um presidente eleito pelos seus pares. O primeiro Conselho da Escola elege, por votação unânime, o empresário Luiz Carlos Abbott Galvão, que era representante da indústria, para a presidência.

Luiz Carlos argumenta que não aspirava e nem esperava, de modo algum, ser eleito, tendo em vista que percebia o alcance profundo da reforma decorrente da Lei nº 3.552/1959 e compreendia a necessidade de dinamizar a Escola em sua velha estrutura, compatibilizando-a com as exigências dos novos tempos, o que iria requerer da presidência uma dedicação exclusiva. Desse modo, esclarece:

[...] teríamos preferido preservar as nossas atividades particulares dos inevitáveis reflexos com que o exercício daquele cargo as prejudicaria. Aceitamo-la, assim, quando nos foi imposta pelos nossos pares, tão só pela contingência daquele dever (GALVÃO, 1974, p. 4).

A escolha de Luiz Carlos se efetivou como um divisor de águas na vida da Escola, exercendo, metaforicamente, (MORGAN, 2002) uma liderança carismática. Houve uma mudança geral com muita legitimidade (WEBER, 2005), expressa num novo diretor e nova sistemática de dirigir a Instituição, pois a Escola era administrada de maneira similar a uma empresa, com metas a cumprir.

Vale ressaltar que Luiz Carlos era considerado uma pessoa de prestígio pelos políticos locais e também em nível nacional. Em razão desse prestígio, os projetos apresentados ao Ministério da Educação (MEC) eram aprovados. De acordo com Arilene Medeiros (2011, p. 83),

Luiz Carlos era membro de uma família tradicional muito conhecida no Rio Grande do Norte. Ele tinha um irmão diplomata, Fernando Abbott Galvão [...] um outro irmão também professor de odontologia, Clemente Galvão, e Frederico Abbott Galvão, que foi deputado federal e

secretário de Estado nos anos 60, 70. Então, Luiz Carlos vem daí. Empresário bem-sucedido, dono da maior serralheria que eu conheci em Natal [...] Era uma figura de vanguarda, sempre voltado para os negócios diferentes, os negócios novos, preocupado com o êxito dos seus negócios. Tão interessado quanto foi à frente do Conselho da Escola Industrial.<sup>5</sup>

Nesse período, o MEC, em Convênio com a Comissão Brasileira do Ensino Industrial (CBAI), lança um programa de formação de jovens egressos do Ensino Industrial para uma formação docente na Escola Técnica de Curitiba (Paraná) e a Escola Industrial de Natal é contemplada com vagas para participar.

Assim, ao retornarem dessa formação, os jovens professores assumem muitas disciplinas que haviam sido criadas para atender à reforma do ensino e a Escola entra numa nova dinâmica. Dentre as modificações importantes estava a elevação do nível de ensino. A seguir, a figura 6 apresenta o grupo de ex-alunos formados pelo programa CBAI, na Escola Técnica de Curitiba.

---

5 Testemunho obtido em entrevista gravada com o advogado Marcelo Fernandes de Oliveira, filho do primeiro diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Natal e ocupante, por 3 (três) anos, da função de assessor técnico do Conselho de Representantes. Mais tarde, Marcelo Fernandes, como proprietário da Gráfica RN Econômico, destacou-se no meio empresarial norte-rio-grandense.

Figura 6 - Registro fotográfico do grupo de ex-alunos da EIN formados no Magistério em Artes Industriais pela CBAI, no Paraná (1964)



Fonte: Medeiros (2011, p. 76)

Então, o MEC concorda com o projeto de criação dos primeiros cursos de nível técnico. Assim, cria-se os cursos técnicos de Construção de Estradas e de Mineração, pensados em função da instituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, quando o Nordeste entra em uma nova dinâmica, com a aprovação do primeiro Plano de Desenvolvimento, sendo o Superintendente da Sudene, Celso Furtado, um economista de prestígio no Brasil. No exterior, havia um contexto político e social refletindo as políticas públicas governamentais (BEZERRA, 2006) que exigiam respostas da Escola aos incentivos dos avanços econômicos nacionais nas áreas de estradas e mineração.

Assim, a escola era uma das instituições que viriam a dar suporte na formação de técnicos para esse crescimento, o que não demorou muito a acontecer: dezenas de técnicos da Escola foram estagiar nas empresas de todo o Nordeste e ficaram vinculados a elas. A região Nordeste vivia um “boom” de crescimento.

Relativamente a essa conjuntura, a seguir, é exposta a cópia de relatório encaminhado em 24 de novembro de 1966, ao presidente do Conselho de Representantes, pelo professor de geologia Antônio Campos e Silva, acerca da viagem realizada a Recife-PE, com o objetivo de tratar com a Sudene, sobre a resolução de problemas de estágio dos alunos do curso técnico de Mineração.

## Figura 7 – Relatório encaminhado ao presidente do Conselho de Representantes

Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Conselho de Representantes da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte.

No período compreendido entre 4 e 12 de corrente estivemos no Recife, credenciados pela Diretoria dessa Escola para representá-la nos entendimentos junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, nas gestões para resolução do problema de estágio dos alunos do Curso Técnico de Mineração.

Logo no dia 4 entramos em contato com o Dr. Fernando Mota, Superintendente Adjunto, ao qual expusemos a gravidade do problema com que se defronta a E.I.F.R.N. no tocante aos estágios. Foi então marcado um encontro com o Chefe da Divisão de Recursos Naturais, Dr. Diniz Xavier, para a segunda feira, dia 7.

No dia 5, tomamos os elementos para preparação de um projeto, como havia sido combinado aqui em Natal, contando para isso com a colaboração da professora Norma Costa. Não chegamos a utilizar os aludidos elementos pelos motivos adiante expostos.

Na segunda feira, entrevistamo-nos mais uma vez com o Sr. Superintendente Adjunto, que pessoalmente nos pôs em contato com o Dr. Diniz Xavier. Expusemos, então, mais uma vez, o problema, salientando que poderíamos oferecer à SUDENE material humano nas seguintes condições:

- 1) Pre-especializados, através de curso intensivo, ministrado de forma a atender as exigências do setor em que fôsem os alunos estagiari.
- 2) Versáteis, pelo lastro de disciplinas colaterais, como topografia, máquinas e equipamentos, desenho topográfico, etc., garantindo uma faixa máxima de aproveitamento.
- 3) Pessoal da melhor boa vontade e de alto grau de disciplina e capacidade de trabalho.

Ponderamos então a necessidade de 20 ( vinte ) estágios.

O Dr. Diniz Xavier prontificou-se a contornar os obstáculos ao problema, salientando inclusive a existência de uma portaria do Superintendente proibindo estágios, que teria de ser contornada face à gravidade da situação na Escola. Marcou, então, uma reunião com todos os chefes de setores ligados à Geologia, para a quinta feira, dia 10, para, junto com eles, estudar a colocação dos alunos.

A seguir, mantivemos entendimentos particulares, junto a técnicos da D.R.N. e da D.R.H., para aplainar o caminho do nosso pedido.

Na sexta feira, pela manhã, estivemos em contato com o Dr. Diniz Xavier, que nos informou:

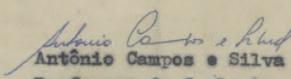
- a) que conseguira 14 ( catorze ) estágios remunerados;
- b) que a remuneração seria de Cr\$200.000 ( duzentos mil cruzeiros);
- c) que despachara o processo antigo da Escola, ali existente, para o Dr. Sá Barreto, diretor da Divisão de Recursos Humanos.

Mais tarde, novamente procuramos o Dr. Fernando Mota, que reafirmou seu interesse pessoal na resolução do problema, reforçando a afirmativa do Dr. Diniz segundo a qual até Janeiro chegaria a Natal a comunicação oficial da SUDENE.

No dia 12, retornamos a Natal.

Era o que tínhamos a expor.

Natal, 24 de novembro de 1966

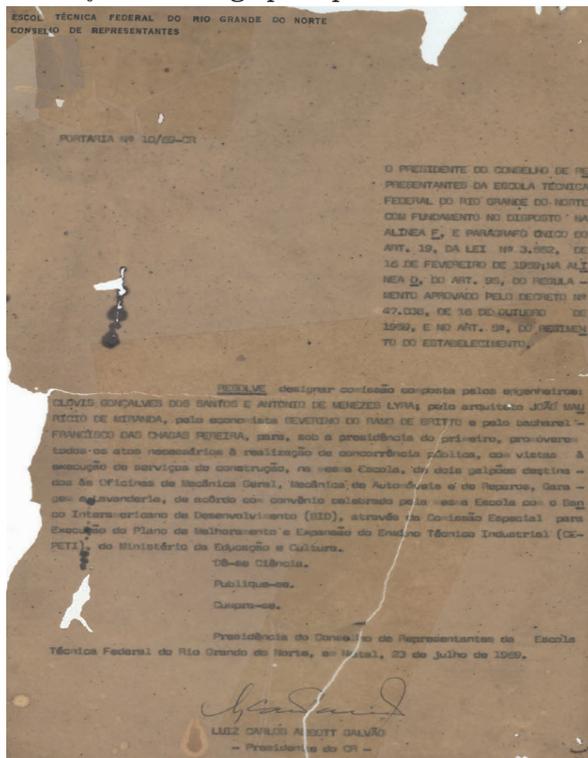
  
Antônio Campos e Silva  
Professor de Geologia

Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/ IFRN. Cópia recuperada em junho/2019

Em decorrência do seu crescimento, a Escola passa a gozar, em Brasília-DF, de um excelente conceito. Nessa conjuntura, em consonância com o espírito da Lei nº 3.552/1959, iniciam-se várias reformas estruturais em seu espaço físico, como a construção de novos ambientes e melhorias das oficinas, conforme demonstra a Portaria nº 10/69-CR, cuja cópia é apresentada a seguir, que designou integrantes de comissão para promoverem a realização de concorrência pública, visando a construção de 2 (dois) galpões para a área de Mecânica, de acordo com convênio celebrado entre a Escola e o Banco Interamericano de

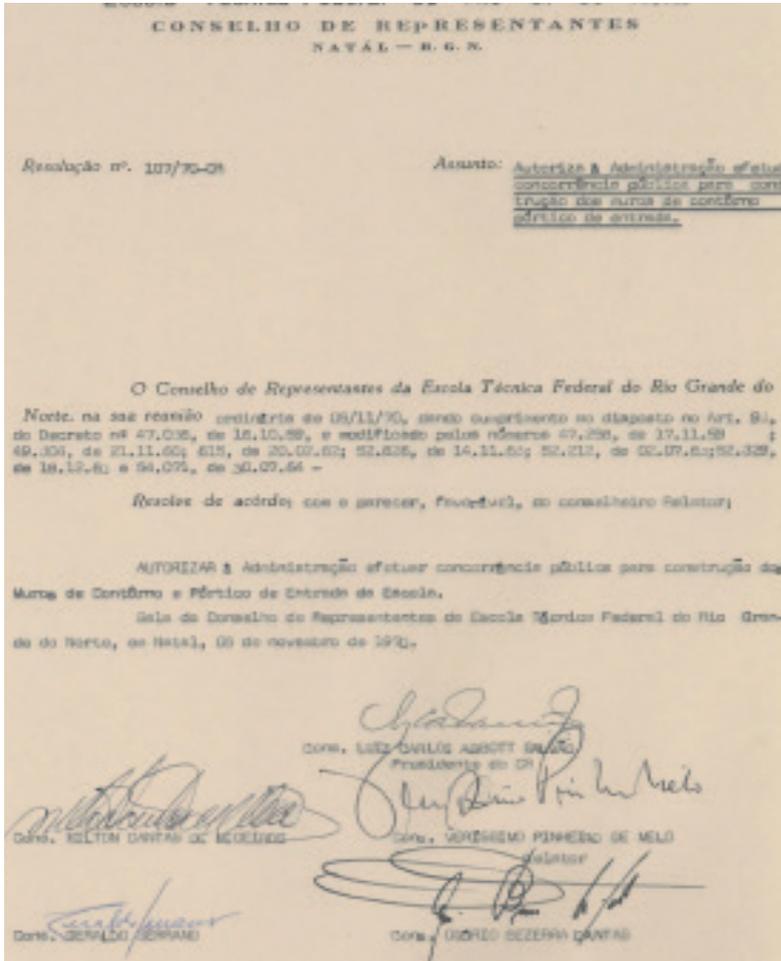
Desenvolvimento, por meio de Comissão Especial para Execução de Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Técnico Industrial do Ministério da Educação, bem como a Resolução nº 107/70-CR (cópia na sequência), que autorizou a Administração da Escola a efetuar concorrência pública para a construção dos Muros de Contorno e Pórtico de Entrada do imóvel.

Figura 8 - Portaria nº 10/69-CR, que designou integrantes de comissão para a realização de concorrência pública, visando a construção de dois galpões para a área de Mecânica



Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.  
Cópia recuperada em junho/2019

Figura 9 – Resolução nº 107/70-CR, que autorizou a Administração da Escola a efetuar concorrência pública para a construção dos Muros de Contorno e Pórtico de Entrada do imóvel



Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em junho/2019

É válido resgatar um acontecimento importante da época: o Acordo do Nordeste com a *United States Agency for International Development* (USAID). A USAID era uma agência do Governo Americano e o acordo tinha como missão ajudar financeiramente os governos do Nordeste, visando a melhoria da infraestrutura dos Estados.

No Rio Grande do Norte, a USAID deu apoio à realização de muitas obras do governo do estado. Por outro lado, nacionalmente, os intitulados “Acordos MEC-USAID” foram alvo de muitas críticas e debates ideológicos no âmbito da comunidade universitária brasileira. Márcio Moreira Alves (1968) rotulou esses Acordos como “crime de lesa-pátria”. Para o autor, em função desses acordos, o país entregava o planejamento do seu ensino primário, médio e superior, aos Estados Unidos. O fato é que, num contexto de crescimento, a Escola aproveitou o momento e avançou em sintonia com o Nordeste.

Quando Luiz Carlos tomou posse, já existia a construção da estrutura para uma nova escola, obra que se iniciara no ano de 1947. Era um esqueleto de concreto semiabandonado, situado na Quinze (como se chamava o local na época). Esse projeto havia sido idealizado pelo Ministério da Educação para ser construído em vários estados. Um aspecto chamava a atenção: os projetos eram todos iguais e foram feitos por arquitetos do MEC, fundamentado em uma topografia de um terreno desconhecido. Como resultado, o terreno da Escola foi adaptado a esse projeto e, para isso, construiu-se uma linha térrea dentro da área para criar dois níveis, viabilizando que parte da edificação fosse construída em três pavimentos e o restante do prédio, em dois pavimentos. Imagine-se os custos dessa movimentação.

### **2.3 - O prédio da avenida Salgado Filho**

A área da nova escola vivia semiabandonada e, assim, foi invadida por dezenas de famílias que construíram barracos na esquina das avenidas Salgado Filho e Bernardo Vieira. O restante do terreno era cercado com estacas de madeira e alguns fios de arame farpado. Era uma situação de abandono e o governo já gastara muito sem resultados. Nesse contexto, Luiz Carlos fez uma exposição ao Conselho propondo que a Escola rescindisse o contrato com a firma envolvida e assumisse a conclusão da obra. O Conselho referendou a proposta e autorizou a gestão do projeto. Era uma empreitada corajosa e cheia de riscos.

Inicialmente, o projeto foi refeito, com o cuidado de não serem demolidas partes do que já estava construído, para não aumentar os custos. Remodelado o projeto, o Conselho autorizou a criação do Escritório Técnico Administrativo (ETA) para administrar a obra. Assim foi feito: a equipe tinha um engenheiro fiscal, arquitetos e o pessoal operacional. A antiga casa do vigia foi aproveitada para a instalação rústica do ETA. Considerando o grande número de pessoas envolvidas, foi necessária a instalação de uma cozinha, banheiros, ferramental e almoxarifado, tudo simples. A obra começa a andar. Era um ritmo de muito trabalho.

Luiz Carlos sempre trazia pessoas de Brasília ou autoridades do Estado para ver a obra. É o que demonstra o registro fotográfico (imagens 10, 11 e 12, expostas nas próximas páginas), que contempla a visita do então governador do Estado, Monsenhor Walfredo Gurgel, à construção.

Figura 10 - Registro fotográfico de visita do Governador do Rio Grande do Norte, Monsenhor Walfredo Gurgel, ladeado pelo Engenheiro, Guilherme Ventura Guedes e por Luiz Carlos Abbott Galvão, à construção da Escola, na avenida Senador Salgado Filho (1966)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Figura 11 - Registro fotográfico da visita do governador do Rio Grande do Norte, Monsenhor Walfredo Gurgel, à construção da Escola, na avenida Senador Salgado Filho. Presentes, o construtor Joaquim Victor Hollanda, o diretor da Escola, Pedro Martins de Lima e os membros do Conselho de Representantes (1966)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Figura 12 – Registro fotográfico da visita do governador do Rio Grande do Norte, Monsenhor Walfredo Gurgel, ao escritório técnico da construção da Escola, na avenida Senador Salgado Filho (1966)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Tudo corria muito bem. Todos começavam a crer que agora a escola ficaria pronta e seria um marco no ensino do Rio Grande do Norte. Por outro lado, a velha Escola, na avenida Rio Branco, funcionava em seu ritmo normal e já se preparava para a mudança. Era um sonho de todos, alimentado por muitos anos.

Ao se falar da nova Escola, não se pode deixar de falar nos avanços apresentados nos projetos arquitetônicos daquela época: rampas largas, portas das salas de fácil

acesso às pessoas com deficiência, baterias de bebedouros, refeitório e espaço para ampla arborização, além de vários outros pequenos detalhes construtivos.

Vale ressaltar ainda os aspectos ecológicos da nova Escola. O estudo paisagístico já previa a implantação de sítio ecológico devidamente orientado, para gerar sombra com a arborização dos acessos ao prédio principal e de outros espaços que compunham o *campus*. Hoje, pode-se considerar que a escola é um oásis no meio da cidade carente de vegetação, sendo cuidada primorosamente pelos servidores e alunos.

Em janeiro de 1967, as duas Escolas se preparavam para a mudança. A antiga, no desmonte de máquinas e seleção da documentação e a outra, nos dias finais, de limpeza e remoção de entulhos, para receber os equipamentos. Até a inauguração, foram momentos de muito trabalho para a definição do uso dos espaços.

É bom ressaltar que, nessa época, um grupo de pessoas trabalhava voluntariamente para o desmonte das máquinas e seleção dos móveis para levá-los à nova sede. O trabalho quase sempre se estendia até às 22 horas. Mesmo com toda essa imensa sobrecarga de serviço, havia muita doação e boa vontade de todos os envolvidos.

Neste contexto de mudanças, não se pode esquecer o empenho do presidente do Conselho de Representantes, Luiz Carlos Abbott Galvão, orientando e dando todo o apoio às equipes para que tudo se completasse da melhor forma possível.

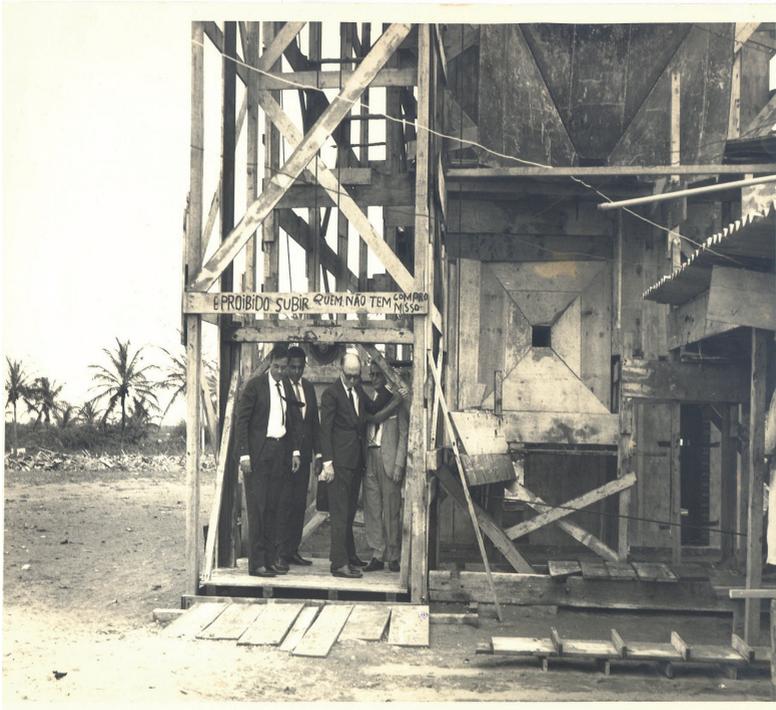
Os dias que precederam à inauguração foram de muito trabalho, especialmente no campo protocolar. O Conselho

de Representantes, com sua equipe, encaminhava os convites às autoridades para a solenidade de inauguração. Paralelamente a esses preparativos, a Escola não se descuidava da vida acadêmica e tudo era preparado de modo a não prejudicar os alunos em suas atividades disciplinares.

O apoio vindo de Brasília, recebido por Luiz Carlos, especialmente do diretor do Ensino Industrial do MEC - Armando Hildebrand, que foi um entusiasta do trabalho que aqui se desenvolvia, ajudou a viabilizar, em apenas 16 (dezesesseis) meses, a obra da escola que estava parada há mais de 20 (vinte) anos, ou seja, sua primeira inauguração foi realizada no dia 11 de março de 1967.

Era um novo horizonte para os jovens do Rio Grande do Norte. As figuras 13 e 14, exibidas a seguir, apresentam registros fotográficos da visita do diretor do Ensino Industrial durante as obras de construção da nova Escola.

Figura 13 - Registro fotográfico da visita do diretor do Ensino Industrial do MEC, Armando Hildebrand, no momento de acesso às obras de construção da Escola, na avenida Senador Salgado Filho (1966)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Figura 14 – Registro fotográfico de visita do diretor do Ensino Industrial do MEC, Armando Hildebrand, em ambiente de circulação durante a construção da Escola, na avenida Senador Salgado Filho (1966)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Ainda é importante registrar que, do prédio da avenida Rio Branco para a nova sede, foram transferidos estudantes subordinados a 2 (dois) regimes acadêmicos, uns matriculados no ensino industrial básico e outros no ensino técnico, modalidade formada à época por dois cursos pioneiramente criados.

Nos primeiros anos da década de 1960, o ginásio industrial era ofertado nas áreas de Cerâmica, Eletricidade, Madeira, Mecânica e Metais. A nova fase institucional, de novas instalações, dinamizou e encaminhou a oferta educacional para um processo de criação e expansão dos

cursos técnicos, ao mesmo tempo que promoveu a redução da matrícula da oferta do ensino do ginásio industrial básico, até a sua extinção. Em 1969, a comunidade de professores, técnico-administrativos e alunos, embalada por um sentimento de 60 (sessenta) anos de vitórias, promoveu extenso e diversificado programa de comemorações no mês de aniversário do estabelecimento da nova Escola, culminando com grande celebração, no dia 23 de setembro (data do aniversário sexagenário). A seguir, são expostas, respectivamente, nas figuras 15 e 16, o bolo produzido para a festa e o registro da participação do diretor do Ensino Médio/MEC, Paulo Dutra, no evento. Nas próximas páginas, segue o inteiro teor do discurso proferido pelo presidente do Conselho de Representantes, na solenidade principal, tendo em vista que a sua narrativa contém importante valor histórico e empírico.

Figura 15 - Registro fotográfico do bolo de Aniversário de 60 anos da ETRN, ofertado pela Associação dos Funcionários (1969)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Figura 16 - Registro fotográfico da participação do diretor do Ensino Médio/MEC, Paulo Dutra, no Aniversário de 60 anos da ETRN (1969)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Figura 17 – Discurso proferido pelo Presidente do Conselho de Representantes, Luiz Carlos Abbott Galvão, em recepção oferecida às autoridades civis e militares

Discurso proferido pelo Presidente do Conselho de Representantes, industrial LUIZ CARLOS ABBOTT GALVÃO, por ocasião da recepção oferecida às autoridades civis e militares, no dia 23 de setembro de 1969 :

Excelentíssimas e ilustríssimas autoridades presentes, minhas senhoras, meus senhores, meus dignos e dedicados companheiros de trabalho.

Por que não dizer como o poeta ? Não é preciso crer nas coisas, basta amá-las : sendo que amar é muito mais que crer.

Antes de abordarmos o tema central de nossa exposição, tentemos nos fazer duas observações. A primeira é dirigida para o exercício do cargo de Presidente do Conselho de Representantes que, desde a data de sua criação até os nossos dias, é exercido sem ónus para os cofres públicos. A segunda é relacionada com o nosso tema de hoje. Se em algum momento fôr sentida a transmissão de grandiosidade, isto se deverá apenas ao fato de querermos fazer um relato honesto, sincero e que as palavras usadas foram as únicas que puderam dar o verdadeiro sentido do que vem acontecendo com a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

Estamos reunidos nesta data, movidos pela energia crescente e sempre renovada, transmitida através de 60 anos de intenso desenvolvimento da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Aprendemos a identificá-la como um dos orgulhos deste Estado. Asseguramos-lhe uma invejável posição entre suas similares da rede federal do ensino técnico, como consequência de fervorosa devoção de abnegados homens públicos. E lhe confiamos a difícil tarefa de abrir os horizontes para a era tecnológica que ora presenciamos.

Como escopo metodológico, dividimos nossa apresentação em três fases. Este sectionamento nos é induzido por diretrizes alcançadas ao longo do nosso profundo envolvimento com as atividades que constituem as linhas mestras do Ensino Industrial no país.

A primeira fase deste trabalho remonta a 23 de setembro do ano de 1909, quando pelo Decreto nº 7.566, do Presidente Nilo Peçanha, foi instituído o ensino profissional no país, com a criação das Escolas de Aprendiz Artífices.

A segunda fase tem como marco delimitador a Lei nº 3.551 de 16 de Fevereiro de 1959 que reorganiza escolar e administrativamente os estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura.

A terceira e última fase, que vem até os dias atuais, é estabelecida quando da entrega ao eminente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, então Presidente da República, no dia 03.04.1965, do memorial onde se patenteava o interesse ascensionar demonstrado pela carreira de técnico industrial de nível médio.

Na sua primeira fase, a Escola de Aprendiz Artífices de Natal, subordinada à Diretoria Geral de Indústria e Comércio do Minis-

tério da Agricultura, teve como primeiro diretor, nomeado por decreto de 4 de novembro de 1909, o dr. Sebastião Fernandes de Oliveira, ilustre e saudoso magistrado, membro do Tribunal de Justiça deste Estado.

A instalação verificou-se a 19 de fevereiro de 1910, no prédio do antigo Hospital de Caridade, onde, posteriormente, foi localizado o Quartel da Polícia Militar do Estado que hoje abriga a Casa do Estudante.

Nessa época, a Escola era constituída de cinco Oficinas: Marcenaria, Sapataria, Alfaistaria, Serralharis e Fumilaria, cada uma dirigida por um mestre, com respectivo adjunto. Havia apenas dois professores: um de Desenho e outro do curso noturno com respectivos adjuntos. Professores e mestres das Oficinas percebiam o ordenado de 200\$000 (duzentos mil reis) mensais, enquanto os adjuntos ganhavam apenas durante as substituições aos titulares.

O orçamento da União do ano de 1910 consignou verba global de 52:400\$000 (cinquenta e dois contos e quatrocentos mil reis), para a Escola de Aprendizes Artífices de Metal, inclusive vinte contos de reis destinados às despesas de instalação e Oficinas. O diretor percebia o ordenado de 400\$000 (quatrocentos mil reis) por mês, enquanto o escriturário ganhava 3 contos de reis anuais.

Em artigo para a revista "PEDAGOGIUM" (setembro de 1948) o pro. Rivaldo Pinheiro assinalava, com propriedade, a orientação com que surgiram as Escolas de Aprendizes Artífices no país: "Eram Escolas destinadas a aprendizado de arte, e não a uma verdadeira instrução técnica especializada. Visavam antes nutrir o aluno de uma arte que o habilitasse a ganhar a vida e a se manter, como artífice, do que preparar os quadros técnicos de que já começava a ressentir-se a nascente indústria brasileira. Não representavam um plano de ação educacional, mas antes uma tentativa de caráter social, de que foi tão fecundo o curto governo de Nilo Peçanha, visando asparar os filhos dos trabalhadores, que se encontravam nos centros urbanos".

Todavia, - verificamos hoje, - que foram essas Escolas de Aprendizes artífices aperfeiçoadas através de meio século, que semearam o ensino técnico-profissional no país. As atuais Escolas Técnicas Federais de estrutura moderna e recursos amplos orientadas para a formação de mão-de-obra visando o desenvolvimento, devem aqui seu viço aos pioneiros do ensino profissional do Brasil.

A transferência da Escola de Aprendizes de Artífices de Metal do primitivo prédio para a Avenida Rio Branco, - afirma o Professor Evaristo Martins de Souza, aluno na época, ocorreu em 1914, portanto ainda na administração do dr. Sebastião Fernandes de Oliveira. O segundo diretor, dr. Silvino Bezerra Neto, só se empossou a 11 de maio de 1915. Entretanto, no reinício das aulas, em 1914, a Escola funcionou dois ou três meses no prédio do Natal Clube, enquanto se processava a mudança das Oficinas.

Depoimento curioso é ainda o do prof. Evaristo Martins de Souza, quando afirma que, ao concluir o curso de Marcenaria, pouco trabalhou pela arte, "pois ninguém queria confiar os seus serviços aos alunos que daqui saíssem, em virtude do rotineiro método de ensino em que os mesmos foram instruídos".

Em 1920 operou-se uma reforma nos métodos do ensino profissional, sendo a notícia recebida com grande entusiasmo pelos antigos alunos e professores da Escola. Na administração do dr. Licério Alfredo Sheneir (de 23.10.1920 a 21.05.1923) iniciou-se a nova fachada do prédio nº 743 da av. Rio Branco, obra que só iria ser concluída em administrações posteriores.

Em 1927, na administração Alcides Rapp, foi montado na Oficina de Marcenaria um motor a gás pobre, informa ainda o prof. Evaristo de Souza. Não convindo à Escola a permanência do motor, foi o mesmo, posteriormente, cedido ao Estado em troca de uma faixa de terreno no flanco esquerdo do prédio da av. Rio Branco, para ampliar a fachada.

Nesse prédio da av. Rio Branco, como se verifica, a Escola funcionou durante 53 longos anos. De Escola de Aprendizizes Artífices de Natal, passou depois a denominar-se Liceu Industrial de Natal, Escola Industrial de Natal, Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte e, por último, Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

A evolução processada na década de 50, veio a refletir-se na sistemática educacional através de um gesto ousado e corajoso materializado pela Lei nº 3.552 de 16 de Fevereiro de 1959. Este marco que adotamos como fundamental para a transformação da estrutura organizacional do Ensino Industrial, determina a segunda grande fase histórica do nosso relato.

Os frutos deste alento não se fazem sentir nos nossos dias, quando o Ensino Industrial assume a vanguarda da proposição de linhas mestras para os diversos ramos do ensino e é utilizado como paradigma na grande tarefa de tornar o ensino médio uma fonte de mão-de-obra especializada, no sentido de ampliar a força de trabalho nacional. Convém salientar, contudo, que os resultados foram profícuos, uma vez que a lei trazia em seu bojo o elemento catalizador que iria transformar uma matéria-prima sub-utilizada em produtos altamente rentáveis. Testemunhamos a fusão da energia inexpugnável da juventude com a visão tecnológica dos empresários brasileiros. Presenciamos os ajustamentos cuidadosos e previdentes imprescindíveis para que este acoplamento se fizesse possível e altamente produtivo. Acompanhamos, ainda os atos de alto valor cívico emanados da Diretoria do Ensino Industrial no sentido de fazer cumprir as tarefas de envergadura maior que se faziam necessárias.

De nossa parte, fizemos da missão que nos foi confiada em 15 de fevereiro de 1961, na qualidade de Presidente do Conselho de Re-

presentantes da Escola Técnica Federal, um bastião para abrigar os mais lídicos interesses da nossa sociedade. Tendo por norte a convicção de que reside na juventude o fundamento básico para o nosso progresso tecnológico, arrregamos as mangas para o labor incessante que se fazia imperativo.

Durante quatro anos, estivemos debruçados sobre o problema de transformar uma estrutura devassada em um novo organismo capaz de absorver e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira. Analisamos acuradamente o instrumento legal que nos confiava a ingente tarefa. Pesquisamos os recursos humanos de que dispunhamos. Identificamo-nos com as carências de espaço vital para que a instituição pudesse crescer e evoluir, segundo a demanda crescente registrada nos anos subsequentes à nossa posse.

O velho prédio abrigava em 1961, apenas 214 alunos, número já pouco significativo para as necessidades de então. A capacidade de absorção de novas matrículas alcança neste ano o limite de suas disponibilidades físicas. Enfrentamos no início de nossa gestão a necessidade imprescindível de proporcionar ao nosso mercado de trabalho, a mão-de-obra, o suporte do desenvolvimento de nossas potencialidades industriais. As três salas de aulas existentes em 1961 foram acrescidas seis, o que permitiu já em 1962, atingir uma matrícula de 890 alunos.

Outro fator determinante de uma política mais agressiva de ampliação da capacidade de atendimento da Escola foi a instalação em 1963 dos cursos técnicos de Mineração e Estradas, criados pela Resolução nº 07/62-CX de 12 de dezembro de 1962. O antigo prédio que atendia precariamente as Práticas de Oficinas e Artes Industriais, constantes do currículo do ginásio industrial, passava antes a assumir os encargos de prover o treinamento das disciplinas específicas do ensino técnico do 2º ciclo: construção de estradas, máquinas e equipamentos, materiais de construção e ensaios tecnológicos, solos e pavimentação, topografia, geologia e estabilidade do curso técnico de estradas e mineralogia, geologia geral, topografia, petrografia, geologia econômica, hidro-geologia, pesquisa de minas, lavras de minas, tratamento mecânico dos minerais do curso técnico de mineração.

As responsabilidades que se somavam impediam cada vez mais que a solução residisse em ampliar o antigo prédio, ou em adaptá-lo. Tornava-se imperiosa a conclusão do prédio, situado em 90 mil metros quadrados de área, aqui localizado, cujo início da obra datava de julho de 1947 e que estava paralizada há mais de 15 anos. Num esforço concentrado da equipe constituída pelo Conselho de Representantes e Direção, foi tomada a decisão que marca a 3ª fase de nossa exposição. Em 2 de abril de 1965, fomos recebidos pelo então Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que de posse do Memorial do Conselho de Representantes procedeu patrioticamente, proporcionando as condi-

ções indispensáveis à efetivação do empreendimento, de superior importância, entregue à serviço da educação técnica do Rio Grande do Norte.

Nesta terceira fase, os eventos se sucederam com um efeito multiplicador surpreendente. Os recursos destinados ao investimento da obra, que alcança até aos nossos dias o montante de cr\$2.217.289.03, inclusive a compra do terreno adquirido por 810 contos de reis em julho de... 1947, despertara, nos organismos nacionais, estrangeiros e internacionais um sentido da mais alta confiança nos propósitos do Ensino Industrial do Rio Grande do Norte.

Não podemos deixar de citar nesta oportuna oportunidade, a vigorosa participação destas entidades na imaxcedível colaboração que tornou possível a realização desta obra.

O Ministério da Educação e Cultura, através da Diretoria do Ensino Industrial, tem proporcionado o estímulo e o suporte imprescindíveis, que tem permitido a continuidade deste empreendimento. Com a visão precisa das reais carências do Ensino Industrial, e das necessidades de expansão e melhoria, proporcionou o atendimento de nossas metas prioritárias de investimento em obras e equipamentos, através de programas específicos. Foram utilizados os saldos de divisas de transações comerciais com países do Leste Europeu, permitindo a aquisição de equipamentos para laboratórios de química, física, solos e pavimentação, geologia, resistência de materiais e audiovisuais, no montante de cr\$ 179.200,00.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - suscitado a colaborar através do Programa de Expansão do Ensino Industrial, proporcionou à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, benefícios nas duas áreas do convênio. Na área de equipamento, tanto nacional quanto estrangeiro, o montante foi da ordem de US\$56.408,00 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e oito dólares). Enquanto que na área de construção a destinação de recursos alcançou a soma de US\$108.181,00 (cento e oito mil, cento e oitenta e um dólares), cuja concorrência pública já se encontra aberta. Por outro lado, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE - propiciou recursos da ordem de cr\$ 190.000,00 também para a construção de oficinas e laboratórios. Ressaltamos na oportunidade, o agradecimento ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que, através do Banco do Rio Grande do Norte S.A., concedeu o aval para a citada transação.

Outros convênios foram realizados para tornar mais efetiva nossa atuação na comunidade. Escola de Serviço Social, Faculdade de Educação, Serviço de Psicologia Aplicada, Campanha Nacional de Merenda Escolar, Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial, Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Legião Brasileira de Assistência, são alguns dos órgãos convenientes.

Os impactos advindos de tais transformações começaram a ter seu ponto de estrangulamento na própria estrutura administrativa que havia permanecido através de sucessivas gestões. Movidos por tais necessida-

des, realizamos a reforma administrativa aprovada em reunião ordinária do Conselho de Representantes em 27 de junho de 1967. A citada reforma fundamenta-se em princípio na necessidade imperiosa da implantação de uma nova estrutura que melhor e mais efetivamente, permitisse alcançar os objetivos da instituição, bem como no estabelecimento de uma organização dinâmica, eficiente e funcional, tecnicamente estruturada, para atender ao crescente ritmo de desenvolvimento de suas atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização da mão-de-obra industrial.

Alguns informes foram coligidos no sentido de dar uma visão global da atual situação administrativa da entidade, permitindo a identificação, o dimensionamento, e, conseqüentemente, o equacionamento dos problemas gerais mais importantes, tendo em vista principalmente a sua mudança para novas e mais modernas instalações, numa área coberta de nada menos de 8.360 m<sup>2</sup>, com a capacidade de matrícula ampliada em mais de 300% no setor de formação, e, ampliada em mais de 200% nos setores de aperfeiçoamento e especialização de mão-de-obra em regime acelerado, o que, por si só, triplica o volume de seus encargos e obrigações de natureza administrativa e docente, reclamando a existência de uma estrutura organizacional sólida e tecnicamente fundamentada.

A esquematização de uma dinâmica administrativa, eficientemente capaz de permitir uma ação integrada no processo educacional deflagrado e uma atuação plenamente engajada no processo de desenvolvimento, está sendo possível pelo emprêgo de algumas diretrizes administrativas, tais como:

- Divisão racional do trabalho ;
- Departamentalização ;
- Descentralização coordenada ;
- Delegação de atribuições.

O prosseguimento das atividades que ensejara a conclusão das metas estipuladas subentende um suporte financeiro cada vez mais efetivo para que não sofra solução de continuidade. O presente exercício registra recursos orçamentários da ordem de ncr\$ 2.936.048,00, sendo que deste montante o total destinado a Equipamento e Instalações e Obras, alcançou a soma de ncr\$ 697.000,00. Para Equipamento e Instalações está destinada a importância de ncr\$ 161.000,00 e para Obras o montante de ncr\$ 536.000,00. Para suplementar os citados recursos de investimentos conseguimos deferir ncr\$ 229.024,15 referente ao saldo do exercício passado que englobado aos recursos de investimentos fazem-no alcançar a cifra de ncr\$ 765.024,15. Estes recursos se destinam à complementação da 2ª etapa da construção da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Esta etapa prevê a construção dos muros de contornos, pórtico de entrada, praça de desportos, ginásio coberto com capacidade para 5.100 pessoas e 6 quadras descobertas para desportos. O término destas obras está previsto para o exercício de 1970.

Ainda neste exercício será aberta concorrência para a construção

de Marcenaria a ser financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE.

A quarta e última etapa ensejará a construção de completo com - junto aquático, ajardinamento, arborização e parque de estacionamento. É nosso intuito concluir a última etapa de construção antes do término do nosso mandato, de modo que nosso sucessor venha a ter o seu magdato grandemente facilitado pela existência das condições essenciais que fará a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte funcionar em toda a sua plenitude.

Nos oito anos em que presidimos o Conselho de Representantes deste estabelecimento de ensino, encontramos da parte de toda a equipe de trabalho, o mais dedicado esforço e interesse pelo sucesso de nossas atividades. Esta é a única recompensa que logramos obter e justifica plenamente a nossa permanência no posto.

Nesta hora, sentimos-nos orgulhosos ao cumprir o honroso dever de ressaltar a dedicação, esforço, abnegação e, acima de tudo, o amor à causa pública dos dedicados e leais companheiros do Conselho de Representantes que, ao longo destes oito anos, com devotado entusiasmo, puderam dar à essa comunidade uma parcela inestimável de bons serviços.

Indemos também, como não poderia deixar de ser, a nossa gratidão aqueles que conosco se incumbiram da árdua tarefa da Direção Executiva do empreendimento, permitindo-nos citá-los nominalmente: Pedro Pinheiro de Souza, Irineu Martins de Lima, Pedro Martins de Lima e, hoje João Faustino Ferreira Neto.

Contamos, também, com o inestimável apoio dos organismos relacionados com o ensino técnico que nos propicia área para o estágio supervisionado dos nossos tecnolandos.

Ressaltamos, nesta oportunidade, a Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba (DER-PB), Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Norte (DER-RN), 3º Batalhão de Engenharia de Construção (3ºBEC) e a Companhia Hidro-Elétrica da Boa Esperança (COHEBE), que nos brindaram com a oportunidade de receber os nossos estagiários.

Contar com a presença de todos os senhores é, por si só, motivo de mais alta significação. É, por assim dizer, um júbilo e uma festa especial. Queremos, por que não dizer sensibilizados, expressar o nosso agradecimento às autoridades, educadores, jornalistas, funcionários e líderes empresariais, quando tudo do muito que dissemos deve significar para essa comunidade, apenas aquilo que acreditamos o fizemos com amor.

Muito obrigado.

Nos encaminhamentos para a finalização desse percurso de vivências, não é possível deixar de ressaltar a boa política de relacionamento que existia entre a administração e os estudantes, visando o fortalecimento Escola, da melhoria da qualidade do seu ensino e da valorização dos alunos e egressos. Nas páginas seguintes, respectivamente, estão expostas uma relação (datada de 15 de março de 1969) de nomes de estudantes, autorizados pelo Presidente Centro Lútero Recreativo “Nilo Peçanha”, a retirarem na portaria da Escola a chave do Centro; e a Resolução nº 132/70-CR que aprovou a Previsão Orçamentária do referido Centro Lútero Recreativo para o exercício de 1970, documentos que demonstram uma prática de interações democráticas, de confiança e de revelação de responsabilidades comuns.

Figura 18 - Relação de pessoal com acesso à chave do  
C.R.L.P.

**CENTRO LÍTERO RECREATIVO "NILO PEÇANHA"**  
DA  
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
Fundado em 15 de Abril de 1940  
Av. Salgado Filho S/N Lagoa Seca  
NATAL - Rio Grande do Norte - BRASIL  
"MELHORES TÉCNICOS PARA UM BRASIL MELHOR"

Relação do pessoal que pode retirar a chave do C.L.R.N.P.

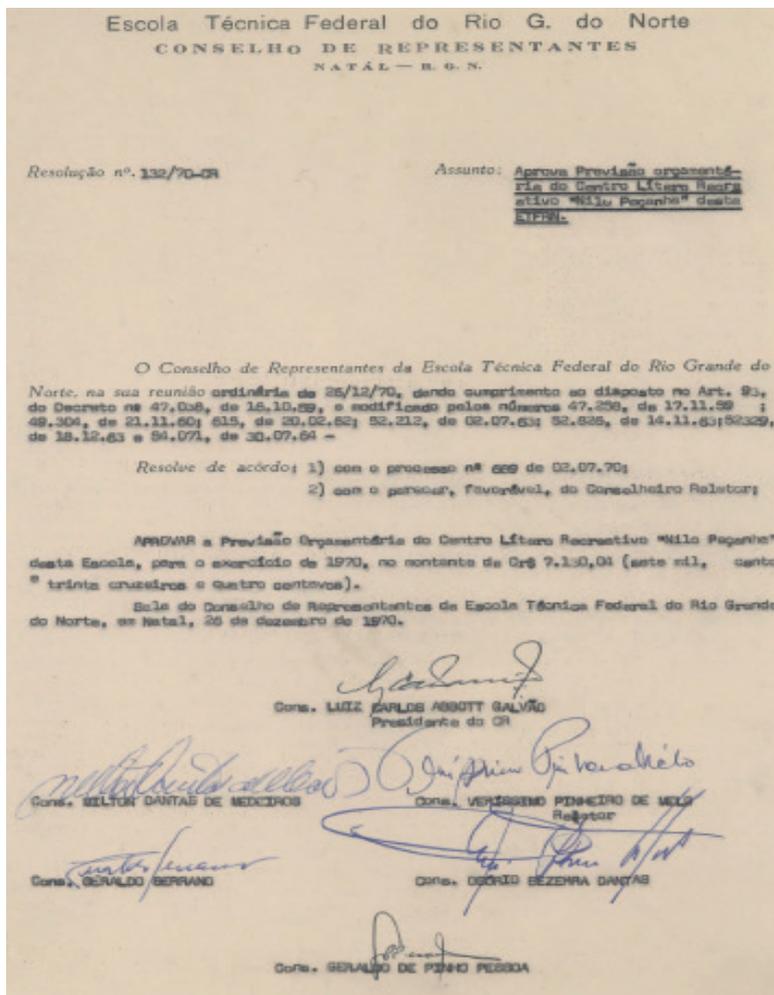
JOÃO INÁCIO  
GILBERTO BARROZ  
LUIZ FRANCISCO  
KERVALDO JACOB DE MEDEIROS  
WELINGTON JACONE  
FRANCISCO CHAGAS DA COSTA  
ALMER CÉSAR TEIXEIRA  
ELINHO RAMALHO  
JOÃO GILBERTO DE OLIVEIRA  
GIUSEPPI DA COSTA  
ANTÔNIO SÉLVIO DE ABEU  
IVAN FERNANDES CAMPOS  
CELSO LEIS SOUZA  
JOÃO BOSCO  
FRANCISCO REGINALDO KIPPE  
WILLIAM  
*Wilson Pequeno*  
*Gilberto de Oliveira* NATAL, 15 de Março de 1969.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
TERCIO LEIS GONÇAGA FREIRE  
PRESIDENTE

Fonte: Arquivo do Campus Natal-Central/IFRN. Cópia recuperada em junho/2019.

Figura 19 – Resolução nº 132/70 – CR, que aprovou  
a previsão orçamentária do Centro Lútero Recreativo “Nilo  
Peçanha” da ETRFN



Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.

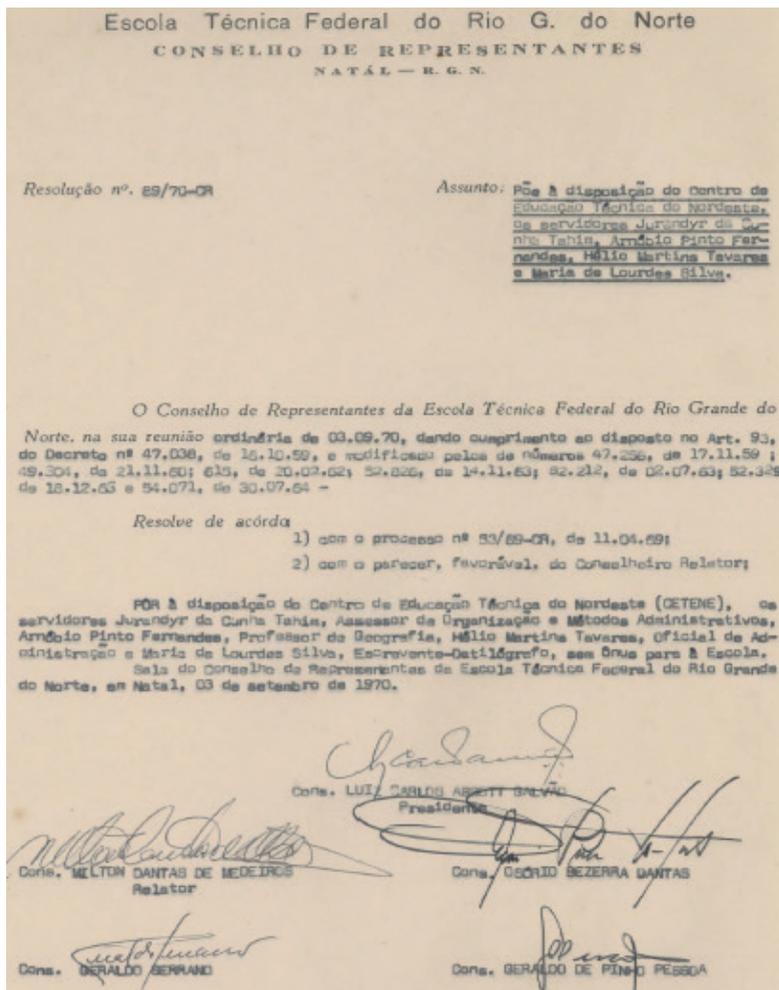
Cópia recuperada em junho/2019

Como último destaque, cabe ressaltar a conquista da instalação, na Escola, do Centro de Educação Técnica do Nordeste (CETENE). A criação de Centros de Educação Técnica, com estrutura funcional de empresas, foi uma política assumida pelo Ministério da Educação visando a formação de professores e especialistas para o ensino técnico, nas diversas regiões do país.

Compreendendo a importância do órgão para o Estado, a Instituição colocou-se à disposição do Departamento do Ensino Industrial para ser a sua sede. A disputa não foi fácil, uma vez que os Estados do Ceará e Pernambuco (este com o apoio da SUDENE) também tinham idêntico interesse. Entendimentos mantidos com o Ministro da Educação, Tarso Dutra, viabilizaram o apoio do Presidente Costa e Silva, que definiu, em 1966, na Carta do Nordeste, que a criação do CETENE seria em Natal, o que veio a ocorrer em 1968.

A seguir, é apresentada cópia da Resolução nº 89/70-CR, que colocou alguns servidores à disposição do CETENE sem ônus para a Escola; e o registro da visita do representante da UNESCO ao Centro de Educação Técnica do Nordeste, nas instalações da Escola.

Figura 20 – Resolução nº 89/70-CR, que colocou alguns servidores à disposição do Centro de Educação Técnica do Nordeste



Fonte: Arquivo do *Campus Natal-Central/IFRN*.

Cópia recuperada em julho/2019

Figura 21 - Registro fotográfico de reunião do presidente do Conselho de Representantes da ETRFN com os diretores do CETENE e o perito da UNESCO, Esjacques Sigles (1968)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

No ano de 1974, o CETENE, após consolidar sua estrutura administrativa e financeira, passou a funcionar em sede própria, no bairro de Petrópolis, na capital do Rio Grande do Norte.

## 3. 1961-1974: TREZE ANOS SINGULARES

*Francisco das Chagas de Mariz Fernandes*

O Conselho de Representantes da então Escola Industrial de Natal, constituído nos termos do art. 89 do Decreto nº 47.038<sup>6</sup>, de 16 de outubro de 1959, foi instalado em 15 de fevereiro de 1961, com a seguinte composição<sup>7</sup>:

a) Representante dos professores da escola: Alvamar Furtado de Mendonça – eleito na gestão inicial como vice-presidente. Reconhecido intelectual potiguar, também foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), diretor do Colégio Estadual do Atheneu Norte-rio-grandense e presidiu o Conselho Estadual de Cultura. Foi membro da Academia Norte-Riograndense

---

6 Publicado no Diário Oficial da União de 23.10.1959.

7 Essa estruturação sofreu alterações e aperfeiçoamentos por meio dos Decretos de nº 52.826, de 14 de novembro de 1963; de nº 65.070, de 27 de agosto de 1969 e de nº 72.538, de 27 de julho de 1973, definindo este, uma constituição para o Colegiado, composta das seguintes representações: um professor do estabelecimento, um empresário de área econômica correspondente à habilitação profissional ofertada pelo estabelecimento, dois educadores ou especialistas em assuntos educacionais estranhos aos quadros do estabelecimento, um técnico de 2º grau ou profissional de nível superior com formação ou atividade relacionada com habilitação profissional ministrada pelo estabelecimento, além de um representante de órgão fiscalizador do exercício profissional em área abrangida por uma habilitação propiciada pelo estabelecimento.

de Letras e magistrado com assento no Plenário do Tribunal Federal do Trabalho.

b) Educador estranho aos quadros da escola: Dom Nivaldo Monte, fundador e diretor da Escola de Serviço Social de Natal, caracterizou-se como humanista de grande influência na sociedade norte-riograndense, desenvolvendo relevantes serviços na área educacional e social no Estado. Foi radialista, jornalista, escritor e membro da Academia Norte-Riograndense de Letras. Entre os anos de 1967 e 1988, vinculado à igreja católica, ocupou o cargo de arcebispo de Natal.

c) Dois industriais: Luiz Carlos Abbott Galvão e Messias Dionísio dos Santos. Luiz Carlos Aboott foi eleito presidente, situação que seria renovada em sucessivas reeleições, até 1974. Considerado um administrador inovador e vitorioso no ramo industrial, também deixou sua marca no segmento de alimentos, bebidas e lazer, com o Bar Kazarão (complexo de restaurante, bar e sauna) e a Boate Hippie Drive-in (com serviços drive-in de bebidas e tira-gostos), empreendimento historicamente resgatado na obra “Dos Bondes ao Hippie Drive-in: fragmentos do cotidiano da cidade do Natal”, publicada em 2017 pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sobre o Hippie Drive-in, destacaram os autores:

Boate com luz negra estroboscópica girante localizada na então distante estrada de Ponta Negra, que inovou as noites natalenses. Sempre uma boa Banda de *Rock*, como Os Gênios

ou Os Vândalos, garantia o ritmo frenético e sensual do ambiente. (CARLOS e FRED, 2017, p. 479).

d) Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura: Antônio Ramos Tejo – professor fundador da Escola de Engenharia da UFRN.

e) Professor da Escola de Engenharia: Milton Dantas de Medeiros – conselheiro que obteve sucessivas renovações de mandato, tendo ocupado em 2 (dois) desses mandatos, o cargo de vice-presidente do Conselho. O Engenheiro Milton Dantas foi professor fundador da Escola de Engenharia da UFRN, destacando-se como grande calculista e um dos responsáveis pela disseminação do conhecimento científico e tecnológico no Rio Grande do Norte.

Ao Diretor da escola também era garantido assento no Colegiado, na condição de membro sem direito a voto.

Nas figuras 22, 23 e 24, são apresentados registros fotográficos da sessão de instalação do Conselho de Representantes, ocorrida em 1961.

Figura 22 - Registro fotográfico da sessão de instalação do Conselho de Representantes na Escola Industrial de Natal - destaque para os Conselheiros (1961)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Figura 23 - Registro fotográfico da sessão de instalação do Conselho de Representantes, na Escola Industrial de Natal. Destaque para o Prof. Fernando Cysneiros, presidente da cerimônia, e para o diretor da Escola de Engenharia da UFRN, representando, no evento, o Ministro da Educação e Cultura (1961)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Figura 24 - Registro fotográfico da sessão de instalação do Conselho de Representantes, na Escola Industrial de Natal - destaque para dirigentes e membros do Conselho de Professores do Estabelecimento de Ensino (1961)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

A escolha dos conselheiros era atribuição legal do presidente da República, com base em lista tríplice a ele submetida pelo Ministério da Educação.

De acordo com o art. 94 do Decreto nº 47.038/1959, era de competência do Conselho de Representantes:

- a) aprovar a escolha do diretor da escola, feita por indicação do presidente do Conselho;
- b) aprovar a organização de cursos, respeitada as normas curriculares definidas pelo Conselho de Professores;
- c) aprovar o orçamento e a despesa anual da escola;

- d) aprovar o regimento da escola, submetendo-o, em seguida, à consideração do Ministério da Educação;
- e) aprovar o regimento do Conselho de Professores;
- f) aprovar os quadros de pessoal docente, técnico e administrativo;
- g) aprovar os sistemas de exames e promoções, observadas diretrizes estabelecidas pelo MEC;
- h) autorizar despesa superior ao teto<sup>8</sup> pré-estabelecido;
- i) controlar os balanços físico anual e patrimonial da escola;
- j) examinar o relatório anual do diretor da escola e submetê-lo ao Ministério da Educação e Cultura;
- l) fiscalizar a execução do orçamento e autorizar remanejamentos de verbas;
- m) realizar a tomada de contas do diretor;
- n) reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente ou à requerimento de metade, pelo menos, dos Conselheiros.

Complementarmente, o art. 95 do Decreto nº 47.038/1959 definia como de competência do presidente do Conselho:

- a) assinar, com o diretor da escola, os cheques para movimentação dos fundos bancários;
- b) designar o diretor da escola;
- c) exercer a representação legal da escola;
- d) fazer uso de voto de qualidade para desempate.

---

8 Nos termos da Lei nº 3.552/1959, despesa que ultrapassasse a Cr\$100.000,00 (cem mil cruzeiros). Posteriormente, com o advento do Decreto-Lei nº 796, de 27 de agosto de 1969, esse teto foi redefinido para despesa que ultrapassasse a quantia de 10 (dez) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Iniciava-se, assim, na Escola Industrial de Natal, a implantação do que era preconizado na Lei nº 3.552/1959, ou seja, uma nova forma de administração para os estabelecimentos de ensino industrial, com uma liderança de forte poder (WEBER, 2003), voltada, com idealismo, para a superação do *status quo*, por meio de dedicação e dinamismo, focados à causa da educação e consequente desenvolvimento da escola.

Concretamente, as consequências da autarquia, concedida pela referida Lei nº 3.552/1959 representaram um importante diferencial de evolução para a então Escola Industrial de Natal. Nesse sentido, veio a autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, a ampliação da estrutura organizacional e uma administração dinâmica, a partir de 15 de fevereiro de 1961, sob a condução política do Conselho de Representantes.

É dever destacar outros membros ilustres e respeitados da sociedade norte-riograndense que muito colaboraram com a Instituição, atuando no Colegiado, no período referenciado neste trabalho:

a) Ascendino Henriques de Almeida Júnior – cirurgião-dentista, fundador da Academia Norte-Riograndense de Odontologia - deixou essa carreira para se dedicar ao magistério, tornando-se referência como professor de língua portuguesa, cronista e escritor, vindo a ocupar cadeira na Academia Norte-Riograndense de Letras.

b) Cyro Cavalcanti – conceituado empresário, reconhecido nacionalmente como referência na cidade de Natal, no segmento do comércio de peças, serviços e acessórios automotivos.

c) Dalton Melo de Andrade – formado em Letras e Direito, com título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade do Maine, foi professor da UFRN, secretário da Educação do Estado do RN e escritor.

d) Daniel Geraldo Gomes de Hollanda – professor fundador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Em associação com outro arquiteto, foi responsável pela estruturação do primeiro escritório de arquitetura da capital. Protagonista de inúmeros projetos de obras e edificações na cidade do Natal, tais como: os primeiros edifícios, unidades educacionais, praças desportivas e outros trabalhos de dimensões e caráter específicos.

e) Dirceu Victor Gomes de Hollanda – foi professor fundador da Escola de Engenharia da UFRN e presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) do Rio Grande do Norte no período de 1976 a 1978, dispondo de amplo acervo profissional quanto à execução e fiscalização de grandes obras e serviços de engenharia na região.

f) Edgar Bezerra Salustino – empresário do ramo da indústria da Mineração, pertencente à família Salustino, proprietária da Mina Brejuí, no município de Currais Novos, considerada a maior reserva de scheelita da América do Sul.

g) Evaldo de Lira Maia – empresário integrante do rol dos pioneiros dos serviços da área de turismo e agência de viagens na cidade do Natal-RN.

h) Geraldo Serrano – estimado professor da Instituição, Serrano viu seu legado de desportista continuado pelo filho, também Geraldo Serrano, ambos tendo conquistado posição de referência em educação física na cidade do Natal – RN.

i) João Alves Ferreira – empresário atuante em diversas atividades do ramo do comércio.

j) João Antônio Coutinho da Motta – empresário e líder industrial no estado do Rio Grande do Norte, na área de Calçados e Artefatos de Couro.

k) João Lúcio Fonseca – empresário do ramo de revenda de veículos (caminhões e camionetas) da marca Ford, em Natal-RN.

l) José Bartolomeu dos Santos – professor fundador da Escola de Engenharia da UFRN e seu primeiro vice-diretor.

m) Juvenal Lamartine Neto – agrônomo, professor da UFRN, foi diretor da Escola Agrícola de Jundiá.

n) Osório Bezerra Dantas – industrial, respeitado na sociedade norte-rio-grandense, integrante do segmento têxtil, presidiu a junta interventora da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) entre os anos de 1966 e 1967. Como desportista, Osório Dantas foi presidente do América Futebol Clube, em Natal, no período de 1933 a 1934. Na área educacional, foi um dos fundadores do atual Complexo Educacional Henrique Castriciano.

o) Ruy Falcão – educador pertencente ao quadro da Instituição, referência na área da mecânica.

p) Vauban Bezerra de Faria – engenheiro, foi diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-RN, Secretário Estadual dos Transportes, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e exerceu o mandato de prefeito das cidades norte-riograndenses de Poço Branco e Natal.

q) Veríssimo Pinheiro de Melo – advogado, folclorista, jornalista, membro do Conselho Estadual de Cultura e da Academia Norte-Riograndense de Letras. Foi professor da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte e publicou dezenas de livros.

As fortes mudanças na direção de avanços, ao mesmo tempo, submetiam a organização educativa (LIMA, 2011b) a dificuldades de adaptação às novas formas e métodos de gestão. Tratava-se de uma transformação funcional e de mentalidade entre uma concepção de serviço público para uma dinâmica de visão empresarial, requerendo medidas entre planos racionais e dimensões empreendedoras. Na prática, a implantação de reformas nas organizações geralmente enfrentam resistências das pessoas, situação também vivenciada na época, conforme Medeiros (2011, p. 81) expõe:

Uma das maiores repercussões da Lei 3.552/59 dizia respeito à instalação de um colegiado superior, formado por representantes da comunidade externa, que ficaria responsável pela administração do estabelecimento escolar, cabendo ao diretor uma função estritamente executiva.

O debate em torno dessa mudança geraria uma mobilização por parte dos funcionários estáveis da Rede, que discordavam do novo mecanismo de contratação de pessoal, a ser nomeado pelo colegiado, por prazo não superior

a três anos, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Cabe, então, reconhecer o compromisso dessas pessoas com a educação profissional, evidenciado por meio das respectivas atuações no Conselho de Representantes<sup>9</sup> em mandatos de tempos variados, com todos fazendo parte do período de 13 (treze) anos de trabalho profícuo do Colegiado.

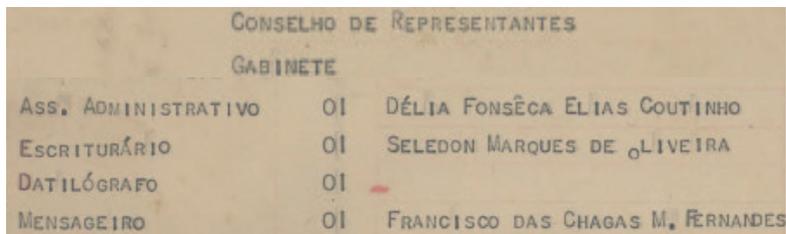
O tópico não pode ser concluído sem que sejam referenciados os diretores – professores da própria Escola – cujas administrações estão inscritas, em parte ou integralmente, no tempo em foco: Pedro Pinheiro de Souza (ocupante do cargo entre 01/02/1956 e 10/04/1962), Irineu Martins de Lima (ocupante do cargo entre 11/04/1962 e 29/06/1964), Pedro Martins de Lima (ocupante do cargo entre 30/06/1964 e 28/02/1968), João Faustino Ferreira Neto (ocupante do cargo entre 01/03/1968 e 28/03/1971), Luciano Rocha Coelho (ocupante do cargo entre 29/03/1971 e 25/03/1974) e Arnaldo Arsênio de Azevedo (ocupante do cargo entre 26/03/1974 e 22/05/1979).

---

9 Conselho extinto pelo Decreto nº 75.079, de 12 de dezembro de 1974, que definiu a nova estruturação organizacional para as Escolas Técnicas Federais, retornando ao diretor da Escola a centralidade do poder decisório e a representação legal da organização. De 19 de outubro de 1974 até a extinção do Colegiado, pelo Decreto nº 75.079/1974, ocupou sua presidência o recém-empossado Conselheiro Engenheiro Vauban Bezerra de Faria, não havendo destaque especial da administração a registrar, uma vez que ficou caracterizada pelos encaminhamentos dados ao processo institucional de transição de poder.

Outrossim, é necessário registrar que, no suporte, a vasta dimensão de trabalho executivo e a estrutura de apoio administrativo do Conselho foi sempre mínima. Mesmo assim, a lotação necessária de 4 (quatro) cargos (Assistente Administrativo, Escrivurário, Datilógrafo e Mensageiro) em tempo algum funcionou totalmente preenchida. Conforme fragmento documental de arquivo, em outubro de 1970, a organização do Gabinete do Conselho de Representantes dispunha de 3 (três) cargos ocupados, o que expõe o detalhamento abaixo apresentado.

Figura 25 – Documento sobre os cargos e atores integrantes do Gabinete do Conselho de Representantes, em outubro de 1970



CONSELHO DE REPRESENTANTES		
GABINETE		
ASS. ADMINISTRATIVO	01	DÉLIA FONSÊCA ELIAS COUTINHO
ESCRITURÁRIO	01	SELEDON MARQUES DE OLIVEIRA
DATILÓGRAFO	01	
MESSAGEIRO	01	FRANCISCO DAS CHAGAS M. FERNANDES

Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.

Informação recuperada em junho/2019

Durante os 13 (treze) anos de uma nova filosofia de trabalho desenvolvida, voltada à melhoria do ensino, estímulo à inovações e racionalização de gastos, houve continuidade de ideais nas gestões administrativas, cujos diretores, destituídos de sentimento de vaidade pessoal, conforme destaca Galvão (1974), passaram pelos cargos

com harmonia de poderes e ação eficiente das atividades que desenvolveram, independentemente do nome que ocupava o cargo.

### **3.1 - Remodelando “o estado das coisas”**

Coerente com seu estilo de governança, Luiz Carlos Abbott Galvão procurou de imediato implementar, na Instituição, a experiência administrativa vivenciada na área empresarial, desenvolvendo avaliação do quadro de pessoal estabelecido para a autarquia e a disposição para o enfrentamento dos desafios organizacionais. A análise identificou um conjunto de servidores vinculados a 3 (três) situações funcionais diferentes:

a) um grupo de funcionários pertencente ao quadro de pessoal permanente, subordinado ao Ministério da Educação, constituído das pessoas que se encontravam trabalhando na Escola quando a Lei nº 3.552/1959 foi publicada e que continuaram à disposição do estabelecimento de ensino.

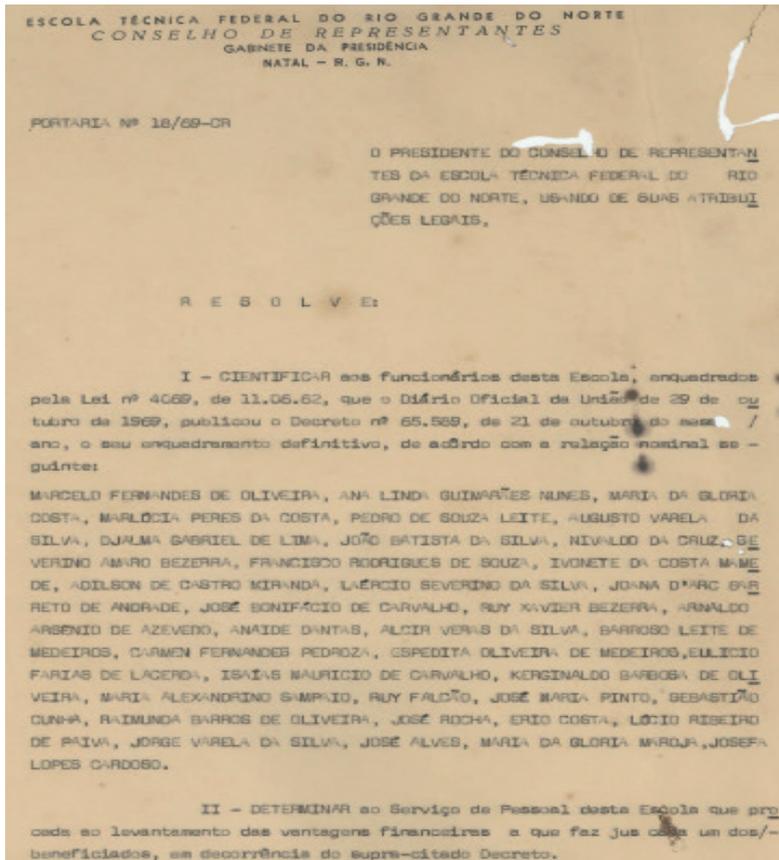
b) Um grupo de funcionários pertencente ao quadro suplementar, denominado de quadro especial, composto pelas pessoas ingressas na Escola, após a referida Lei nº 3.552/1959, que vieram a ser enquadradas com base na Lei nº 4.069<sup>10</sup>, de 11 de junho de 1962, também com vinculação funcional ao Ministério da Educação. De acordo com a Portaria nº 18/69-CR, cuja cópia apresenta-se a

---

10 Publicada no Diário Oficial da União de 18.07.1962. Esta lei determinou a aplicação da Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962, para efetivar os funcionários interinos nomeados ou admitidos até 1º de dezembro de 1961, existentes nas autarquias federais.

seguir, 38 (trinta e oito) funcionários foram cientificados sobre a publicação do respectivo enquadramento definitivo, dos quais identifica-se cerca de 60% (sessenta por cento) de professores e 40% (quarenta por cento) de técnicos-administrativos.

Figura 26 – Portaria nº 18/89 – CR, que trata do enquadramento definitivo dos servidores da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte



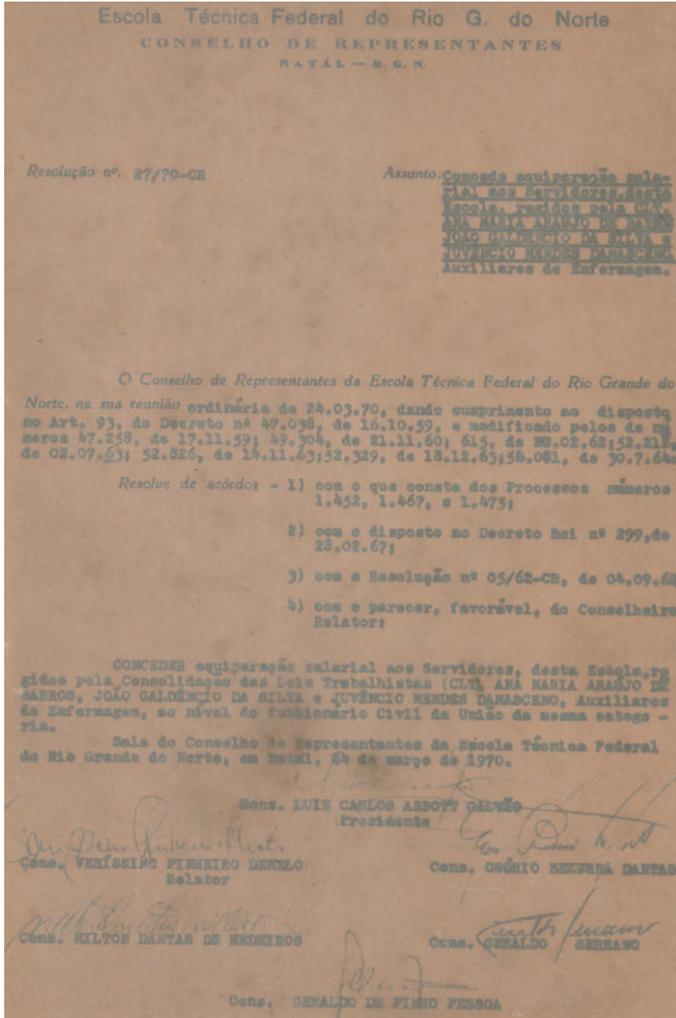
Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em junho/2019

c) e um pequeno grupo de servidores, integrante do quadro de pessoal contratado, próprio da autarquia, composto pelas pessoas admitidas sob o regime da Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT), que foi ano a ano se tornando majoritário na Escola, pela expansão do número de colaboradores. De forma geral, esses profissionais tinham deveres iguais e/ou acrescidos, relativamente, àqueles de responsabilidade dos funcionários permanentes. No entanto, tinham rendimentos e benefícios inferiores, criando uma situação que exigiu, em alguns casos e, em função das condições do mercado, a concessão, a uma determinada categoria profissional, da equiparação salarial dos servidores celetistas da Escola ao nível do funcionário civil da União, conforme demonstra a Resolução nº 27/70-CR, cuja cópia apresenta-se a seguir.

Figura 27 – Resolução nº 27/70-CR, que concede equiparação salarial entre os trabalhadores regidos pela CLT ao nível de servidores civis da União



Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em junho/2019.

Vale destacar que a falta de paridade geral somente veio a ser mudada pela Lei nº 5.645<sup>11</sup>, de 10 de dezembro de 1970, que estabeleceu diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das Autarquias Federais, tendo sua regulamentação consolidada a partir das normas definidas pelo Decreto nº 74.449<sup>12</sup>, de 22 de agosto de 1974, o qual estabeleceu o regime de trabalho dos servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos, criado pela Lei nº 5.645/1970.

Abaixo, na tabela 1, são apresentados os números do quadro de pessoal da instituição no ano de 1974, quando se pode verificar que 16% (dezesesseis por cento) desse quadro está preenchido por servidores efetivos, enquanto os contratados/celetistas representam 84% (oitenta e quatro por cento) desse total.

Tabela 1 - Quadro de Pessoal da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte em 1974

P E S S O A L	TOTAL	1974	
		EFETIVO	CONTRATADO
Administrativo	103	17	86
Docente	115	17	98
Técnico	15	1	14
Aposentado	-	-	-
À disposição	10	4	6
Licença	5	1	4
S O M A	248(100%)	40 (16%)	208 (84%)

Fonte: Galvão (1974, p. 23)

11 Publicada no Diário Oficial da União de 11.12.1970.

12 Publicado no Diário Oficial da União de 23/08/1974.

Conforme exposto em relatório da direção de 1961, a perspectiva destacada para a Escola era de condições insuficientes e inadequadas:

Com o número de matrícula (214) a Escola com o seu equipamento e instalações atuais fica em condições de não poder receber nem mais uma turma. As acomodações são precárias, principalmente, com apenas três salões de aulas para matérias de cultura geral (GALVÃO, 1974, p. 16).

O cenário de limitação da ação educacional tinha variáveis internas e externas. No aspecto interno, foi necessária a criação de planos e projetos para atuarem como vetores de dinamização do trabalho e do processo administrativo em fase de transformação, como decorrência da quebra de estrutura de poder até então centralizada no diretor, alterada pela legislação de característica colegial (MAGALHÃES, 2010) para uma nova forma de ordenação de mando.

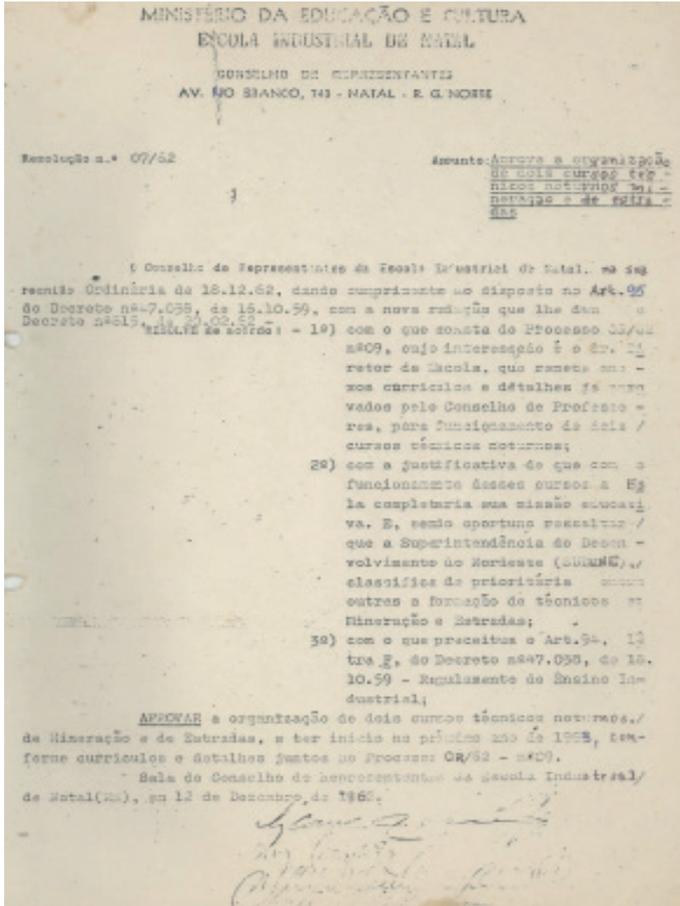
Por outro lado, no contexto externo, havia a necessidade de demonstrar à sociedade, ainda preconceituosa com a Escola, em função da anterior fase de matrículas e ingressos de alunos das mais baixas camadas sociais as quais visavam à formação de artífices, que o estabelecimento educacional industrial tinha como missão formar cidadãos para atuarem nos diversos campos da sociedade norte-riograndense,

como profissionais competentes e conscientes de suas responsabilidades e, ao mesmo tempo, preparados para dar continuidade aos respectivos estudos acadêmicos. Para tanto, o maior aliado foi o caráter e a qualidade do ensino ministrado no estabelecimento.

Não menos importante foi a estruturação do Conselho de Professores, com competência e absoluta autonomia para estabelecer o planejamento da política didático-pedagógica. O Conselho tinha como objetivo definir as atividades de ensino, desenvolvendo, assim, relevante função de órgão técnico na área pedagógica, com respaldo no conhecimento do pessoal docente. Com olhar no futuro, é assumida a necessidade de expansão da matrícula para o ingresso de novos estudantes na Escola, a partir de condições ociosas identificadas, tomando por base conceitos de eficiência e máximo rendimento (WEBER, 2004) da capacidade instalada.

Com a criação dos cursos técnicos de Construção de Estradas e de Mineração, em 1962, pelo Conselho de Representantes - cópia da Resolução nº 07/62, que aprovou a organização dos 2 (dois) cursos, exposta a seguir, a Escola ingressava no nível da maioria de suas coirmãs no país, deixando de ser um estabelecimento de nível apenas ginásial, voltando-se também para a instrução profissional.

Figura 28 - Resolução nº 07/62, que aprovou a criação dos cursos técnicos de Construção de Estradas e Mineração



Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em julho/2019.

A abertura desses cursos técnicos representou um passo na direção de um maior envolvimento do estabelecimento educacional com o entorno, ampliando o interesse dos estudantes e da coletividade norte-riograndense pelas ofertas do ensino da Escola, inclusive em função da criação de novas oportunidades de ascensão para os jovens concluintes do ginásio industrial. Os mencionados cursos técnicos em nível médio de Mineração e Estradas tiveram suas atividades iniciadas no ano de 1963. Segundo Galvão (1974, p. 9), foi um

Passo decisivo para transformação de Escola de nível ginásial em estabelecimento formador de técnicos de grau médio. Nessa época o governo federal adotava as primeiras medidas para a implantação da Lei 4.024/61, oferecendo maior flexibilidade pedagógico-didática ao sistema de educação nacional.

A oferta de educação profissional de nível técnico contemplava uma dinâmica de duplo objetivo, no atendimento ao processo de industrialização iniciado no Brasil, carente de mão de obra especializada indispensável ao funcionamento dos setores produtivos, ao mesmo tempo que oportunizava aos jovens uma formação escolar capaz de enfrentar os desafios iniciais do ingresso no trabalho, como agente preparado para o exercício da cidadania.

### 3.2 – A administração em ação

Consciente da precariedade de ambientes físicos existentes àquela época, no prédio da avenida Rio Branco, a gestão decidiu ampliá-lo e melhorá-lo por meio da adequação de espaços e condições, apesar das dificuldades limitantes do imóvel. O número de salas de aula foi aumentado, de modo a viabilizar uma evolução de matrícula, que saiu de 214 (duzentas e quatorze) em 1961, para atingir, em 1966, o número de 793 (setecentos e noventa e três), conforme demonstrado na tabela 2, abaixo.

Tabela 2 - Matrícula da Escola Industrial de Natal no período de 1961 a 1966.

ANO	GINASIAL	TÉCNICO	APRENDIZAGEM	SOMA
1961	214	-	-	214
1962	267	-	-	267
1963	465	56	-	521
1964	488	88	-	576
1965	535	141	222	898
1966	604	150	39	793

Fonte: Quadro do Movimento Geral de Matrículas 1943 - 1974

(GALVÃO, 1974, p. 26).

A avenida Salgado Filho, na capital, abrigava, desde meados da década de 1940, um terreno com 90.000 m<sup>2</sup> com obras de uma estrutura de concreto armado iniciada e abandonada, destinada à construção de um prédio para a

Escola Industrial de Natal. De acordo com Galvão (1974, p. 17), toda a comunidade conhecia “as obras fantasmagóricas que, há mais de 14 anos, haviam sido iniciadas, e agora, transformadas em ruínas, em pleno matagal, servindo de pasto a animais e insetos”.

O descaso com a posse do bem e abandono do terreno possibilitou a invasão indevida da propriedade por dezenas de pessoas que instalaram “barracos” no limite frontal da área, onde comercializavam produtos e alimentos, num ambiente de apoio ao ponto de parada final da linha de transporte coletivo que se dirigia à zona sul da cidade.

Iniciando as ações pela retirada dos posseiros, ainda foi necessário vencer vários outros obstáculos e entraves para a retomada do imóvel, o que exigiu diversificadas estratégias e muita persistência da gestão.

Em outro contexto, apesar de prejudicado com a paralização dos serviços anteriormente contratados e atrasos de liberações de recursos pelo Ministério da Educação para quitação de medições de obras executadas, o Construtor Joaquim Victor Holanda, demonstrando muita sensibilidade e espírito de cooperação para com a Escola, não colocou objeção à rescisão do contrato que mantinha, ao saber que as recomendações superiores para a continuidade do trabalho eram a modalidade de construção por administração direta.

Assim, em novembro de 1965, foi criado o ETA - Escritório Técnico Administrativo – com a finalidade de realizar as obras. O ETA foi coordenado pelo professor da Escola - economista Severino do Ramo de Brito - que, apoiado por uma equipe técnica formada pelo Engenheiro Guilherme Ventura Guedes, pelo Construtor Joaquim Victor

de Hollanda, pelos Arquitetos João Maurício de Miranda e Daniel Geraldo Gomes de Hollanda (donos da Planac Arquitetos Associados), e o Mestre Alcides, além de um corpo operacional de colaboradores administrativos, composto por: Edilson de Freitas, Francisco de Assis Pereira Brito, Francisco de Souza Cunha, Francisco Rodrigues de Souza, João Batista Silva, Marcos Silva e Maria Dulce Dantas Sales, foi responsável pela administração de expressivo contingente de operários, qualificados e não qualificados, do diverso conjunto de ocupações da construção civil, que atingiu, no auge do trabalho, um quantitativo próximo a 700 (setecentas) pessoas. Para alguns integrantes da equipe do Escritório Técnico Administrativo, seu resultado social mais expressivo foi a não ocorrência de acidente grave, nem o surgimento de qualquer ação trabalhista na justiça, apesar do prolongado tempo e da elevada intensidade dos serviços.

As evidências apontam que o empreendimento recebeu apoio de dirigentes e servidores, de autoridades locais e do Ministério da Educação, à época, comandado pelo Dr. Flávio Suplicy de Lacerda e, em especial, do diretor do Ensino Industrial - Armando Hildebrand, que, tornando-se amigo de Luiz Carlos, procurou fazer todo o possível para atender às reivindicações da Escola. No entanto, nessa história, foi decisivo o apoio do presidente da República - Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco - que se comprometeu, em audiência no Palácio do Planalto, com a liberação de recursos para a conclusão das obras da nova Escola.

O presidente do Conselho de Representantes, Luiz Carlos Abbott Galvão, juntamente com o conselheiro Osório Bezerra Dantas e o diretor da Escola, Pedro Martins de Lima,

participaram da audiência representando a Instituição, conforme registro fotográfico a seguir.

Figura 29 - Registro fotográfico de audiência de dirigentes do Conselho de Representantes e diretor da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte com o presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, que teve por objetivo assegurar recursos para conclusão das obras do prédio da avenida Salgado Filho (1966)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Da primeira etapa da grande obra projetada, foi edificada a construção de um bloco contínuo de 300 (trezentos) metros, mais ou menos no meio do terreno, dividindo-o em 2 (duas) partes, totalizando uma área construída de 9.221 m<sup>2</sup>, além de 1.500 m<sup>2</sup> de calçamento, bem como um sistema de captação de águas profundas por poço tubular, com a capacidade de 20.000 litros/hora e reservatórios elevados e subterrâneos para armazenamento de cerca de 186.000 litros d'água, com o objetivo de deixar a Escola imune às constantes ocorrências de falta d'água, comuns no bairro de localização do estabelecimento de ensino.

Em termos de obras, isso foi só o começo, mas já foi o suficiente para permitir a inauguração do novo prédio em 1967 e, conseqüentemente, transferir as instalações escolares da avenida Rio Branco para a avenida Salgado Filho. Nas páginas seguintes, são expostas as figuras 30, 31 e 32, relativas à solenidade de inauguração das instalações da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte, em 11 de março de 1967.

Figura 30 - Momento do discurso do diretor do Ensino Médio do Ministério da Educação, Armando Hildebrand, em ato de hasteamento de bandeiras, na solenidade de inauguração das novas instalações da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (1967)



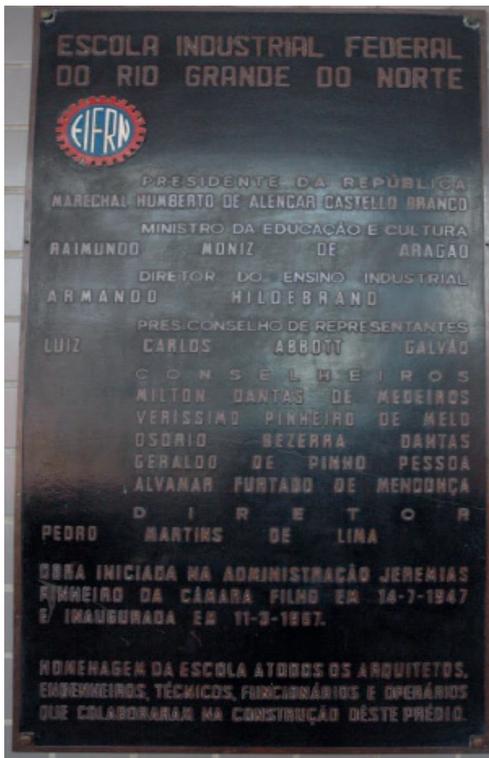
Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Figura 31 – Fala do Presidente do Conselho de Representantes, Luiz Carlos Abbott Galvão, no ato de descerramento da placa oficial, relativa à inauguração das novas instalações da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (1967)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

Figura 32 - Registro fotográfico da placa oficial de inauguração das novas instalações da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (1967)



Fonte: Silva (2012, p. 151)

O fato é que as obras na Instituição, durante a fase do Conselho de Representantes, nunca deixaram de ser realizadas, em um processo dinâmico próprio da evolução das atividades educacionais, que foi determinando as prioridades e/ou necessidades de adaptação de espaços existentes e novas construções. É seguro dizer que, do

projeto geral arquitetônico e urbanístico planejado para a Escola, elaborado num conceito de *master plan*, muito foi realizado, conforme pode ser observado na tabela 3, abaixo, de espaços em utilização no final de 1974.

Tabela 3 - Demonstrativo de espaços utilizados no imóvel da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em 1974

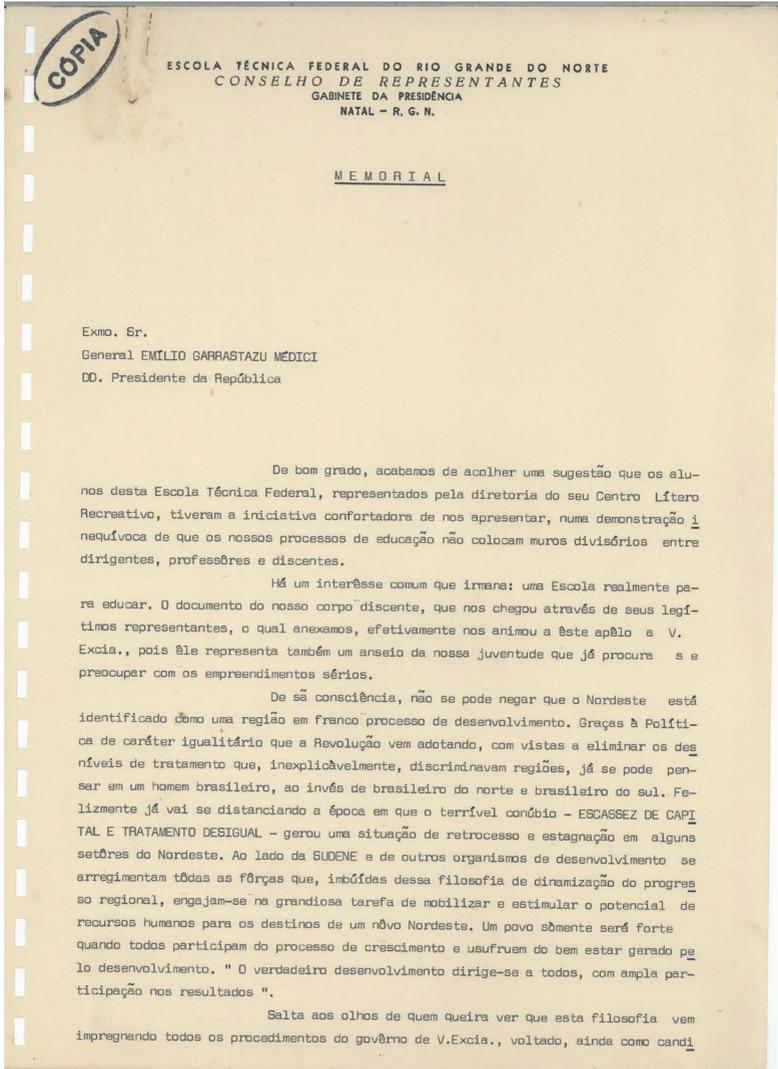
AMBIENTE/ESPAÇO	ÁREA CONSTRUÍDA
1. Pavimento Térreo	1.900 m <sup>2</sup>
2. Primeiro Pavimento	2.620 m <sup>2</sup>
3. Segundo Pavimento	2.350 m <sup>2</sup>
4. Oficinas	2.600 m <sup>2</sup>
5. Laboratório de Mecânica	1.160 m <sup>2</sup>
6. Laboratório de Edificações	1.180 m <sup>2</sup>
7. Laboratório de Eletrotécnica	1.160 m <sup>2</sup>
8. Ginásio	2.115 m <sup>2</sup>
9. Arquibancada do Estádio	630 m <sup>2</sup>
10. Casa de Força	75 m <sup>2</sup>
11. Caixa D'Água Aérea - 63.000 litros -	
12. Reservatório D'Água Subterrâneo - 123.000 litros -	
13. Muros de Contorno	1.200 ml
14. Estacionamento	7.500 m <sup>2</sup>
15. Rampa de Entrada e Saída	1.500 m <sup>2</sup>
16. Calçamento Interno	1.160 m <sup>2</sup>
17. Calçada Externa	2.250 m <sup>2</sup>
18. Pórtico de Entrada	131 m <sup>2</sup>
19. Áreas Arborizadas	820 m <sup>2</sup>
20. Área Total do Terreno - 90.000 m <sup>2</sup>	

Fonte: Quadro do Espaço em Utilização (GALVÃO, 1974, p. 24)

O entusiasmo da ação administrativa em desenvolvimento na Escola confrontava-se com uma realidade de cortes de verbas e dificuldades orçamentárias e financeiras, que ameaçava as realizações e os objetivos planejados.

Assim, paralelamente a ajustes internos possíveis, o Conselho, comandado pelo seu presidente, decidiu investir na consecução de fontes de recursos extraordinários, por meio de suplementações e auxílios ao orçamento, política que exigiu muitas negociações de projetos e entendimentos com autoridades nacionais, mais que se consagrou vitoriosa, viabilizando anualmente um significativo crescimento de dotações orçamentárias e financeiras. Um exemplo marcante desse trabalho foi a inclusão da Instituição, por meio do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação, entre uma das primeiras entidades a obter recursos da Loteria Esportiva, cujo projeto atendido foi a implantação do Parque de Esportes da ETFRN. Nas páginas seguintes, são apresentadas cópias do Memorial submetido ao presidente da República e do Ofício nº 100/72-CR, encaminhado ao ministro da Educação, referentes ao pleito de recursos para a construção do parque da Escola.

## Figura 33 – Memorial referente à solicitação do Parque de Esportes da ETFRN



ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CONSELHO DE REPRESENTANTES  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
NATAL - R. G. N.

fls. 2

dato, para os problemas mais estruturais do país, como um todo, relegando os processos condenáveis de isolacionismos regionais.

Sintonizada com esse louvável comportamento governamental, esta Escola Técnica, como uma força viva e atuante no meio em que se acha inserida, integra-se nesta arrancada para a superação do atraso secular que as contingências políticas e regionais impuseram ao Nordeste. Assim é que a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte está seriamente empenhada na complementação do seu plano de obras que, constando de uma Praça de Esportes completa, única na região em seus moldes, (com Estádio de Futebol e Atletismo, Ginásio coberto e Parque Aquático), poderá atender, nesta faixa do Nordeste, ao programa educacional que V.Excia. elegeu como um dos prioritários do seu Govern

no.

Considere-se, sr. Presidente, que esta Escola já se impõe, no Rio Grande do Norte, e mais restritamente em Natal, como um estabelecimento de conduta didático-pedagógica modelar. Ela atua, no seio da comunidade, como agente polarizador de preferências, quando se cogita de investigar um processo de melhor rentabilidade educativa. Esta posição tem lhe dado o privilégio de conseguir, com facilidade, sensibilizar a comunidade para tôdas as suas promoções, as quais, intensificadas, têm resultado numa efetiva integração Escola-meio.

Nós que temos a responsabilidade de administrar este Órgão Federal, gostaríamos de oferecer a esta população, com o imprescindível apoio de V.Excia., um pouco daquilo que, ao longo de tantos anos, ela esperou dos poderes públicos, mas uma mentalidade discriminatória lhe negou.

Verifica-se que, de um modo geral, as cidades do sul do país contam com praças de esportes bem aparelhadas, ocorrendo casos de serem algumas delas aquinhoadas com duas ou mais praças.

Em contrapartida, é estarrecedor saber-se que todo o Estado do Rio Grande do Norte, com uma população de 1.600.000 habitantes, conta com irrisório número de instalações desportivas, em precaríssimas condições de funcionamento, conforme demonstra o quadro anexo.

Como se vê, sr. Presidente, neste levantamento feito em junho de 1970, de um total de 41 instalações, apenas 5 têm cobertura e iluminação, restando a esmagadora percentagem de 87,8% de instalações não cobertas e não iluminadas, o que significa, em última análise, não oferecerem condições de utilização.

Vale esclarecer a V.Excia. que o nosso estabelecimento já vem oferecendo à comunidade norte-riograndense, em matéria de educação cultural, o que de melhor se pode desejar, dentro das condições reais do nosso Estado. Isto evidencia que a Escola se acha relativamente bem aparelhada para as suas atividades de cultura ge-

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CONSELHO DE REPRESENTANTES  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
NATAL - R. G. N.

fls. 3

ral e cultura técnica específica. Entendemos, entretanto, que para complementar os grandes serviços que temos prestado ao Estado e mais especificamente à capital, e s t a Casa de Ensino necessita concluir as suas instalações desportivas, para que, abrindo-as, principalmente ao público escolar da cidade, do Estado ou da região, possa continuar, com mais condições, o seu trabalho de integração.

" Investir em educação se constitui uma pré-condição de desenvolvimento ". São palavras que retratam bem o entendimento que espoca o Ministério de Educação e Cultura, na pessoa do seu atual titular, quando tem oportunidade de tratar dos investimentos com educação em termos de alta rentabilidade, num processo de crescimento do país. Em consonância com a filosofia do governo de V.Excia., esta Escola se capacita cada vez mais dos seus verdadeiros objetivos: fazer uma educação que atenda, a um tempo, interesse, aptidões e possibilidades individuais, sem descuidar as necessidades e solicitações sociais. Em poucas palavras, o necessário será servir à Sociedade e ao Estado, não desservindo ao indivíduo e aliando o interesse individual ao interesse social. O desserviço ao indivíduo seria uma deformação, implicando involução, desarmônia, crise do grupo.

Entendemos que a educação física ou o esporte, como fatores de educação integral, é tanto mais importante quanto mais inseridos no binômio "necessidade funcional do indivíduo mais interesse legítimo da sociedade - E Este Estabelecimento, consciente de quanto vale no seu meio, não somente pretende continuar conjugado a este contexto, como ambiciona, realmente, prover todos os meios que concorram para a situá-lo, cada vez mais, no lugar de efetivo promotor de afirmação comunitária. E para a concretização total deste objetivo, entendemos de suma importância a conclusão do nosso plano de instalações desportivas. Eis porque ousamos apelar para V.Excia., cujo alto espírito de brasilidade vem tentando, com êxito, recompor o mapa físico do Brasil, reintegrando nêla a faixa esquecida do Nordeste. Solicitamos vênha para sugerir que se já examinada por V.Excia. a possibilidade de se reservar a esta Escola Técnica uma parcela razoável das rendas da Loteria Esportiva, tendo-se em vista que o que estamos propondo parece enquadrar-se nos fins específicos de sua destinação.

O deferimento a esta pretensão propiciaria a esta Escola a oportunidade de complementar o seu trabalho educacional que vem tendo por objetivo fazer gerar projetos de naturezas as mais diversas, que se incluem como prioridades nas exigências do desenvolvimento local (inclusive tendencial) das áreas em que atua.

Se nosso pedido merecer a consideração de V.Excia., se e r á mais um motivo de gratidões acumuladas, por parte de um Estado que já se acostumou a aplaudir o seu governo.

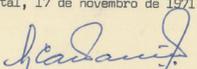
Concluimos, requerendo permissão a V.Excia. para fazermos

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CONSELHO DE REPRESENTANTES  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
NATAL - R. G. N.

fls. 4

chegar às mãos do sr. Ministro de Educação e Cultura idêntico expediente que o científico desta nossa solicitação.

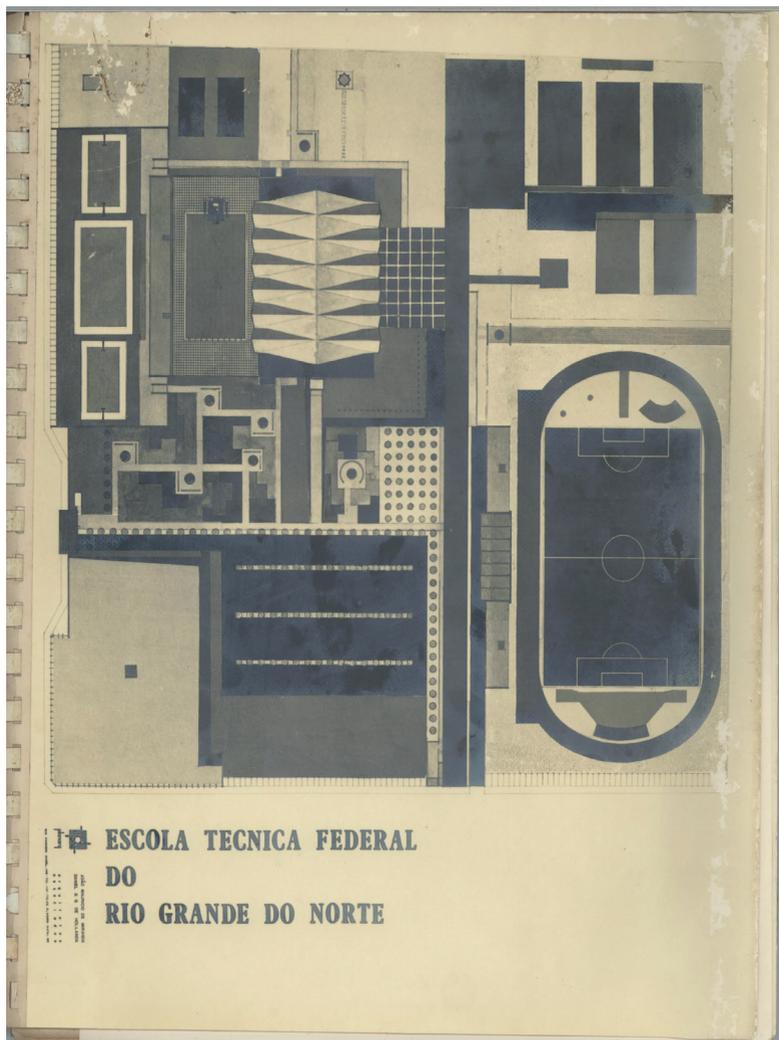
Natal, 17 de novembro de 1971.



LUIZ CARLOS ABBOTT GALVÃO  
Presidente do CR

A N E X O S :

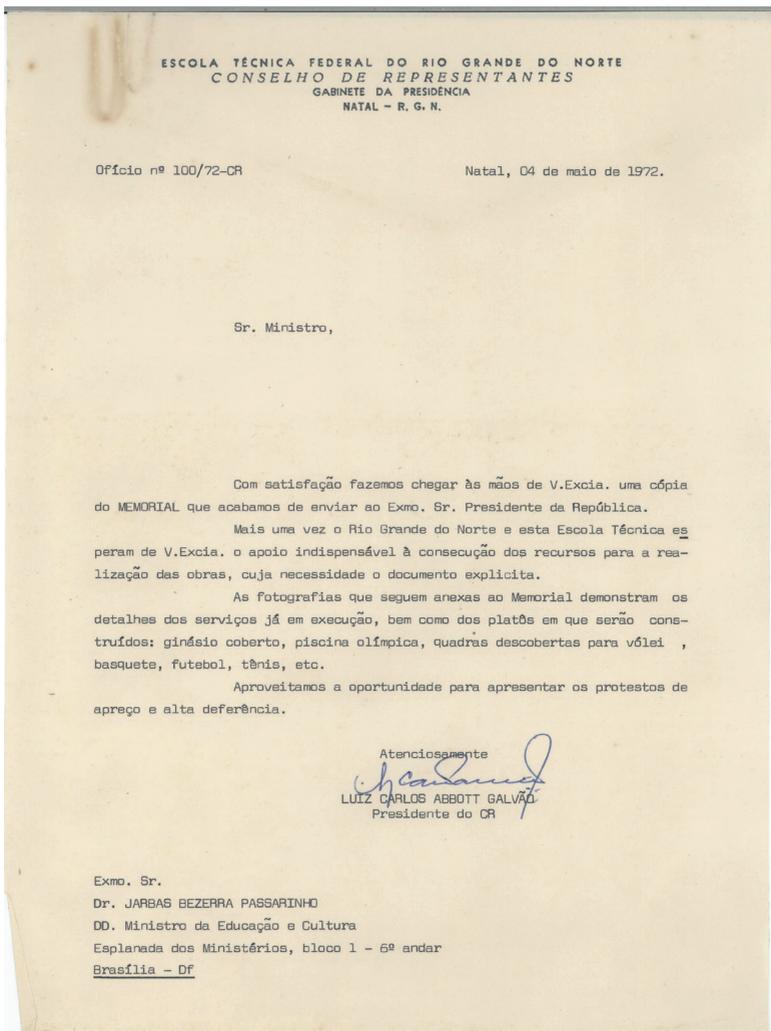
- 1 - Quadro demonstrativo
- 2 - Fotocópia do Processo nº 2203/71
- 3 - 9 fotografias.



Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.

Cópias recuperadas em junho/2019.

## Figura 34 – Ofício 100/72-CR, referente à solicitação do Parque de Esportes da ETRN



Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.

Cópias recuperadas em junho/2019.

Na tabela 4, é demonstrada a evolução orçamentária da Escola no período de 1961 a 1974. Os números são categóricos em afirmar o crescimento das receitas. No curto período, a execução de recursos anuais na instituição ascendeu milionariamente de Cr\$ 18.622,00 (dezoito mil, seiscentos e vinte e dois cruzeiros) para Cr\$ 7.429.900,00 (sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil e novecentos cruzeiros).

Tabela 4 - Demonstrativo da Evolução Orçamentária da Escola, no período de 1961 a 1974

ANO	RECEITAS OBTIDAS (Cr\$)	DESPESAS REALIZADAS (Cr\$)
1961	36.700,00	18.622,00
1962	44.411,00	44.214,00
1963	90.344,00	45.530,00
1964	211.456,00	69.610,00
1965	457.753,00	325.671,00
1966	998.099,00	876.373,00
1967	1.230.097,00	1.392.082,00
1968	1.976.304,00	1.786.446,00
1969	2.731.869,00	2.100.572,00
1970	3.486.335,00	4.067.860,00
1971	5.365.750,00	5.452.880,00
1972	7.504.280,00	8.134.570,00
1973	7.046.470,00	6.958.000,00
1974	8.510.900,00	7.429.900,00

Fonte: Quadro do Orçamento e sua Evolução (GALVÃO, 1974, p. 25)

Não há dúvidas de que a mudança para as novas instalações, em 1967, fortaleceu ainda mais o processo de reestruturação e expansão vivenciado na organização. Some-se a isso as disposições e diretrizes da reforma administrativa estabelecida para a Administração Federal, pelo Decreto-lei nº 200/1967<sup>13</sup>, que veio a alterar, inclusive, a qualificação institucional de Escola Industrial, para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), por meio da Portaria<sup>14</sup>, do Ministério da Educação e Cultura nº 331, de 6 de junho de 1968.

Objetivamente, o referido Decreto-lei determinou uma profunda reforma na Administração Federal do país, a partir da obediência das suas atividades aos princípios fundamentais de: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle. Estabeleceu, ainda, que as atividades da Administração Federal e, especialmente, a execução dos planos e programas de governo seriam objeto de permanente coordenação, com cada unidade administrativa tendo que revisar sua lotação a fim de passar a corresponder a suas estritas necessidades de pessoal ajustadas às dotações do orçamento.

Nessa conjuntura, na perspectiva de dotar a Escola de uma organização administrativa racional (WEBER, 1978) e eficiente, sem excesso de cargos e com adequada definição de atribuições dos seus diversos órgãos, o Conselho de Representantes autorizou a diretoria executiva a contratar

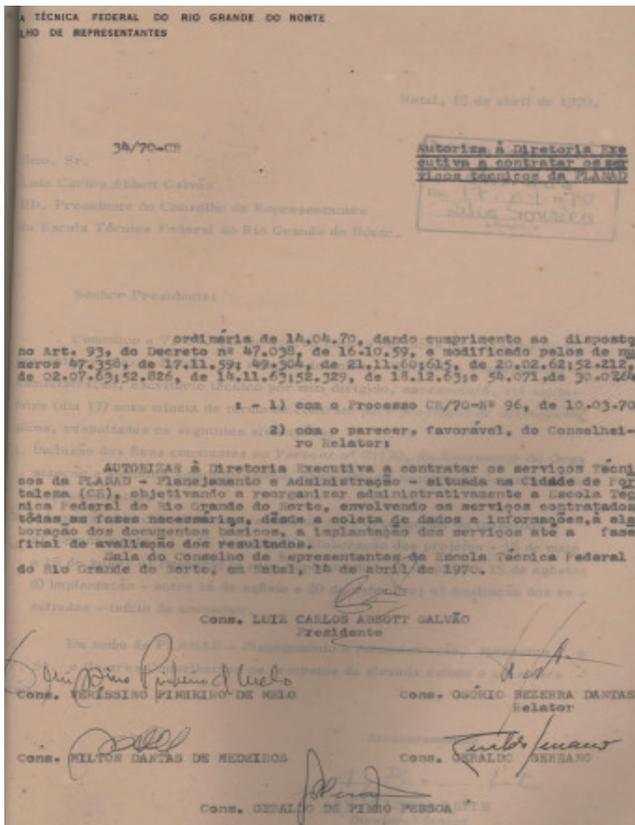
---

13 Publicado no Diário Oficial da União - Suplemento, de 27/2/1967, com retificações publicadas no Diário Oficial da União de: 8/3/1967, 30/3/1967 e 17/7/1967.

14 Publicada no Diário Oficial da União de 17/6/1968.

conceituada empresa de consultoria da região Nordeste na área de Planejamento e Administração, com sede na cidade de Fortaleza-CE, para promover a reorganização administrativa da ETFRN, conforme atestam as Resoluções nº 34/70-CR e nº 08-71-CR, cópias a seguir expostas.

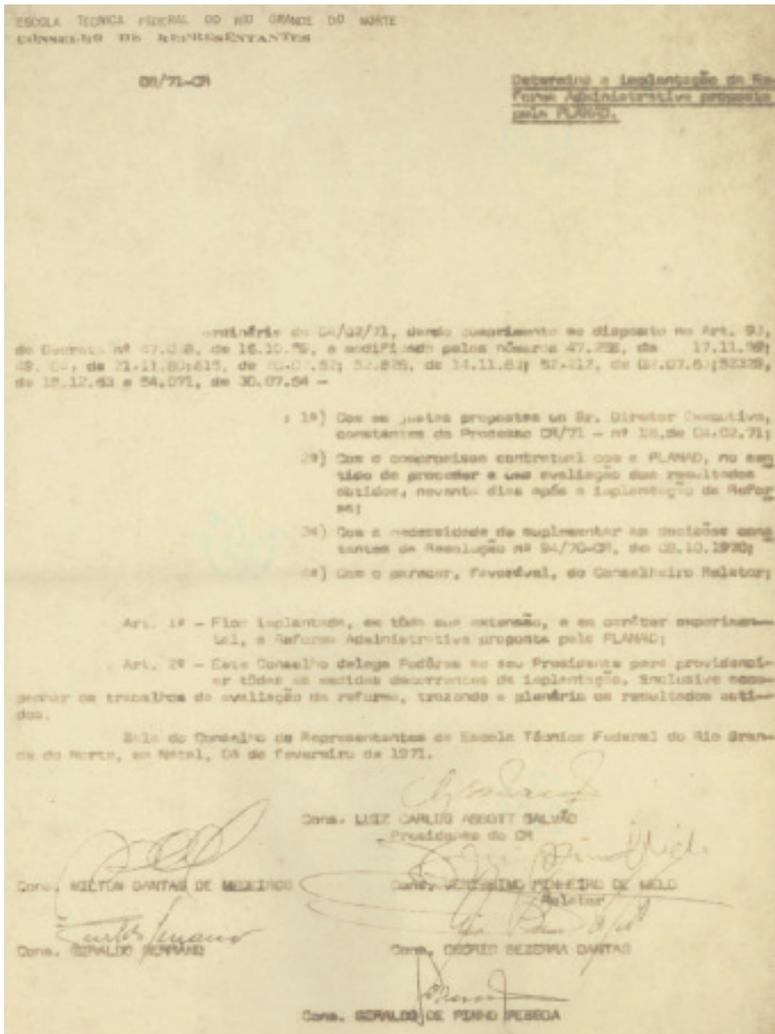
Figura 35 - Resolução nº 34/70-CR, que autorizou a contratação dos serviços técnicos da PLANAD



Fonte: Arquivo do Campus Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em junho/2019

Figura 36 - Resolução nº 08/71-CR, que autorizou a contratação dos serviços técnicos da PLANAD



Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em junho/2019

Nas páginas seguintes, são apresentadas cópias dos documentos centrais e basilares relativos à efetivação da política executiva institucional de nova organização administrativa, para a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em consonância com os estudos técnicos realizados internamente e a legislação e normas federais estabelecidas.

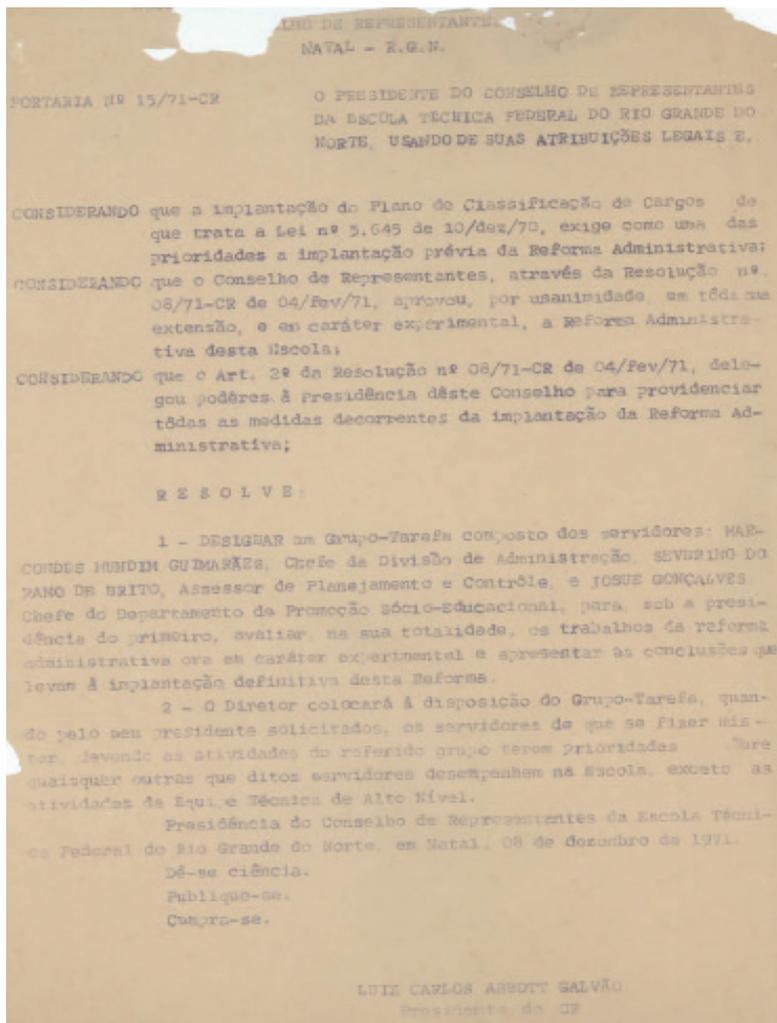
Como primeira imagem, temos a Portaria nº 15/71-CR, que designou um Grupo-Tarefa para avaliar os trabalhos da reforma administrativa, no contexto de implantação do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645/1970.

Na sequência, encontra-se a cópia da Resolução nº 09/72-CR, que aprovou, em caráter definitivo, a Estrutura Administrativa da ETFRN, elaborada pelo grupo-tarefa, designado pela Portaria nº 15/71-CR. Em seguida, apresenta-se a cópia da Resolução nº 20/72-CR, que aprovou, em redação final, o Regimento da ETFRN, e a cópia da Resolução nº 77/72 – CR, que aprovou o Manual de Atribuições das chefias das diversas unidades administrativas da Escola.

Por último, tem-se a cópia da Resolução nº 11/74-CR, que aprovou modificações na estrutura organizacional da Escola, a partir de disposto anterior da Resolução nº 31/73-CR e em observação à orientação recebida da Secretaria de Apoio Administrativo do Ministério da Educação.

Figura 37 - Portaria nº 15/71-CR, que designou grupo-

tarafa para avaliar os trabalhos da reforma administrativa

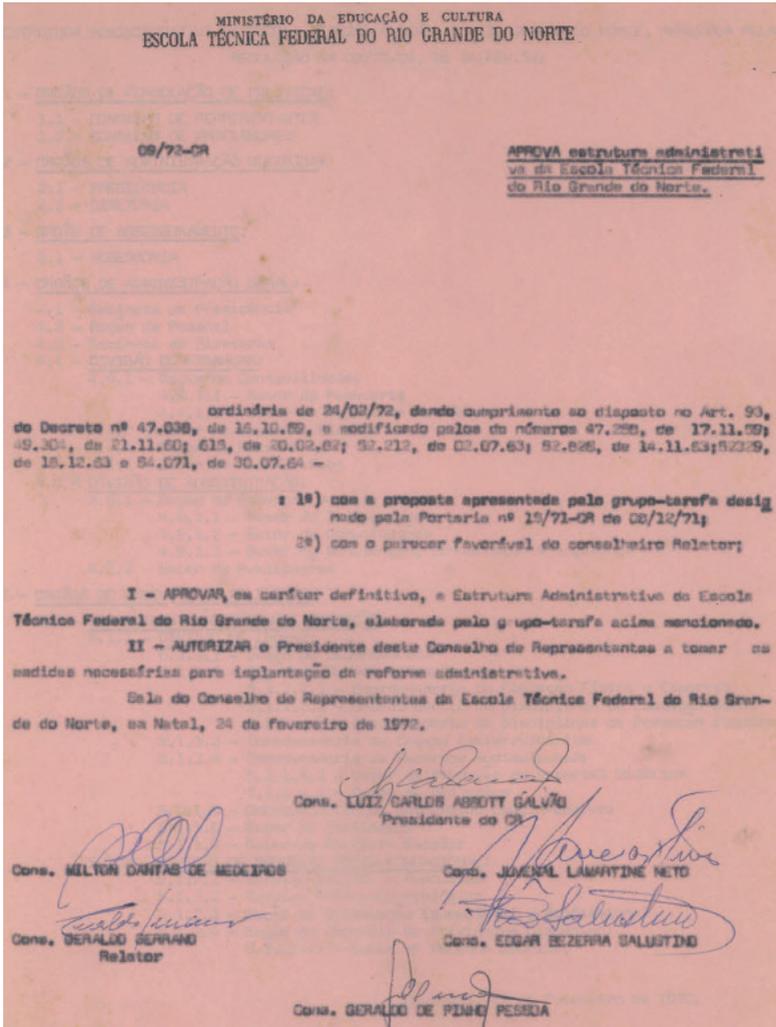


Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em junho/2019

Figura 38 - Resolução nº 09/72-CR, que aprovou a

## estrutura administrativa da ETFRN

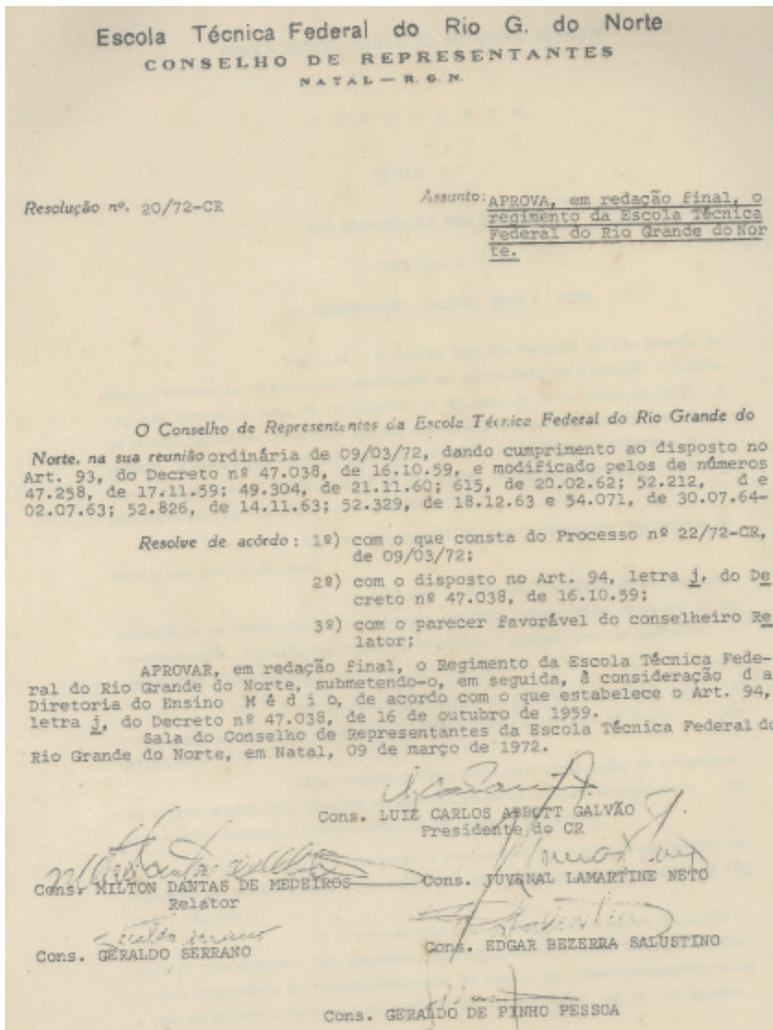


Fonte: Arquivo do *Campus Natal-Central/IFRN*.

Cópia recuperada em junho/2019

Figura 39 - Resolução nº 20/02-CR, que aprovou a redação

## final do Regimento da ETFRN

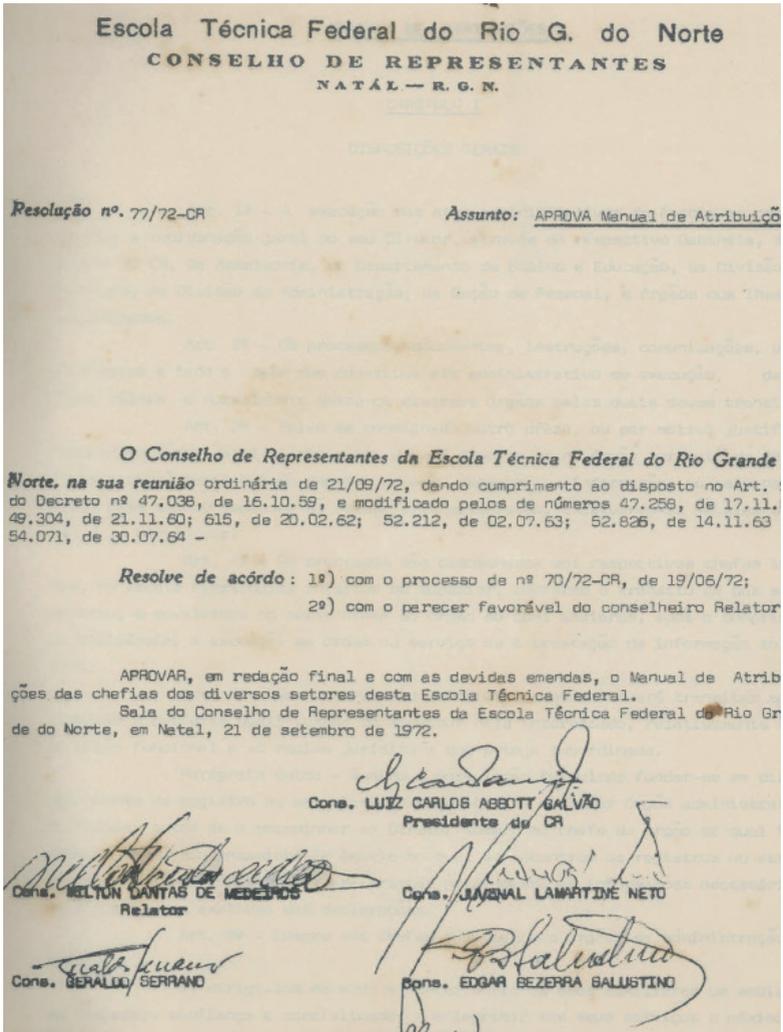


Fonte: Arquivo do Campus Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em junho/2019

Figura 40 - Resolução nº 77/72-CR, que aprovou o Manual

## de Atribuições da ETRFN



Fonte: Arquivo do Campus Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em junho/2019

Figura 41 - Resolução nº 11/74-CR, que aprovou as

## modificações na estrutura organizacional da ETFRN

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CONSELHO DE REPRESENTANTES  
NATAL - R. G. N.

RESOLUÇÃO Nº 11/74-CR Assunto: APROVA modificação na estrutura organizacional desta Escola.

O Conselho de Representantes da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, na sua reunião ordinária de 05/02/74, dando cumprimento ao disposto no Art. 93, do Decreto nº 7.036, de 19.10.73 e segunda redação do Decreto nº 7.036, de 20/07/69 e o disposto no § 1º do art. 1º do Decreto nº 25.670, de 27/01/69, acrescido do Decreto nº 72.538, de 27/07/73,

CONSIDERANDO a orientação estregada no relatório encaminhado a esta Escola pela Secretaria de Apoio Administrativo do Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do ofício circular nº 01/368/73, de 07/11/73;

CONSIDERANDO uma das condições prévias exigidas no item I do Art. 6º, da Lei 5.545 de 10/12/1970 para a implantação do novo Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil da União e das Autarquias Federais;

CONSIDERANDO o que consta do Processo protocolado sob o número 010/74-CR, de 31/01/74, bem como o parecer favorável do conselheiro relator;

RESOLVE:

I - APROVAR as modificações feitas na estrutura organizacional desta Escola, conforme organograma anexo, condicionadas ao pronunciamento dos órgãos superiores.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CONSELHO DE REPRESENTANTES  
NATAL - R. G. N.

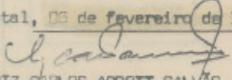
RESOLUÇÃO Nº 11/74-CR (Continuação)

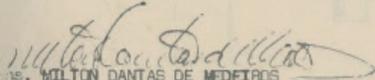
Assunto: APROVA modificação na estrutura organizacional desta Escola.

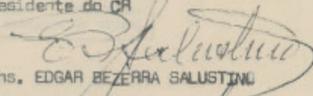
O Conselho de Representantes da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, na sua reunião ordinária de 05/02/74, dando cumprimento ao disposto no Art. 93, do Decreto nº 47.038, de 16.10.59 e segundo a redação do Decreto nº 615, de 20/02/62 e o disposto no § 16 do Art. 1º do Decreto nº 65.070, de 27/01/69, acrescido do Decreto nº 72.538, de 29/07/73,

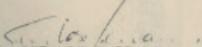
II - CONSIDERAR revogado o disposto na Resolução de nº 31/73-CR, de 19 de julho de 1973.

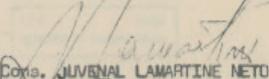
Sala de Reuniões do Conselho de Representantes da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, 05 de fevereiro de 1974.

  
Cons. LUIZ CARLOS ABBOTT GALVÃO  
Presidente do CR

  
Cons. MILTON DANTAS DE MEDEIROS  
Relator

  
Cons. EDGAR BEZERRA SALUSTINO

  
Cons. GERALDO SERRANO

  
Cons. JUVENAL LAMARTINE NETO

  
Cons. GERALDO DE PINHO PESSOA



Finalizando este tópico de natureza mais administrativa, é preciso resgatar, sobre a estrutura física, o inesperado processo de recalque na edificação, surgido no início da década de 1970, em relação ao bloco do edifício central, limítrofe com a avenida Bernardo Vieira, cuja estrutura de concreto armado construída preteritamente quando do reinício das obras, em 1965, por falta de sustentação do solo, começou a inclinar-se na direção da referida avenida.

A situação de emergência, confrontada com a inexistência de recursos para a execução dos serviços, foi enfrentada pelo Conselho de Representantes com corajosa decisão, redirecionando provisão orçamentária destinada ao pagamento patronal do fundo de garantia do tempo de serviço dos servidores para a contratação dos serviços de uma empresa de engenharia especializada em reforço de solos, como medida de urgência inadiável. As obras de reforço das fundações da estrutura foram executadas, garantindo a integridade e segurança do prédio. Posteriormente, a correspondente dívida, resultante da falta de pagamento à previdência, foi atualizada e integralmente quitada na gestão de Marcondes Mundim Guimarães.

### **3.3 – Os avanços acadêmicos**

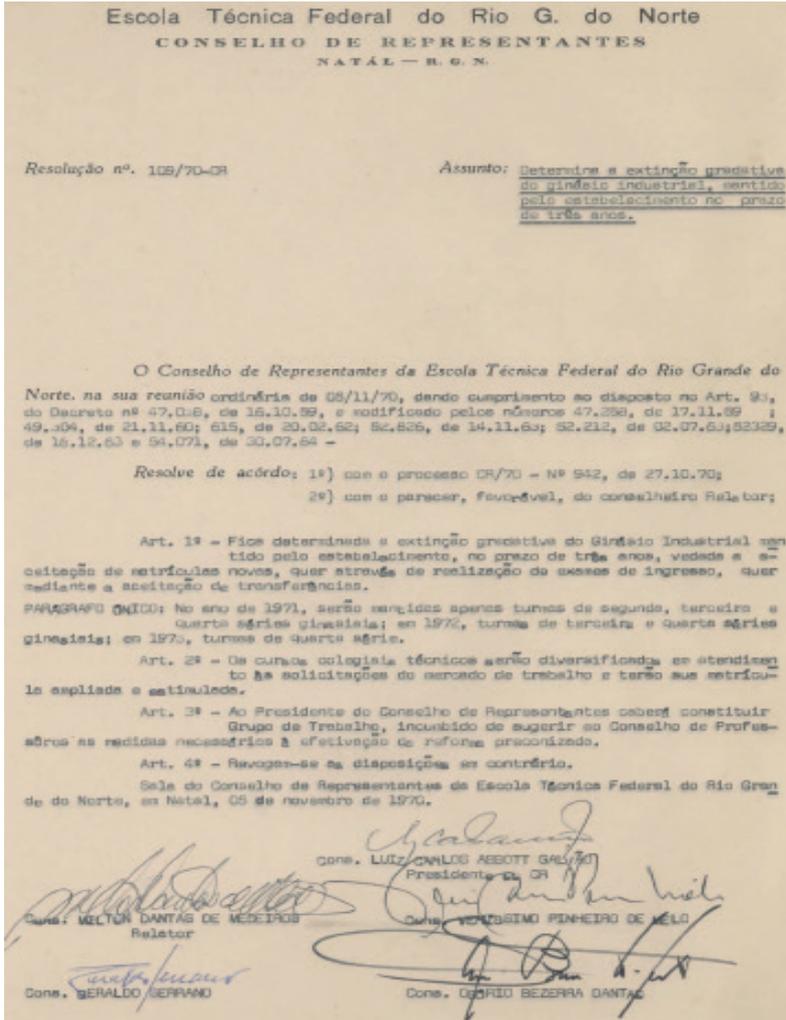
A área de ensino, assumida como atividade fim e de maior importância do estabelecimento educacional, obteve grandes e estruturantes avanços durante os 13 (treze) anos, principal período de análise nesta obra. As reformas pedagógicas adotadas mantiveram a Escola didaticamente atualizada com as transformações sociais

vivenciadas, abertas às expectativas da comunidade e em conformidade com ambientes produtivo e de trabalho.

Paralelamente, os investimentos em infraestrutura física, acompanhados da aquisição e instalação de equipamentos, em sintonia com as necessidades acadêmicas, viabilizaram o cenário positivo e imediato, resultando na melhoria dos padrões do ensino ofertado e levando a uma crescente conquista de prestígio institucional na região.

A extinção gradativa do ginásio industrial, determinada nos termos da Resolução nº 109/70-CR (cópia a seguir apresentada), no prazo de 3 (três) anos, vedada a aceitação de matrículas novas, permitiu a todos os alunos do ensino ginásial concluírem seus estudos de iniciação profissional, ao mesmo tempo que abriu espaço para a implantação dos cursos técnicos ajustados à boa base de formação geral dos estudantes (MEIRELES, 2007), opção que projetou positivamente a Escola nas áreas social e econômica do Rio Grande do Norte e veio a constituir-se como potencial decisivo para sua elevação a novo patamar entre as coirmãs da rede nacional. De acordo com a citada Resolução nº 109/70-CR, os cursos colegiais técnicos deveriam ser diversificados em atendimento às solicitações do mercado de trabalho e terem sua matrícula ampliada e estimulada.

Figura 42 - Resolução nº 109/70-CR, que aprovou a extinção do ginásio industrial



Fonte: Arquivo do Campus Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em junho/2019

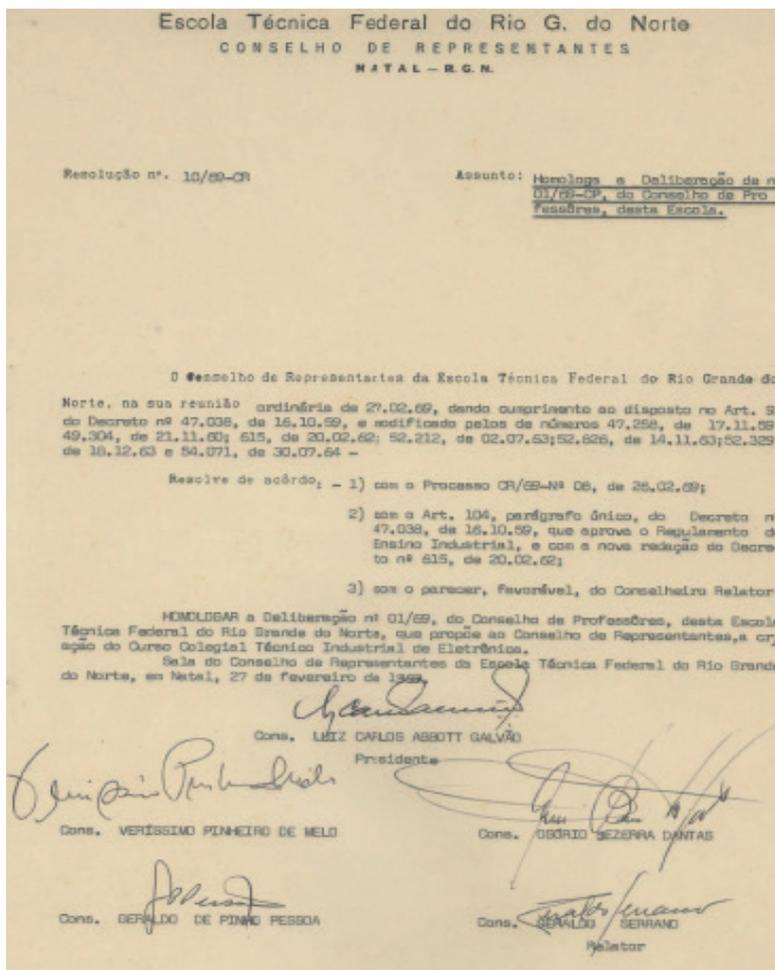
Somando-se aos cursos técnicos integrados com o ensino médio de Mineração e Estradas, iniciados ainda na avenida Rio Branco, nas novas instalações da avenida Salgado Filho foram criados, em 1969, os cursos de Edificações e Eletromecânica, sendo este, em 1970, desmembrado em Eletrotécnica e Mecânica. No ano de 1973, foram implantados os cursos técnicos de Geologia e Saneamento.

Parece importante o registro dos conteúdos da Resolução nº 10/69-CR, que homologou a Deliberação nº 01/69, do Conselho de Professores, a qual propôs a criação do Curso Colegial Técnico Industrial de Eletrônica; e da Resolução nº 17/72-CR, que autorizou a criação do Curso de Pesca, em nível de habilitação regular de 2º grau, conforme cópias expostas nas páginas seguintes. Na realidade, esses cursos não vieram a ser implementados.

No tocante à criação do curso técnico de Eletrônica, a proposição confrontada com a criação do curso técnico de Eletromecânica provocou o desmembramento deste em Mecânica e Eletrotécnica, sendo considerado, por propositores e pelo Conselho de Professores, que este último poderia viabilizar os estudos relativos aos conhecimentos básicos que seriam ofertados no curso técnico de eletrônica.

Relativamente ao curso técnico de Pesca, informações não sistematizadas indicaram que, após cuidadoso processo de avaliação quanto às condições didático-pedagógicas e tecnológicas da Escola, a gestão decidiu por não encaminhar o andamento dos procedimentos acadêmicos necessários à implementação da oferta desse curso.

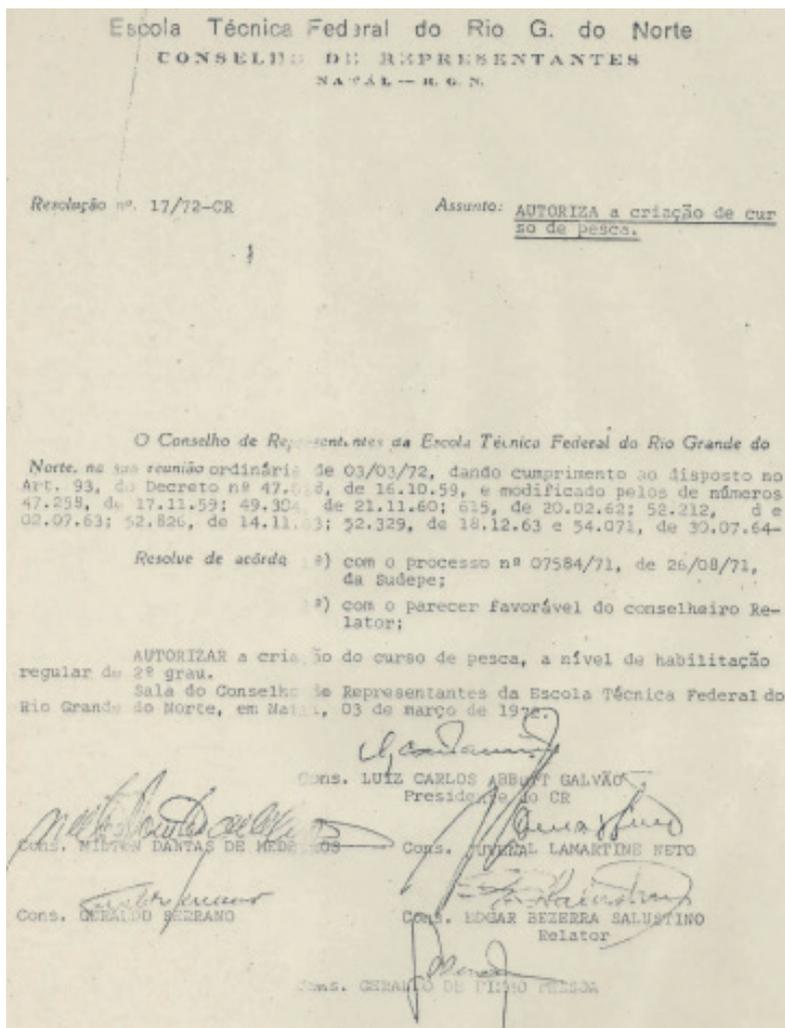
Figura 43 - Resolução nº 10/69-CR, que homologou a Deliberação nº 01/69, com proposição da criação do Curso Colegial Técnico Industrial de Eletrônica



Fonte: Arquivo do Campus Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em junho/2019

Figura 44 - Resolução nº 17/72-CR, que autorizou a criação do Curso de Pesca



Fonte: Arquivo do Campus Natal-Central/IFRN.

Cópia recuperada em junho/2019

A tabela 5 apresenta o número de matriculados na Escola de acordo com o curso de inscrição, no período de 1961 a 1974. Os dados demonstram o processo de ampliação e variação de matrículas nas diversas modalidades de ensino, que, em termos gerais, atingiu um crescimento de 1.073% (mil e setenta e três por cento), tomando-se por base os referidos anos.

Tabela 5 - Demonstrativo de matrículas da Escola, no período de 1961 a 1974

ANO	NÚMERO DE MATRÍCULA			SOMA
	Ginásio Industrial	Técnico	Aprendizagem	
1961	214	-	-	214
1962	267	-	-	267
1963	465	56	-	521
1964	488	88	-	576
1965	535	141	222	898
1966	604	150	39	793
1967	855	155	179	1.189
1968	952	117	44	1.113
1969	1.181	223	200	1.604
1970	1.515	394	-	1.909
1971	1.201	624	-	1.825
1972	824	926	-	1.750
1973	430	1.432	-	1.862
1974	65	2.232	-	2.297

Fonte: Quadro do Movimento Geral de Matrículas 1943 – 1974

(GALVÃO, 1974, p. 26)

As informações expostas na referida tabela também evidenciam o movimento exponencial de crescimento da matrícula dos cursos técnicos, iniciado em 1963, com 56 (cinquenta e seis) matrículas, vindo a atingir o número de 2.232 (duas mil, duzentas e trinta e duas) matrículas em 1974. Ao mesmo tempo, ocorria a extinção das inscrições no curso ginásial, cujo resíduo, em 1974, era de apenas 65 (sessenta e cinco) matriculados.

A busca pela garantia do melhor ensino possível para os estudantes levou a Instituição ao entendimento da necessidade de desenvolver um processo de aulas externas com o objetivo de aproximar os alunos, o máximo possível, da realidade do mundo do trabalho. Para tanto, estrategicamente, considerando a realidade das outras coirmãs da rede, o Conselho de Representantes autorizou a direção da Escola a adquirir um ônibus e contratar um motorista profissional para viabilizar a realização de um programa acadêmico permanente de aulas de campo e visitas a empresas, como extensão complementar aos conhecimentos profissionais ministrados nos ambientes escolares. A seguir, a figura 45 resgata a imagem do ônibus adquirido e o motorista contratado para o suporte ao programa de aulas externas.

Figura 45 – Registro fotográfico do primeiro ônibus adquirido pela Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, para atender ao desenvolvimento de programa de aulas externas e visitas a empresas (1972)



Fonte: Acervo do ex-Reitor Belchior de Oliveira Rocha.

Imagem obtida em julho/2019

Na tabela 6, que segue, está relacionado, por ano, o número de concluintes dos cursos técnicos, até 1973, salientando que, dos 56 (cinquenta e seis) alunos ingressos em 1963, 31 (trinta e um) concluíram em 1965. Destes, 17 (dezesete) em Mineração e 14 (quatorze) em Estradas (FERNANDES, 2015).

Tabela 6 - Demonstrativo do número de alunos concluintes dos cursos técnicos, no período de 1965 a 1973

ANO	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	SOMA
Nº DE CONCLUINTE	31	23	36	17	20	34	101	159	257	678

Fonte: Galvão (1974, p. 27).

No tocante à qualidade do ensino dos cursos técnicos ministrados na Escola, os retornos elogiosos continuamente recebidos das empresas, sediadas nos diversos estados do país, sempre significaram energias motivadoras para o aperfeiçoamento e melhoria do trabalho realizado. Como representação dessa realidade de êxitos, a figura 46, exposta na próxima página, apresenta o registro do momento da entrega de prêmio da Volkswagen do Brasil ao aluno do curso de mecânica, destaque nacional da empresa.

Figura 46 - Registro fotográfico da entrega de prêmio concedido pela Volkswagen do Brasil, representada pela concessionária Marpas S/A, a aluno do curso de mecânica da Escola Federal do Rio Grande do Norte, destaque nacional da empresa no ano (1973)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT.

Imagem obtida em julho/2019

Retornando cronologicamente no resgate do seu contexto de cenário vanguardista, cabe focalizar que a Escola consegue ser escolhida pelo Ministério da Educação para sede estadual do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra<sup>15</sup> (PIPMO).

---

15 Programa criado pelo Governo Federal, pelo Decreto nº

Instalado no ano de 1965, o PIPMO desenvolveu importante papel na qualificação de profissionais no Estado do Rio Grande do Norte, especializando, no período de 1965 a 1974<sup>16</sup>, 2.618 (duas mil, seiscentas e dezoito) pessoas, por meio de um importante investimento federal, no valor total de Cr\$ 268.598,45 (duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e noventa e oito cruzeiros e quarenta e cinco centavos), conforme demonstrado na tabela 7.

Tabela 7 - Demonstrativo do número de pessoas capacitadas na Escola, entre 1965 e 1974, por meio do Programa PIPMO

ANO	Nº DE PESSOAS CAPACITADAS	RECURSOS (Cr\$) INVESTIDOS
1965	555	11.653,67
1966	50	2.235,00
1967	153	5.490,00
1968	41	3.450,00
1969	311	32.410,00
1970	93	8.776,00
1971	180	19.840,00
1972	452	80.944,00
1973	348	50.722,88
1974	435	53.076,90
SOMA	2618	268.598,45

Fonte: Quadro Treinamento ETRN/PIPMO 1965 - 1974

(GALVÃO, 1974, p. 31)

---

53.324, de 18 de dezembro de 1963.

16 Ano de término das suas atividades, em cumprimento ao estabelecido no Decreto nº 75.081, de 12 de dezembro de 1974.

Outra política da maior relevância assumida pela Instituição, no final da década de 1960, foi o apoio a estudantes pobres que desejavam ingressar nos cursos técnicos, materializada por meio do Programa Especial de Bolsa de Trabalho (PEBE), destinado à preparação de filhos de trabalhadores sindicalizados para o ingresso na Escola. O Ministério da Educação viabilizou recursos para a oferta anual de curso preparatório noturno com 2 (dois) semestre letivos, o denominado Pró-Técnico; e o Ministério do Trabalho e Previdência Social ofertou bolsas de estudos para os alunos de frequência regular no curso. Na década de 1980, o Pró-Técnico perdeu o apoio financeiro dos supracitados ministérios, mas sua filosofia, com necessárias e indispensáveis adequações, foi mantida pela Escola.

As figuras 47 e 48, a seguir, apresentam registro fotográfico de visita do Ministro da Educação, Paulo de Tarso de Moraes Dutra, à Escola, quando tratou do Convênio de viabilidade para o desenvolvimento do programa PEBE.

Figura 47 – Imagem de reunião do Presidente do Conselho de Representantes, Luiz Carlos Abbott Galvão, com o Ministro da Educação Tarso Dutra, em visita à Escola Federal do Rio Grande do Norte, em outubro de 1967



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT.

Imagem obtida em julho/2019

Figura 48 – Imagem de visita do Ministro da Educação, Tarso Dutra, e do Reitor da UFRN, Onofre Lopes, às instalações da Escola Federal do Rio Grande do Norte, em outubro de 1967



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT.

Imagem obtida em julho/2019

Numa perspectiva de extensão e no escopo de uma política de abertura do estabelecimento, para as necessidades da comunidade, de forma pioneira, ao que preconizaria 2 (dois) anos mais tarde a Lei nº 5.692<sup>17</sup>, de 11 de agosto de 1971, o Conselho de Representantes aprovou, em 1969, a implantação de projeto de intercomplementaridade na Escola, por meio de Convênio com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, viabilizando que alunos do 3º e 4º ano ginasial da Escola “Instituto Padre Monte” complementassem os estudos profissionalizantes nas salas de aulas, oficinas e laboratórios da ETFRN.

Nesse contexto, com o advento da referida lei, a experiência iniciada com o Instituto Padre Monte é ampliada, com a ETFRN passando a receber, em anos subsequentes, alunos dos Colégios Salesiano, Santo Antônio e de outras escolas da rede estadual para cursarem disciplinas de formação profissional. Vale destacar que essas parcerias representaram o início do ingresso de estudantes do sexo feminino em atividades escolares do estabelecimento, caracterizando-se como um importante passo para que, no ano de 1975, fosse efetivada a matrícula da primeira aluna em curso técnico – de Edificações – Nelma S. Marinho de Bastos – na ETFRN (PEGADO, 2006). Essa realidade permitiu que, a partir de 1976, fossem abertas vagas para estudantes de ambos os sexos nos diversos cursos ofertados pela Instituição.

O ensino de formação profissional na Escola sempre procurou estar vinculado à formação dos estudantes para

---

17      Publicada no Diário Oficial da União de 12.8.1971 com retificação em 18.8.1971.

a vida, associando conteúdos das especializações com conhecimentos de arte cênica, dança, escultura, música e pintura. Outro fator importante para a formação dos discentes diz respeito às ações pedagógicas vinculadas às práticas da educação física. No entanto, o desenvolvimento das práticas desportivas só foi possível a partir da utilização das instalações do América Futebol Clube, no bairro do Tirol, pelos nossos estudantes, enquanto a Escola não dispunha de espaço físico adequado para a realização dessas atividades.

Com o incentivo da administração, as equipes da Escola estiveram presentes em todos os jogos colegiais estaduais e participaram de todas as competições de âmbito nacional, promovidas pelo Ministério da Educação, conseguindo a maioria dos títulos das competições que ingressou, inclusive brasileiros, em praticamente todas as modalidades, como por exemplo: tetracampeonato de basquetebol, tricampeonato de natação, bicampeonato de tênis de mesa e campeonatos de voleibol, futebol de campo, futebol de salão e atletismo.

Essa realidade foi decisiva para que o Departamento do Ensino Médio do Ministério da Educação escolhesse, em 1972, a cidade do Natal para realizar os VII Jogos Estudantis Brasileiros do Ensino Médio (VII JEBEM), reunindo representações de todas as unidades da federação. Foram alojados cerca de 2.000 (dois mil) estudantes-atletas na Escola e a sociedade da capital do Estado foi mobilizada em função do evento desportivo e cultural. Enquanto aqueles jogos existiram, a Escola nunca deixou de ser referenciada como a melhor sede de realização do referido certame nacional, por sua organização e espírito de fraternidade vivenciados nos VII JEBEM.

Nas páginas seguintes, é apresentada uma composição de registro fotográfico dos VII JEBEM, contendo, em seqüência: o totem de boas-vindas instalado no canteiro central da avenida Salgado Filho, esquina com a avenida Bernardo Vieira; imagens da solenidade de abertura; recortes do informativo “TRANSA SETE”, que manteve os participantes sempre atualizados com os acontecimentos do evento, ao mesmo tempo que se apoiava numa linha crítica inteligente, espirituosa e de charges/quadrinhos; e, por último, cenas de momentos de premiações de competições culturais e esportivas.

Figura 49 – Registros do VII JEBEM







P L Á !

O mineiro de Guro Preto, Cajuri, ao contemplar as praias de Natal, entrou de mar a dentro com roupa e tudo...

Branca de Nevo, atleta de Maranhão, está interessado em saber se alguém encontrou carta dos "Sete Anões" para ele. O felizado será gratificado com uma bola de basquete e outra de futebol de salão furadas.

O parense "Guardá-Suco" encantado com a cidade do Natal, chegou às 6 horas da manhã, pensando que era meia-noite.

## ACONTECEU ONTEM

O Sr. Governador José Cortez Pereira aconteceu na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, homenageando os VII JEBEM com a sua presença, por ocasião do lauto almoço realizado no amplo refeitório da Escola, regionalmente ornamentado. Além da presença do Chefe da Casa Civil, o Sr. Maia Neto, foi especialmente notada a figura inconfundível do Presidente do Conselho da ETPFE, o Coronel Carlos Nobre da Veiga que é também coordenador nacional do Projeto MAUÁ. O Presidente do Conselho da ETPCE, o Dr. Rômulo Proença, bem como o Sr. Luís Carlos Abbott Galvão, Presidente da ETPRN e vários diretores das Escolas Técnicas abrilhantaram o banquete das autoridades.

Efusivos parabéns a MARCONDES MUNDIM, JAIRO PABRÍCIO e Pe. PEDRO FERREIRA, que compõem a eficiente Comissão de Cerimonial, Civismo e Disciplina que muito antes da deslumbrante abertura dos VII JEBEM, já demonstravam a grande capacidade de planejar, preparar e executar. Tudo tem se desenrolado sem falha, até nos mínimos detalhes de entregas de troféus e medalhas.

Para não perturbar o ritmo de apresentação do TRANSA SETE, o jovem desenhista Luís Pinheiro, do GRUPEHQ (Grupo Pesquisa de História em Quadrinhos) executou as charges a contento dos leitores.



Fonte: Arquivo do *Campus* Natal-Central/IFRN.

Imagens recuperadas em julho/2019.

Em função do reconhecimento da comunidade pelas atividades desportivas promovidas pela Instituição, em 1975, na inauguração do ginásio de esportes, a Escola denominou seu Parque Poliesportivo de Luiz Carlos Abbott Galvão. A figura abaixo apresenta a imagem do ex-presidente do Conselho de Representantes da ETFRN e sua família, em cerimônia para homenageá-lo.

Figura 50 - Registro fotográfico da aposição da placa do Parque Poliesportivo Luiz Carlos Abbott Galvão da ETFRN (1975)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT.

Imagem obtida em julho/2019

Centrando novamente a análise no processo acadêmico, com lentes na conclusão das turmas de cursos técnicos, inicia-se na Escola uma nova atividade de encaminhamento de alunos para estágio. Primeiro, em 1965, de acordo com o demonstrado na tabela 8 abaixo, foram 24 (vinte e quatro) estudantes encaminhados ao mercado de trabalho e, até o ano de 1973, o número atingiu um total de 533 (quinhentos e trinta e três) estagiários, conforme dados anualmente detalhados.

Tabela 8 - Demonstrativo do número de estagiários dos cursos técnicos, no período de 1965 a 1973

ANO	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	SOMA
Nº DE ESTAGIÁRIOS	24	12	24	14	14	30	84	129	202	533

Fonte: Quadro do Movimento Geral de Estágios/1965 – 1973

(GALVÃO, 1974, p. 27)

O desenvolvimento de uma política agressiva junto a órgãos governamentais e empresariado, visando tornar a ETFRN conhecida e acreditada na região e no país como estabelecimento educacional de qualidade, na formação de técnicos de nível médio, inclusive com o desenvolvimento de ação de visitas a empresas, viabilizou estágio para nossos estudantes na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no Departamento Nacional de Obras de Combate às Secas (DNOCS), no então Departamento Nacional

de Estradas de Rodagem (DNER) e empresas vinculadas a projetos desses órgãos. Também receberam considerável quantidade de técnicos formados pela Escola a Mineradora Vale do Rio Doce, a Petrobras, as companhias regionais concessionárias de energia elétrica, de telecomunicações e de água e esgoto.

Em função de o Rio Grande do Norte ser pouco industrializado e do reconhecimento da qualidade do estudante qualificado, a ETFRN passou a encaminhar técnicos para todos os Estados do território nacional. Essa constatação pode ser feita observando os dados constantes da tabela 9, a seguir, que demonstra a localização, no ano de 1974, dos estagiários da ETFRN por Estado da federação.

Das informações constantes na mencionada tabela 9, no ano de 1974, cabe destaque a absorção do maior número de estagiários por parte de empresas do Rio Grande do Norte, com prevalência do ramo da indústria da construção civil e da área de energia elétrica (nos cursos de Edificações, Eletrotécnica e Estradas). Ao mesmo tempo, em lados opostos, encontram-se o curso de Mecânica, com o menor quantitativo de estágios e com efetiva concentração no Rio de Janeiro, e o curso de Mineração, como campeão de estágios, exportando profissionais para as demais regiões do país. O referido curso de Mineração encaminhou cerca de 90% (noventa por cento) dos seus egressos para os Estados do Pará, Bahia, Distrito Federal e Goiás, o que demonstra, à época, a força dessas unidades da federação na área do setor mineral.

Tabela 9 - Quantitativo dos estagiários da ETFRN, no ano de 1974, por Estado de localização das empresas de realização da atividade curricular

ESTADO	CURSOS					SOMA
	Edificações	Eletrotécnica	Estradas	Mecânica	Mineração	
Rio Grande do Norte	31	27	15	6	7	86
Bahia	0	3	0	1	10	14
Pernambuco	3	2	2	3	3	13
Ceará	0	2	0	1	0	03
Alagoas	1	0	5	0	0	6
Pará	0	0	0	0	13	13
Distrito Federal	2	0	0	0	10	12
Minas Gerais	0	2	0	0	1	3
Goiás	0	0	0	0	8	8
Mato Grosso	0	0	0	0	1	1
Paraíba	0	0	4	0	0	4
Sergipe	0	0	0	0	2	2
Santa Catarina	0	1	6	1	0	8
São Paulo	0	2	0	3	0	5
Rio de Janeiro	7	0	0	9	2	18
Território do Amapá	0	0	0	0	1	1
Rondônia	1	0	0	0	4	5
TOTAL	45	39	32	24	62	202

Fonte: Galvão (1974, p. 30)

Outro elemento importante é que o estágio foi logo compreendido na Escola como instrumento de retroalimentação do currículo escolar e, numa perspectiva de extensão, como instrumento de integração escola-empresa.

O Centro de Integração Empresa-Escola (CIE-E), organização não governamental de âmbito nacional sem fins lucrativos, criado em meados da década de 1960, na cidade de São Paulo-SP, por empresários e educadores, visando promover a integração de estudantes ao mercado de trabalho, serviu de estímulo, orientação e assistência técnica, para a implantação do SIE-E - Serviço de Integração Escola-Empresa na ETFRN, em abril de 1973. Os objetivos do SIE-E eram manter cadastro com entidades e empresas de acordo com as necessidades profissionais especializadas; realizar o encaminhamento de alunos para estágios; desenvolver o acompanhamento e controle das respectivas atividades realizadas nas empresas; bem como promover ações de integração entre a Escola e as Empresas.

Cabe destacar, como exemplo imediato de acerto dessa política, a realização por parceiros, em área de terreno ainda não edificado da ETFRN, da 1ª Feira de Amostra da Indústria e Comércio - 1ª FAMIC, do Rio Grande do Norte, um grande evento empresarial, cultural, de publicidade e de relações sociais que congregou coletivos locais e nacionais.

A 1ª FAMIC viabilizou um peculiar encontro da Escola com a sociedade, oportunizando relações sociais para além da sala de aula (DEMO, 1987). A comunidade escolar teve a oportunidade de acesso a novos conhecimentos nas

áreas de tecnologias e serviços, bem como de interagir com empreendedores, empresários, artistas nacionais, trabalhadores e outros participantes.

O evento foi agenciado pelo publicitário Everaldo Porciúncula, que fez história na propaganda do Rio Grande do Norte como um dos sócios da agência vanguardista Dumbo Publicidade, considerada, no início da década de 1970, a maior agência de publicidade e propaganda do mercado estadual.

## 4. PALAVRAS FINAIS

*Francisco das Chagas de Mariz Fernandes*

Este livro se insere na perspectiva e espaço de celebração dos 110 (cento e dez) anos de criação do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, ocorrida em 23 de setembro de 1909, sob a denominação de Escola de Aprendizes Artífices.

A obra revela vivências institucionais, com delineamento voltado para um rico e, atualmente, quase desconhecido, ciclo organizacional, cuja memória é necessário resgatar, visando dar conhecimento à comunidade acadêmica do trabalho desenvolvido por pessoas que, compondo um órgão colegiado denominado de Conselho de Representantes, formado na quase totalidade, por representantes da sociedade, teve fundamental importância no processo de estruturação, implantação e consolidação do ensino técnico na Escola.

Sobre a ação do Conselho de Representantes, esclarece Silva (2012, p. 98), em função dos estudos realizados que,

[...] nada que dissesse respeito à organização administrativa, financeira e pedagógica da Escola, seria posto em prática ou encaminhado aos órgãos centrais, sem, antes, ser devidamente apresentado, através de processos, a esse Conselho e analisado pelos seus

membros, em reuniões ordinárias realizadas mensalmente.

A autora enfatiza ainda que essa dinâmica de gestão colocada em prática na Escola, em que as decisões deveriam ser fruto de um posicionamento colegiado,

[...] não impediu que o Presidente do Conselho se transformasse na referência de poder institucional. Assim, se por um lado, ele foi se constituindo no principal condutor das atividades desenvolvidas na Instituição; por outro, taticamente, reconhecia as prerrogativas próprias do Conselho que presidia; era em nome dele que falava e agia, o que fez com que a sua trajetória na Escola se confundisse com a própria existência desse Colegiado (SILVA, 2012, p. 103).

Caminhando para o final desta obra, em um trabalho, no entendimento dos autores, parcial e limitado, frente a possíveis investigações com maior amplitude e profundidade quanto ao tempo e coleta de dados, é forçoso evidenciar a trajetória de Luiz Carlos Abbott Galvão, que, não sendo servidor público nem recebendo remuneração, tampouco visando cargos políticos, prestou relevantes serviços em prol do desenvolvimento da educação profissional do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Pelos serviços prestados ao país, quando do aniversário de 70 (setenta) anos da rede federal, o Ministério da Educação lhe conferiu a Medalha Nilo Peçanha<sup>18</sup>. A figura exposta a seguir registra o momento da entrega da honraria a Luiz Carlos, pelo Diretor Marcondes Mundim Guimarães, no ato representando o Ministro da Educação.

Figura 51. Registro fotográfico de entrega da Medalha Nilo Peçanha a Luiz Carlos Abbott Galvão, pelos relevantes serviços prestados à ETFRN e à rede federal de educação profissional (1979)



Fonte: Acervo Fotográfico do IFRN/CNAT. Imagem obtida em julho/2019

---

18 Medalha instituída pelo Decreto nº 60.902, de 26 de Junho de 1967, para ser conferida a pessoas que se tenham distinguido por relevantes serviços prestados a rede federal de ensino industrial.

Nesse mesmo contexto e dinâmica, integrando às múltiplas atividades que compuseram a programação de aniversário do centenário da Escola e da rede federal de educação profissional e tecnológica, os ex-diretores da Instituição, com destaque para João Faustino Ferreira Neto, pleitearam dar o nome do industrial Luiz Carlos Abbott Galvão ao Complexo Educacional que constitui o *Campus* Natal-Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, como uma justa homenagem a esse cidadão, que foi um dos principais artífices de sua construção, bem como por ter conduzido a Escola a um elevado patamar, o qual lhe possibilitou galgar níveis de excelência, mas, sobretudo, por ter sido seu legítimo edificador.

A proposta foi acatada pela Reitoria do IFRN e aprovada a homenagem. A seguir, são expostas imagens da capa do processo referente ao pleito e do despacho decisório do reitor.

Figura 52 – Capa do processo e despacho que pleiteou o nome do industrial Luiz Carlos Abbott Galvão ao Complexo Educacional que constitui, hoje, o *Campus* Natal-Central do IFRN

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Protocolo nº 23057.005841.2009-16**

**Data:** 20/07/2009      **Campus:** DG/CNAT  
**Interessado:** JOÃO FAUSTINO FERREIRA NETO E OUTROS  
**Origem:** COSEG/CNAT  
**Destino:** GABIN/RE  
**Assunto:** REQUERIMENTO

**TRAMITAÇÃO**

Data: <u>28 JUL 2009</u> Destino:	Data: ___/___/___ Destino:
Data: ___/___/___ Destino:	Data: ___/___/___ Destino:
Data: ___/___/___ Destino:	Data: ___/___/___ Destino:
Data: ___/___/___ Destino:	Data: ___/___/___ Destino:
Data: ___/___/___ Destino:	Data: ___/___/___ Destino:
Data: ___/___/___ Destino:	Data: ___/___/___ Destino:
Data: ___/___/___ Destino:	Data: ___/___/___ Destino:
Data: ___/___/___ Destino:	Data: ___/___/___ Destino:
Data: ___/___/___ Destino:	Data: ___/___/___ Destino:
Data: ___/___/___ Destino:	Data: ___/___/___ Destino:
Data: ___/___/___ Destino:	Data: ___/___/___ Destino:
Data: ___/___/___ Destino:	Data: ___/___/___ Destino:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REITORIA

DESPACHO

Processo nº 23057.005841.2009-16  
Interessado: João Faustino Ferreira Neto e Outros  
Assunto: Requerimento

Tendo em vista a legitimidade e justiça da nomenagem proposta pelos ex-Diretores signatários deste processo, **APROVO** a homenagem póstuma ao industrial Luiz Carlos Abbott Galvão, para dar seu nome ao complexo das instalações do *Campus Natal-Central* deste IFRN.

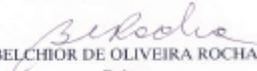
Ao Gabinete para mandar providenciar placa nos moldes abaixo detalhado, a ser fixada nas dependências do *Campus*, por ocasião das festividades do centenário da Instituição.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
*CAMPUS NATAL-CENTRAL* Luiz Carlos Abbott Galvão

No ano do centenário, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) presta reconhecimento ao industrial LUIZ CARLOS ABBOTT GALVÃO atribuindo seu nome ao complexo das instalações do *Campus Natal-Central* em vista de sua destacada atuação como Presidente do Conselho de Representantes que administrou a instituição de 1961 a 1974.

Com esta homenagem, grava-se na memória institucional o trabalho desenvolvido por este homem de extraordinária grandeza, principal artífice na construção deste prédio e responsável maior pelo processo de implantação, desenvolvimento e consolidação do ensino técnico oferecido por esta Casa de Educação.

Em 10 de agosto de 2009.

  
BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA  
Reitor

Fonte: Arquivo do *Campus Natal-Central*/IFRN.

Imagens recuperadas em julho/2019.

Como uma conclusão adequada para este livro, entendemos que trazer o discurso de Luiz Carlos, proferido na solenidade oficial do término de sua gestão, à frente do Conselho de Representantes, é oportunizar ao leitor conhecer um pouco da essência do seu trabalho e da história do IFRN.

Tendo tido a honra de exercê-la durante 13 anos e 6 meses, nesta hora, em que em afasto definitivamente da Presidência do Conselho de Representantes desta Escola, não poderia ocultar a compreensível emoção que me domina. Minha presença à frente deste Conselho desde 15 de fevereiro de 1961 fez como que os meus sentimentos, como raízes em terreno fértil, generosamente irrigado pelo calor do entusiasmo e da lealdade de todos, se aprofundassem na amizade sólida com que juntos traduzimos nossa devoção comum à causa do ensino e aos interesses da juventude norte-rio-grandense. Conquanto já fosse então o ensino técnico-profissional uma expressiva realidade no Brasil, encontrei esta Escola ainda mal acomodada em suas modestas instalações da Avenida Rio Branco, contida por este

e outros fatores apenas no ciclo ginasial do ensino secundário, com uma matrícula limitada a cento e oitenta e um alunos, aos quais nela se ministravam tão somente elementares habilitações profissionais, não condizentes com as necessidades do mercado de trabalho de nossa terra, e que por isso frustravam vocações que não se podiam revelar. Enquanto aumentavam os anseios da juventude escolar por um sistema objetivo de ensino harmonizado com o ciclo de expansão e de progresso que o país já vinha experimentando, capaz de melhor prepara-la para servir ao seu desenvolvimento e de lhe proporcionar outras alternativas além do grau superior à que só ínfima parcela podia atingir, uma gigantesca estrutura de cimento armada para a construção da nova sede, bem como, na velha sede, uma ponderável capacidade ociosa, atestavam o atraso em que esta casa se mantinha em face das suas congêneres de outros Estados e ante a realidade da própria situação do Rio Grande do Norte. Sentindo,

portanto, a necessidade de dinamizá-la, expandi-la, e elevá-la ao grau de Escola Técnica, com que melhor viria atender aos interesses de nossa terra, contando com o esclarecimento e inestimável apoio dos meus ilustres companheiros daquele Conselho, fixei como objetivo a seguir incansavelmente a conclusão das obras da nova sede, há mais de dezessete anos paralisadas. [...] E foi assim que, aceitando esse desafio e contando com tão inestimável apoio, compenetrado, das graves responsabilidades em que me investia ante os meus conterrâneos, mas sem temê-las, empreendi, em um ano e dois meses, a conclusão da nova sede, sem embargo de intensa atuação mediante a qual, nesse mesmo período, implantei os Cursos Técnicos de Construção de Estradas e de Mineração e eliminei a capacidade ociosa encontrada no estabelecimento, com a elevação da matrícula, já em 1967, para mil e treze alunos. Isso não teria sido conseguido sem o aperfeiçoamento e a indispensável expansão dos mecanismos de administração e de

controle, suportes imprescindíveis para que o objetivo fundamental – a melhoria e a ampliação do ensino – pudesse ser alcançado satisfatoriamente. Sobrevindo a mudança para a nova sede, em 1967, impôs-se a reforma administrativa, com que procurei atender a exigências do Decreto-Lei nº 200 naquele ano. Entretanto, a par dessa reforma e da eficiência que ela veio proporcionar aos diversos serviços da Escola, cumpria conscientizar os alunos das responsabilidades que lhes impunham as exigências de novos tempos na vida nacional, com o súbito despertar do nosso progresso e a maior solicitação de tecnologia. Os apelos e recomendações com que traduzi as normas recomendadas ao Conselho de Representantes, encontraram plena correspondência na Direção Executiva e nos corpos Docente e Discente da Escola. [...] Nisso, como na projeção excepcional conquistada pela Escola na comunidade, no próprio Estado e até no país, devo confessar uma dívida inapreciável que contrai com a juventude da minha terra. Os alunos

da Escola, revelando cedo maturidade e senso de responsabilidade que neles só poderiam advir, em época conturbada como aquela, de uma correta formação cívica, mostraram-se impenetráveis à pregação subversiva com que se tentava fazer da juventude desprevenida a presa fanática de objetivos contrários aos interesses nacionais. E, enquanto isso, a sua dedicação aos estudos, a curiosidade intelectual, e o empenho em se aprimorarem nas técnicas profissionais e na operação das máquinas e utilização de ferramentas, iriam conquistar-lhes conceito dos mais elevados, mesmo fora das fronteiras do Rio Grande do Norte, sendo os seus alunos solicitados para estágios em todo o território brasileiro. É fora de dúvida que não teríamos conquistado essa posição sem o valioso, inteligente e correto concurso de todos quantos servem neste estabelecimento. Costumamos dizer que aqui constituímos uma família só, e isso tem um sentido certo. Em todos os servidores da Escola, ao longo da minha passagem por esta casa, que

continuará para sempre na minha lembrança e na minha própria vida, senti a devoção total aos seus interesses, a dedicação leal e sincera, o anseio permanente de aperfeiçoar o cumprimento das tarefas e o alcance dos objetivos para os quais ela existe. Se dos menos graduados tive de requerer labor mais árduo, nem por isso foram eles menores nessa devoção, a que sempre se entregaram com o mesmo senso de responsabilidade com que têm cumprido os seus deveres os que ocupam posições no corpo docente e nos cargos de direção intermediária e superior. Às equipes técnicas e dirigentes com que contei, bem como a quantos participaram, enquanto aqui estive, do Conselho de Professores e do Conselho de Representantes, devo, sem dúvida, preciosa parcela do êxito que me parece ter obtido. Não poderia aqui esquecer o inestimável concurso daqueles que já exerceram mandatos naqueles Conselhos e que já não os integram, bem como os ex-Diretores que exerceram o cargo durante a minha gestão. Quero que nesta hora

saibam todos, cujos nomes deixo de mencionar porque me sentiria na obrigação, impossível de cumprir, de inscrever igualmente os de quantos, em quaisquer funções, comigo colaboraram, do grande e sincero reconhecimento com que para sempre me lembrarei da sua contribuição. Deixando esta casa, que foi também para mim uma escola, e sem dúvida a melhor da minha vida, sob o calor e o carinho de tão sólidas amizades como as que nela fiz ou estreitei, quero que elas fiquem para sempre preservadas, e que, onde quer que nos encontremos, continuemos irmãos, membros desta mesma família. Porque já aqui não estejam alguns dos que tive a felicidade de conhecer há mais de treze anos, mas que viveram o suficiente para que a morte não pudesse apartá-los de minha lembrança, quero que seus nomes sejam neste momento enunciados com a mais profunda saudade e gratidão: Manoel Bezerra de Lima, Evaristo Martins de Souza, Vicente Martins de Lima, Lourdes Guilherme e Maria Angelita Marinho. Cumpre-

me ainda, nesta hora, ressaltar a inestimável cooperação com que contei, enquanto tive a honra de presidir ao Conselho de Representantes: do empresariado; dos órgãos de classe; das autoridades civis e dos órgãos da administração pública, federais, estaduais e municipais; das autoridades eclesiásticas; dos Senhores Ministros e dos titulares do Departamento de Ensino Médio e dos demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura; dos Senhores Reitores e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; dos dirigentes das Escolas congêneres do país; e especialmente a que tem sido prestada ao ensino, através deste estabelecimento, pelos Comandos das Forças Armadas do Estado, em trabalho ininterrupto, silencioso e patriótico, do qual o público tem, quase sempre, conhecido apenas os fecundos efeitos. Meus prezados amigos: conservo a minha consciência na mais perfeita tranquilidade, convicto de haver, nesta casa, cumprido o meu dever, com devoção, honradez, amor e com a mais constante vontade

de acertar. Seria excessiva arrogância pretender que, ao longo de tantos anos, com tão absorventes atribuições e com tão graves responsabilidades como as que pesavam sobre os meus ombros e das quais ora me exonero, não houvesse cometido erros ou injustiças. Asseguro-lhes, porém, que os erros por ventura cometidos terão ocorrido apesar da firme convicção de estar agindo certo, sempre conduzido pelas melhores intenções. E se alguma vez fui injusto, do que agora me penitencio, não o fui por querer, mas por dever, sempre procurando seguir os ditames da lei e corresponder aos interesses do ensino e da Escola. [...] Despedindo-me daqueles encargos, daqueles deveres e daquelas responsabilidades, que me exigiram sempre dedicação exclusiva, recuso-me a me despedir de vocês, que continuarão no meu coração, na minha lembrança e no meu reconhecimento, aonde quer que eu vá (GALVÃO, 1974, pp. 1-4).

Assim, num depoimento misto entre prestação de contas, destaque de realizações e fala de agradecimento, o discurso caracteriza-se como síntese de uma passagem de vida, expressando autêntico sentimento de valor histórico vinculado ao instigante e exitoso período de inovação e empreendedorismo, na transformação da Escola Industrial de Natal em Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

# REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. *Beabá dos MEC-USAID*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

BEZERRA, Luzia F. C. As Bases da Industrialização Brasileira à Época do Desenvolvimento do Ensino Técnico. In PEGADO, Erika Araújo da Cunha (org), pp. 12-27. *A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI*. Natal: Editora CEFET-RN, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

BRASIL. *Decreto nº 47.038*, de 16 de outubro de 1959. Recuperado em 22 junho, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D47038.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038.htm), 1959.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 52.826*, de 14 de novembro de 1963. Recuperado em 22 junho, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D52826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D52826.htm), 1963.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 53.324*, de 18 de dezembro de 1963. Recuperado em 23 julho, 2019, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53324-18-dezembro-1963-393393-publicacaooriginal-1-pe.html>, 1963.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 60.902*, de 26 de junho de 1967. Recuperado em 26 agosto, 2019, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60902-26-junho-1967-401646-publicacaooriginal-1-pe.html>, 1967.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 65.070*, de 27 de agosto de 1969. Recuperado em 22 junho, 2019, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65070-27-agosto-1969-401646-publicacaooriginal-1-pe.html>, 1969.

leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65070-27-agosto-1969-406823-publicacaooriginal-1-pe.html, 1969.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 72.538*, de 27 de julho de 1973. Recuperado em 22 junho, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D72538.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72538.htm), 1973.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 74.449*, de 22 de agosto de 1974. Recuperado em 02 julho, 2019, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74449-22-agosto-1974-423096-publicacaooriginal-1-pe.html>, 1974.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 75.079*, de 12 de dezembro de 1974. Recuperado em 02 julho, 2019, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75079-12-dezembro-1974-423487-publicacaooriginal-1-pe.html>, 1974.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 75.081*, de 12 de dezembro de 1974. Recuperado em 23 julho, 2019, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75081-12-dezembro-1974-423489-publicacaooriginal-1-pe.html>, 1974.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 200*, de 25 de fevereiro de 1967. Recuperado em 02 julho, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm), 1967.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 796*, de 27 de agosto de 1969. Recuperado em 02 julho, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0796.htm), 1969.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 3.552*, de 16 de fevereiro de 1959. Recuperado em 22 junho, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm), 1959.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 4.054*, de 02 de abril de 1962. Recuperado em 02 julho, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4054.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4054.htm), 1962.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 4.069*, de 11 de junho de 1962. Recuperado em 02 julho, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4069.htm), 1962.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 5.645*, de 10 de dezembro de 1970. Recuperado em 02 julho, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5645.htm), 1970.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 331*, de 6 de junho de 1968. Ministério da Educação e Cultura. Recuperado em 02 julho, 2019, de <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2922647/pg-22-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-06-1968>, 1968.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Recuperado em 23 agosto, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm), 1971.

CARLOS e FRED, Sizenando R. Pinheiro. *Dos Bondes ao Hippie Drive-in: fragmentos do cotidiano da cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 2017.

DEMO, Pedro. *Sociologia: uma introdução crítica – 2ª ed.* São Paulo: Atlas, 1987.

FERNANDES, Francisco C.M. *Racionalidades e Ambiguidades da Organização Instituto Federal: o caso do Rio Grande do Norte*. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Educação, 2015.

GALVÃO, Luiz C. A. *Relatório da Administração de Luiz Carlos Abbott Galvão como Presidente do Conselho de Representantes*. Natal: ETFRN, 1974.

LIMA, Licínio C. *Administração Escolar: Estudos*. Porto: Porto Editora, 2011a.

LIMA, Licínio C. *A escola como Organização Educativa: uma abordagem sociológica – 4. ed.* – São Paulo: Cortez, 2011b.

MAGALHÃES, António M. Os modelos emergentes de regulação política e a governação do Ensino Superior na Europa. In TEODORO, António (org.), pp. 37-67. *A Educação Superior no Espaço Iberoamericano: do Elitismo à Transnacionalização*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2010.

MEDEIROS, Arilene Lucena. *A forja e a pena: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora do IFRN, 2011.

MEIRELES, Ceres M. S. *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história*. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2007.

MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica*. tradução de Waltensir Dutra – 6ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MINAYO, Maria C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* – 12. ed. - São Paulo: Hucitec, 2010.

MORGAN, Gareth. *Imagens da organização: edição executiva*. Trad. Geni G. Goldschmidt. - 2. ed. - 4a reimpressão. São Paulo: Atlas, 2002.

NETO, João Faustino F. *A Escola que vivi - memórias de um educador*. São Paulo: Vox Editora, 2008.

PEGADO, Erika A. C. Reflexos da história no cotidiano institucional desde a Escola de Aprendizes e Artífices até o CEFET-RN. In PEGADO, Erika Araújo da Cunha (org), pp. 28-49. *A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI*. Natal: Editora CEFET-RN, 2006.

SILVA, NINA M. G. S. *Escola para os filhos dos outros: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968)*. Natal: UFRN (Tese de Doutorado), 2012.

VARELA, Erasmo. *Depoimento* [set. 1995]. Entrevistador: A. A. Lima. Arquivo. HI-8. Entrevista concedida à CORIM (Documentário Institucional do CEFET-RN). Natal: CEFET, 1995.

WEBER, Max. *Ciência e Política – Duas Vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota – 13. ed. – São Paulo: Editora Cultrix, 2005.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn – São Paulo: Editora UnB, 2004.

WEBER, Max. Os Fundamentos da Organização Burocrática: uma construção do tipo ideal. In CAMPOS, Edmundo (organização e tradução), pp. 15-28. *Sociologia da Burocracia*. 4. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In COHN, Gabriel (org.); tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn, pp. 128-141, *Max Weber – Sociologia*. 7. ed. – São Paulo: Editora Ática, 2003.



**Tipografias utilizadas:**

Bookman Old Style  
Avenir  
Cinematografica

**Papel da capa:**

Cartão Supremo 300g

**Papel do miolo:**

Polen Soft 90g

Impresso na Copiart em 2020.

-

Todos os direitos são reservados à Editora IFRN, não podendo ser comercializado em período de contrato de cessão de direitos autorais.

Em caso de reimpressão com recursos próprios do autor, está liberada a sua comercialização.

A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 150 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didático-pedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a EDITORA IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.





### **Francisco das Chagas de Mariz Fernandes**

Professor aposentado do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Minho (2016); Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001); Especialista em Gestão de Educação Técnica pela Universidade Estadual de Oklahoma (1996); Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1980); e Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1978).



### **Severino do Ramo de Brito**

Professor aposentado do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Administração; Graduado em Economia. Importantes funções administrativas exercidas na Instituição: Chefe do Escritório Técnico-Administrativo, responsável pelo processo de construção do prédio da Escola Técnica na Avenida Salgado Filho (1965-1966); Coordenador de Planejamento (1970-1974); e Vice-Diretor (1991-1995).

Nesta obra os leitores irão encontrar dados e informações acerca da trajetória do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, com lentes centrais sobre o período histórico entre 1961 e 1974, época na qual a organização progrediu de Escola Industrial de Natal para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, simultaneamente, a uma vivência de desafios e conquistas nas áreas administrativa e do ensino, que permitiram compor uma nova imagem da Escola junto as comunidades local e nacional.

São pontos especiais dos cenários, a implantação dos cursos técnicos na Instituição e a transferência de suas instalações da Avenida Rio Branco para novo prédio construído na Avenida Salgado Filho, situações que foram desenvolvidas sob a administração de um Conselho de Representantes, com o protagonismo do seu Presidente, como principal agente empreendedor dos projetos e ações, por meio do exercício de uma liderança forte e carismática, ao mesmo tempo dedicada e comprometida com os avanços da comunidade interna e da sociedade.

ISBN 978-85-54885-24-3



9 788554 885243

